



GESTÃO
2015/2016
RELATÓRIO DE ATIVIDADES

enammat

Escola Nacional de Formação
e Aperfeiçoamento
de Magistrados do Trabalho

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

GESTÃO 2015/2016

DIRETOR

Ministro Renato de Lacerda Paiva

VICE-DIRETOR

Ministro Emmanoel Pereira

APRESENTAÇÃO





Este Relatório consolida as atividades da Escola no ano de 2015 e contempla, de forma abrangente, as realizações da atual Gestão, cujo mandato, excepcionalmente reduzido, refere-se ao período de abril de 2015 a fevereiro de 2016.

Não obstante o curto período, temos a grata satisfação de relatar que a ENAMAT avançou muito e, com ela, também a qualidade dos valorosos quadros da Magistratura do Trabalho, nossos eternos Alunos-Juízes. Todas as principais metas desta Gestão lograram êxito, para regozijo de toda a Justiça do Trabalho.

A área de Ensino Profissionalizante ganhou impulso, com novos cursos, formatos revistos e inovações pedagógicas. A inquietude administrativa e acadêmica da ENAMAT, na busca incessante da excelência, sempre encontra espaço para aperfeiçoar, reavaliar e avançar, tornando a Formação Inicial, a Formação Continuada e a Formação de Formadores segmentos altamente dinâmicos e conectados com as necessidades concretas da jurisdição.

A reaproximação com as 24 Escolas Judiciais dentro do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT) e o forte apoio financeiro e administrativo para aparelhamento e aquisição de modernos e adequados equipamentos e mobiliário destinados ao ensino promovido pelas Escolas Judiciais também foram marcantes em 2015. Com a colaboração direta das Escolas ainda foi possível desenvolver e implementar um arrojado programa, a longo prazo, de formação multidisciplinar dos respectivos servidores, garantindo quadros qualificados e engajados em todas as Regiões, o que se projetará ainda nos próximos anos.

Além disso, em 2015, a ENAMAT se abriu para o mundo, e começou em grande e stilo sua fase de internacionalização. Em uma sociedade de desafios globalizados para a afirmação da Justiça em todo o mundo, a Escola Nacional sistematizou suas melhores práticas educacionais e as compartilhou com mais de 90 Centros de Formação de Magistrados existentes em nível internacional. Em conjunto com as 24 Escolas Judiciais, a ENAMAT participou de forma destacada na 7.ª Conferência da Organização Internacional de Treinamento Judicial (IOJT, sigla em inglês), em Recife – PE, para a qual foi convidada a apresentar, em língua inglesa, com material impresso, em vídeo e eletrônico, todos os seus significativos avanços na formação profissional dos Magistrados do Trabalho, como as técnicas de ensino arrojadas, desenvolvidas em seus pioneiros Laboratórios Judiciais de simulação de audiências. A ENAMAT, agora, dialoga e interage com os mais avançados centros de formação judicial do mundo.

Por fim, e como se tudo isso já não fosse motivo suficiente para comemorar um ano extraordinário para a formação profissional, 2015 ainda permitiu tornar realidade um dos sonhos mais acalentados por toda a Magistratura brasileira desde a instalação da ENAMAT e da ENFAM em 2006: o alinhamento institucional entre elas, como as duas únicas Escolas Nacionais de base constitucional. Graças ao esforço coletivo das instituições, foi possível celebrar, em setembro de 2015, um Acordo de Cooperação amplo e ousado nas áreas de ensino, pesquisa, publicação, intercâmbio, compartilhamento de recursos – materiais, humanos e tecnológicos – e certificação.

O Acordo constitui a mais importante novidade no cenário da formação profissional de Magistrados desde a edição da Emenda Constitucional n.º 45/2004, e sua força institucional não reside apenas nos compromissos assumidos no documento escrito, mas já frutificou de imediato. Nos poucos meses que se seguiram, foram editados atos conjuntos criando grupos de trabalho, instituindo mapa de competências geral da Magistratura nacional e validando a reciprocidade de certificação, e, para consolidar essa aproximação, foi realizado um evento histórico, o 1º Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Formação de Magistrados, que trouxe para o Auditório da ENAMAT os gestores escolares de todos os ramos da Justiça e dois eminentes Ministros do Supremo Tribunal Federal, para debaterem “As Competências Profissionais do Juiz do Século XXI”.

Essas realizações, no entanto, somente foram possíveis graças ao trabalho operoso e comprometido de todos os personagens desta grande Escola. A contribuição permanente do Conselho Consultivo e a dedicação dos magistrados, servidores e colaboradores que atuaram na ENAMAT em 2015 fizeram toda a diferença, que, somada ao profissionalismo dos Formadores e ao interesse instigante dos Alunos-Juízes, presencialmente ou a distância, tornaram esta Escola ainda maior, tanto na quantidade, como especialmente na qualidade de suas ações formativas. O valor de uma instituição mede-se pela dedicação de seus quadros, e, a eles, devemos profunda gratidão por tudo que se realizou em 2015.

Agradecimento especial é dirigido ao Presidente do TST e do CSJT, Ministro Barros Levenhagen, que, imbuído do mais alto espírito institucional, sempre garantiu à ENAMAT os recursos para que pudesse desempenhar sua missão.

Por tudo isso, a ENAMAT ingressa em 2016, quando comemora seus dez anos de vida, tendo consolidado seu papel como centro de excelência na formação profissional, agora internacionalmente reconhecido, e apresenta-se, mais disposta do que nunca, para enfrentar os novos desafios que certamente virão para toda a Justiça do Trabalho. Afinal, a ENAMAT é onde a Justiça vai à Escola.

Ministro Renato de Lacerda Paiva
Diretor da ENAMAT



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO	11
POSSE DA DIREÇÃO DA ENAMAT E DO CONSELHO CONSULTIVO	13
FORMAÇÃO INICIAL	19
19.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL	19
FORMAÇÃO CONTINUADA	65
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO PRESENCIAL	65
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	78
FORMAÇÃO DE FORMADORES	83
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO PRESENCIAL	83
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	92
OUTROS EVENTOS DE FORMAÇÃO	93
CONSELHO CONSULTIVO	111
SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO	115
VISITAS INSTITUCIONAIS	119
VISITAS RECEBIDAS	119
VISITAS REALIZADAS	125
PALESTRAS REALIZADAS	129
CONVÊNIOS	133
EVENTOS DIVERSOS	139
EVENTOS REALIZADOS PELA ENAMAT OU EM AÇÃO CONJUNTA	139
EVENTOS EXTERNOS COM PARTICIPAÇÃO DA ENAMAT	145
ATOS NORMATIVOS DA ENAMAT	159
COMUNICAÇÃO SOCIAL	167
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	169
ORÇAMENTO	171
TABELAS E GRÁFICOS	173
EQUIPE ENAMAT	191
COLABORADORES DA ENAMAT	193





GESTÃO 2015/2016

DIRETOR

Ministro Renato de Lacerda Paiva

VICE-DIRETOR

Ministro Emmanoel Pereira



COMPOSIÇÃO

GESTÃO 2015/2016

DIREÇÃO DA ENAMAT



MINISTRO RENATO DE LACERDA PAIVA
Diretor da ENAMAT



MINISTRO EMMANOEL PEREIRA
Vice-Diretor da ENAMAT

CONSELHO CONSULTIVO



**Alberto Luiz Bresciani de
Fontan Pereira**



Ministra Dora Maria da Costa



**Ministra Kátia Magalhães
Arruda**



**Desembargadora Leila A.
Chevtchuk de Oliveira**
TRT da 2.ª Região



**Desembargador João Leite de
Arruda Alencar**
TRT da 19.ª Região



**Juiz Titular do Trabalho
Giovanni Olsson**
TRT da 12.ª Região

POSSE DA DIREÇÃO DA ENAMAT E DO CONSELHO CONSULTIVO



Componentes da nova direção da ENAMAT



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, e Ministro Emmanoel Pereira, Vice-Diretor

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizou no dia 9 de abril a 5.ª Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno de 2015 com a cerimônia de posse da nova direção da ENAMAT, que será responsável pela gestão da Escola até 26 de fevereiro de 2016. Na sessão, presidida pelo Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Vice-Presidente do TST, foram empossados o Ministro Renato de Lacerda Paiva, como Diretor, e o Ministro Emmanoel Pereira, como Vice-Diretor.



Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT

Tomaram posse também os membros do Conselho Consultivo, composto pelos Ministros Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa e Kátia Magalhães Arruda, pelos Desembargadores do Trabalho João Leite de Arruda Alencar, do Tribunal Regional do Trabalho da 19.ª Região (AL), e Leila Aparecida Chevtchuk de Oliveira, do Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região (SP), e pelo Juiz Titular da 4.ª Vara do Trabalho de Chapecó (SC), Giovanni Olsson.

A Direção e os Ministros Conselheiros da ENAMAT foram eleitos em sessão extraordinária do Tribunal Pleno do TST, ocorrida no dia 24 de fevereiro, e os demais magistrados que compõem esse mesmo Conselho, no dia 17 de março de 2015.

Estiveram presentes na cerimônia de posse Ministros e dirigentes do TST, além dos servidores da ENAMAT. Após abrir a Sessão, o Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho passou a palavra ao Ministro João Oreste Dalazen, que concluiu sua gestão na ENAMAT relativa ao biênio 2013/2015, para pronunciamento. O Ministro Dalazen fez um balanço das principais

atividades realizadas pela Escola durante sua gestão e desejou uma administração profícua ao novo Ministro Diretor, a quem expressou sua deferência pelos relevantes serviços prestados à Justiça do Trabalho.



Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno de 2015 com a cerimônia de posse da nova direção da ENAMAT



Ministro Renato de Lacerda Paiva presta juramento como Diretor da ENAMAT



Ministro Renato de Lacerda Paiva toma posse no cargo de Diretor da ENAMAT

O Ministro Martins Filho procedeu à posse da nova direção e do Conselho Consultivo e, em seguida, o novo diretor empossado, Ministro Renato Paiva, falou sobre a importância da Escola Nacional para a formação dos magistrados do trabalho e ressaltou os desafios que lhe aguardam no exercício do novo cargo.

A ENAMAT é a instituição à qual a Constituição Federal, pela Emenda n.º 45/2004, atribuiu o dever de organizar a formação dos magistrados e realiza sua função em três principais vertentes: formação inicial, formação continuada e formação de formadores. Além disso, a ENAMAT tem como objetivos, entre outros, desenvolver estudos para a implantação de concurso público de âmbito nacional para ingresso na magistratura do trabalho; propiciar o intercâmbio com escolas da magistratura ou outras instituições nacionais e estrangeiras e coordenar o Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, integrado pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.



Ministro Emmanoel Pereira presta juramento ao tomar posse no cargo de Vice-Diretor da ENAMAT



Ministro Emmanoel Pereira assina termo de posse como Vice-Diretor da ENAMAT



Ministro Emmanoel Pereira presta juramento ao tomar posse no cargo de Vice-Diretor da ENAMAT



Ministro Emmanoel Pereira presta juramento ao tomar posse no cargo de Vice-Diretor da ENAMAT

A formação inicial é a fase do ensino profissional de magistrados, destinada aos Juízes do Trabalho Substitutos em vitaliciamento. Inicia-se logo após a posse no cargo com o Módulo Nacional, realizado em Brasília, na sede da ENAMAT, sucedida pelo Módulo Regional, ministrado na Escola Judicial do respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

Já a formação continuada alcança todos os magistrados do trabalho vitalícios, que incluem Juízes do Trabalho Substitutos, Juízes do Trabalho Titulares e Desembargadores do Trabalho. Nessa

etapa são aperfeiçoadas competências profissionais já adquiridas na formação inicial, mas também desenvolvidas novas competências para questões específicas da carreira. A formação continuada pode ser realizada nas formas presencial, semipresencial ou à distância, na ENAMAT ou nas Escolas Judiciais.

A formação de formadores visa à qualificação de profissionais de ensino. Essa ação requer profissionais especializados em técnicas e ferramentas de ensino-aprendizagem próprias para a realidade do magistério do trabalho. São exemplos dos

profissionais que a ENAMAT prepara os instrutores ou professores para as modalidades presencial e à distância, os gestores de escolas judiciais e os conteudistas, a fim de ministrar seus cursos, colocando também esses profissionais à disposição das escolas judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Devido à importância do intercâmbio e da integração com instituições e organismos internacionais, que visam à troca de experiências na área da formação de magistrados do trabalho, a Escola Nacional mantém acordos de cooperação com diversas entidades, tais como a Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais (RIAEJ), a Organização Internacional para Treinamento Judicial (IOJT), a Escola Nacional da Magistratura da França (ENM), o Centro de Estudos Judiciários de Portugal (CEJ), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Escola Judicial do Conselho Geral do Poder Judicial da Espanha.

Também, com o fim de promover a articulação dos processos de gestão das Escolas Judiciais, os membros do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, Diretores dessas Escolas, reúnem-se periodicamente na sede da ENAMAT.

A Escola Nacional possui atualmente diversas atividades acadêmicas em andamento, tanto em fase de execução como em fase de planejamento, específicas das atribuições institucionais inseridas em seu Estatuto (Resolução Administrativa n.º 1.158/2006, atualizada pela Resolução Administrativa n.º 1.362/2009).

Verifica-se, desde a instalação da ENAMAT em 2006, o permanente e sistemático crescimento das atividades, na busca de cumprir com a competência da Escola Nacional de formar e aperfeiçoar os magistrados do trabalho para que a sociedade obtenha, como consequência, excelência na jurisdição da Justiça do Trabalho.

A nova gestão da Escola Nacional assumiu o compromisso com os magistrados do trabalho de dar continuidade às ações que vêm sendo executados e de tomar decisões capazes de inovar sempre mais, visando à otimização e melhoria da formação, com alcance nacional, e à democratização dos conhecimentos exigidos na prestação jurisdicional.



Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira assina termo de posse como membro do Conselho Consultivo da ENAMAT



Ministro Renato de Lacerda (2.º da esquerda para a direita), Diretor da ENAMAT, com os Desembargadores do Trabalho e o Juiz Titular de Vara do Trabalho componentes do Conselho Consultivo



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, cumprimenta servidores da instituição após sua posse no cargo



FORMAÇÃO INICIAL

19.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

8 de setembro a 9 de outubro



Foto oficial do 19.º Curso de Formação Inicial

Participaram do Curso de Formação Inicial (CFI) 24 Juízes do Trabalho Substitutos, provenientes dos seguintes Tribunais Regionais do Trabalho:

- 1.ª Região (19 Juízes)
- 2.ª Região (1 Juiz)
- 18.ª Região (1 Juiz)
- 19.ª (1 Juíza)
- 24.ª Região (2 Juízas)

O CFI teve duração de 163 horas-aula.

ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO

• A Importância da Formação Profissional para os Magistrados (1 hora-aula)

A atividade contemplou o eixo teórico-prático de competências específicas, dentro do subeixo administrativo-funcional, definido para a formação inicial de Juízes do Trabalho Substitutos.

Os Alunos-Juizes, nesta disciplina oferecida no 19.º CFI, desenvolveram habilidade de apoiar a formação inicial e continuada própria e dos servidores, com o fim de aquisição e desenvolvimento de competências profissionais inerentes à prestação jurisdicional eficiente.

• A Estruturação e a Dinâmica do 19.º CFI (1 hora-aula)

Instrutor:

Giovanni Olsson – Juiz Assessor do Diretor e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

Local: Auditório da ENAMAT

A estrutura e a dinâmica do 19.º Curso de Formação Inicial foi o tema da aula ministrada pelo Juiz Assessor da ENAMAT Giovanni Olsson, que explanou sobre as questões relacionadas aos objetivos e competências estabelecidos para o Curso, à definição e distribuição do conteúdo programático e às técnicas utilizadas para o desenvolvimento das atividades.

• Apresentação da Escola (1 hora-aula)

Os instrutores, ao apresentarem a ENAMAT, desenvolveram com os Alunos-Juizes os seguintes tópicos:

- informações gerais sobre o Programa do Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional;
- cronograma dos blocos presenciais e do bloco à distância (EAD-AI-PJe);
- orientações sobre frequência e aproveitamento;
- distribuição de material didático;
- visita às instalações;
- orientações sobre hospedagem;
- orientações sobre transporte;
- orientações sobre segurança;
- orientações sobre refeições;
- informações sobre o atendimento da Subsecretaria Administrativo-Acadêmica



Giovanni Olsson, Juiz Assessor do Diretor e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, ministra aula sobre a estruturação e dinâmica do CFI



Alunos-Juizes assistem à aula sobre a estruturação e dinâmica do CFI

CERIMÔNIA DE ABERTURA

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) promoveu, no âmbito de suas competências institucionais, o 19.º Curso de Formação Inicial (CFI), com a participação de Alunos-Juizes de cinco Tribunais Regionais do Trabalho.

A solenidade de abertura foi realizada pelo Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, com a presença, na mesa de honra, do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, e do Jurista Dalmo de Abreu Dallari, que proferiu a conferência de abertura.



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT;
Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do TST;
e Professor Doutor Dalmo de Abreu Dallari.

O Ministro Renato Paiva, após abrir a cerimônia e cumprimentar os presentes, dirigiu-se aos Alunos-Juizes, destacando a grande importância do Curso de Formação Inicial como preparação profissional indispensável ao exercício da magistratura. Em seguida, passou a palavra ao Ministro Levenhagen.

Em seu pronunciamento, o Presidente do TST e do CSJT destacou a relevante atuação do Jurista Dalmo Dallari em capítulos fundamentais da Constituição Federal de 1988. Ressaltou, ainda, o grande avanço do Judiciário brasileiro a partir da década de 1980 até os dias atuais. Aos novos integrantes da carreira, o Ministro Levenhagen afirmou: “A magistratura exige deveres, e precisamos empregar nossos deveres para exigir nossos direitos”.



Participantes da Cerimônia de Abertura do 19º CFI



Professor Doutor Dalmo de Abreu Dallari



Professor Doutor Dalmo de Abreu Dallari realiza conferência sobre Ética e Poder Judicial na Sociedade Contemporânea



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT; entrega ao Professor Doutor Dalmo de Abreu Dallari certificado de participação como conferencista da cerimônia de abertura do 19.º CFI

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

O Professor Dalmo Dallari, da Universidade de São Paulo (USP), ministrou a conferência de abertura do 19.º Curso de Formação Inicial sobre o tema Ética e Poder Judicial na Sociedade Contemporânea, quando destacou a importância da Constituição Federal. “Ela foi o instrumento de implantação de uma ordem social mais justa” – disse o Professor.

Ele ressaltou a grande participação do povo na elaboração da Constituição, processo no qual ele mesmo fez a defesa da proposta de iniciativa popular para projetos de lei. Lembrou que, em São Paulo, um movimento popular conseguiu 12 milhões de assinaturas para emendas populares e que foi criada uma comissão na Constituinte para receber essas emendas. Entre outros exemplos atuais de participação popular, citou a Lei Maria da Penha e a Lei da Ficha Limpa.

Para Dallari, o essencial na Constituição é o conteúdo humanista que ela traz. Citou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu art. 1.º, que trata da dignidade da pessoa humana.

Destacou, ainda, em sua apresentação a importância da criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919.

Dalmo Dallari participou de edições anteriores do CFI, sempre abordando a questão da deontologia profissional da magistratura. Segundo ele, o trabalho da ENAMAT é exemplo para toda a magistratura brasileira, pelo pioneirismo e pela qualidade de suas atividades.

DISCIPLINAS E PROFESSORES

• Temas Contemporâneos (2 horas-aula)

Aspectos Polêmicos da Jurisprudência Trabalhista em Debate no TST

PAINEL

Coordenador:

Ministro Augusto César Leite de Carvalho – TST

Participantes:

Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão – TST

Ministro Douglas Alencar Rodrigues – TST



Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão; Ministro Augusto César Leite de Carvalho; e Ministro Douglas Alencar Rodrigues

Tratando de tema contemporâneo aplicado à jurisdição laboral, especificamente sobre Aspectos Polêmicos da Jurisprudência Trabalhista em Debate no TST, foi realizado no 19.º CFI um painel, coordenado pelo Ministro Augusto César Leite de Carvalho, que contou com os palestrantes Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão e Ministro Douglas Alencar Rodrigues. Eles debateram com os Alunos-Juizes as principais questões controversas encontradas na jurisprudência do Judiciário trabalhista na atualidade.

O Ministro Cláudio Brandão tratou das polêmicas atuais sobre acidentes de trabalho e indenização por danos morais, abordando as tendências observadas no Tribunal Superior do Trabalho. Destacou, entre outros aspectos, a prescrição, valor e critérios da reparação, responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva.

O Ministro Douglas Alencar Rodrigues ressaltou as questões relacionadas ao cabimento do mandado de segurança e tutelas de urgência, explicitando as Súmulas n.ºs 414 e 418 do TST, ao dano existencial e ao dano moral.

Com a atividade, os novos Juizes, participantes do Curso, puderam desenvolver a competência de adotar em seu exercício profissional postura crítica acerca desses assuntos relevantes para a jurisdição.

• Estágio Supervisionado (2 horas-aula)

Prática Judiciária - Visitas Orientadas

O estágio supervisionado, entendido como prática judiciária, teve impacto nas atividades do 19.º CFI, com um total de 20 horas-aula, distribuídas ao longo do Curso em Visitas Orientadas e Orientação de Juízes-Tutores.

A primeira atividade do estágio supervisionado foi dedicada a visita orientada às Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, ocasião em que os Alunos-Juízes estiveram presentes a sessões de julgamento para observação e acompanhamento dos procedimentos, votações e decisões, visando ao desenvolvimento da necessária competência para o exercício jurisdicional de integrar-se no corpo profissional da instituição em que atuam com o domínio das correspondentes questões relacionadas ao órgão de inserção.

• Tecnologias Aplicadas à Magistratura (3 horas-aula)

- *Convênios Interinstitucionais e Efetividade da Jurisdição*
- *Ferramentas de Informática para Uso do Juiz*

Instrutor:

Juiz do Trabalho Substituto Marcos Vinicius Barroso

– TRT da 3.ª Região/MG

O Juiz do Trabalho Substituto Marcos Vinicius Barroso ministrou aula aos Alunos-Juízes do 19.º CFI sobre Tecnologias Aplicadas à Magistratura, com foco em relevantes questões, quais sejam os convênios interinstitucionais, abordando sua relação com a efetividade da jurisdição, e as ferramentas de Informática que devem ser utilizadas pelo Juiz.

Na aula, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer e analisar as principais ferramentas de informática, das quais o Juiz pode lançar mão no exercício jurisdicional: Infojud, Renajud e Bacenjud.

A competência desenvolvida pelos Alunos-Juízes com a atividade foi a de utilizar com eficiência as tecnologias de telemática na jurisdição trabalhista.



Alunos-Juízes do 19.º CFI realizam estágio em Turma do TST



Aula do 19.º CFI examina convênios interinstitucionais e efetividade da Jurisdição, além das ferramentas de Informática a serem utilizadas pelo Juiz



Juiz do Trabalho Substituto Marcos Vinicius Barroso



Alunos-Juízes estudam no 19.º CFI técnica de decisão processual

- **Técnica de Decisão Judicial (3 horas-aula)**
- *Lógica da Decisão Judicial*
- *Ferramentas de Informática para Uso do Juiz*

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Fabiano de Abreu Pfeilsticker – VT de Paracatu/MG

No 19.º CFI, os Alunos-Juízes cursaram a disciplina Técnica de Decisão Judicial, ministrada pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Fabiano de Abreu Pfeilsticker, que abordou dois aspectos relevantes do tema tratado: a lógica da decisão judicial e as ferramentas de informática disponíveis para que o Juiz possa elaborar e emitir sua decisão.

O Professor desenvolveu a disciplina por meio de exposição do conteúdo e de dinâmicas de grupo, tendo os Alunos Juízes entrado em contato com as ferramentas apropriadas à decisão judicial e aprendido como manuseá-las para aplicação no exercício profissional.

As competências desenvolvidas pelos Alunos-Juízes foram: elaborar atos decisórios fundados em raciocínios logicamente estruturados e utilizar com eficiência as tecnologias de telemática na jurisdição trabalhista.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Fabiano de Abreu Pfeilsticker

- **Laboratório Judicial (4 horas-aula)**
- Oficina de Decisão Processual*
- *Tópicos dos Procedimentos Especiais – Parte IV*

Instrutores:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Denise Marsico do Couto –

4.ª Vara do Trabalho de Vitória/ES

Juíza Titular de Vara do Trabalho Ana Paola Santos Machado Diniz – 34.ª VT de Salvador/BA



Juíza Titular de Vara do Trabalho Denise Marsico do Couto e Juíza Titular de Vara do Trabalho Ana Paola Santos Machado

As atividades práticas, concretizadas por meio de laboratório judicial, constituíram, dada a importância da preparação dos novos Juízes para o eficiente exercício jurisdicional, um total de 55 horas-aula, distribuídas em oficinas de instrução processual, decisão processual e conciliação judicial trabalhista.

A primeira oficina realizada no 19.º CFI teve como objetivo a adquirir prática em decisão processual, enfocando os tópicos dos procedimentos especiais, sob a orientação das Juízas



Alunos-Juizes participam de oficina de decisao processual



Titulares de Vara do Trabalho Denise Marsico do Couto e Ana Paola Santos Machado Diniz.

Os Alunos-Juizes participaram de dinamicas de grupo e estudos de caso para examinar as questoes relacionadas, entre outras, a certidao negativa de debitos trabalhistas; execucao de titulo extrajudicial; execucao de tutela coletiva; investigacao patrimonial; execucao de acordo judicial em acao trabalhista; execucao provisoria contra a fazenda publica; e execucao definitiva em acao de cumprimento.

• **Temas Contemporaneos (3 horas-aula)**

Valoracao da Indenizacao por Danos Morais: as Experiencias no Processo Civil e no Processo do Trabalho

Instrutor:

Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte – TST

Em aula sobre temas contemporaneos aplicados a jurisdicao trabalhista, o Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, do Tribunal Superior do Trabalho, tratou da questao alusiva a valoracao da indenizacao por danos morais e as experiencias no processo civil e no processo do trabalho. Ele explanou aspectos da dosimetria do dano moral, apresentando os criterios objetivos para a fixacao desse tipo de indenizacao no ambito trabalhista.

A exposicao privilegiou os seguintes assuntos: responsabilidade civil do empregador; natureza da responsabilidade; definicao de dano moral, com demonstracao exemplificativa; dano moral direto; calculo do valor pecuniario; metodo de fixacao da indenizacao do dano moral, com estudo de casos; e dano moral coletivo.



Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte

- **Economia e Trabalho (2 horas-aula)**

Economia, Produção e Políticas do Trabalho na Era da Globalização

PAINEL

Coordenadora:

Ministra Dora Maria da Costa – TST e Conselheira da ENAMAT

Participantes:

Professor Doutor Giovanni Pinto Alves – Universidade de Campinas (Unicamp)

Professor Doutor Hélio Zylberstajn – Universidade de São Paulo (USP)

No 18.º CFI, os Alunos-Juízes tiveram mais uma vez aula que desenvolveu a questão relativa aos Temas Contemporâneos, cujo objetivo foi a atualização em assuntos que hoje se mostram relevantes para a jurisdição trabalhista. Na oportunidade, os alunos estudaram a questão relacionada aos direitos humanos e Direito do Trabalho com a Professora Doutora Eloísa Machado de Almeida, que atua na Fundação Getúlio Vargas (FGV). A Professora Eloísa expôs as principais questões sobre o tema e no final houve debates em que os participantes suscitaram e esclareceram dúvidas diversas.

Em outra atividade, o importante método de solução dos conflitos trabalhistas recebeu, mais uma vez, no Curso de Formação Inicial, atenção especial. Os Juízes que ministraram a aula, Adriana Goulart de Sena Orsini e Giovanni Olsson, expuseram teoria que ofereceram subsídios para a prática conciliatória consciente e responsável.

Após tomarem conhecimento dos aspectos teóricos, os alunos participaram da primeira parte da oficina de conciliação, com duração de sete horas, sob a coordenação também dos Juízes Giovanni Olsson e Adriana Goulart, que desenvolveram atividades práticas mediante simulações de audiências de conciliaórias.

Ao longo do 18.º CFI, os 87 magistrados participaram de 55 horas de estudos em laboratórios, que envolveram temáticas de conciliação, instrução e decisão processual.



Ministra Dora Maria da Costa



Professor Doutor Giovanni Pinto Alves



Professor Doutor Hélio Zylberstajn

• **Efetividade da Execução Trabalhista
(2 horas-aula)**

- *Boas Práticas para a Efetividade da Execução Trabalhista*
- *Conhecer os Instrumentos Jurídicos para a Efetividade da Execução*

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Homero Batista Mateus da Silva – Coordenador da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista do CSJT – TRT da 2.ª Região/SP



Juiz Titular de Vara do Trabalho Homero Batista Mateus da Silva



Juíza Titular de Vara do Trabalho Ana Paola Santos Machado Diniz

• **Estágio Supervisionado
(2 horas-aula)**

Prática Judiciária

- *Orientação de Juízes-Tutores*

1ª Semana:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Ana Paola Santos Machado Diniz – 34.ª VT de Salvador/BA

Como estágio supervisionado, os Alunos-Juízes receberam orientação sobre a prática judiciária por parte de Juízes-Tutores, que atuaram em 5 semanas de trabalho, no total de 10 horas-aula, sendo 2 horas-aula por semana.

Nesse período de estudo, os Alunos realizaram estudos e avaliação e desenvolveram competência para integrarem-se no corpo profissional da instituição que atuarem com domínio das principais questões relacionadas à prática judiciária.



Alunos-Juízes participam de orientação em estágio supervisionado

Na primeira semana, a orientação foi ministrada pela Juíza Titular de Vara do Trabalho Ana Paola Santos Machado Diniz.

• **Laboratório Judicial (3 horas-aula)**

Oficina de Decisão Processual

- *Tópicos da Fase de Cognição Trabalhista – Parte II*

Instrutores:

- *Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz – 3.ª VT de Itajaí/SC*

- *Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Campos de Souza Freire Pimenta – Auxiliar da Presidência do TST*

Em continuação ao laboratório judicial sobre decisão processual, os Alunos-Juízes participaram de nova oficina, com atividades voltadas para tópicos da fase de cognição trabalhista.

A oficina foi coordenada pelos Juízes Titulares de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz e Adriana Campos de Souza Freire Pimenta, que orientaram durante o tempo de atividades dedicado ao tema a realização de estudos de caso, em que os Alunos analisavam o processo para, em seguida, preparar a decisão judicial, com exame posterior.

A atividade possibilitou aos novos Juízes o desenvolvimento de competências para praticar atos decisórios na Vara de Trabalho e no Tribunal Regional e elaborá-los com fundamentos em raciocínios logicamente estruturados, entre outras.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz



Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Campos de Souza Freire



Alunos-Juízes desenvolvem oficina de decisão processual



Alunos-Juizes assistem à aula sobre linguagem jurídica



Professor Adalberto José Kaspary

• Linguagem Jurídica (5 horas-aula)

Instrutor:

Professor Adalberto José Kaspary

O Professor Adalberto José Kaspary, especialista e autor de várias obras sobre a língua portuguesa e sobre linguagem jurídica, ministrou aula para os Alunos-Juizes do 19.º CFI, visando a que estes possam utilizar na atuação profissional argumentos coerentes e contextualizados em posição de autoridade/humildade.

As atividades e exercícios práticos realizados foram direcionados para a ampliação da aprendizagem em relação aos seguintes tópicos: objetivos e atributos do texto jurídico-judiciário; a linguagem do magistrado, do procurador, do doutrinador e do legislador – diferenças; terminologia jurídica – termos técnicos e semitécnicos; monossêmia e polissemia; etimologia e semântica: sincronia e diacronia; estrangeirismos, neologismos e latinismos; questões de ortografia: palavras e expressões recorrentes no texto jurídico-judiciário; pontuação intra e interoracional: pontuação e ênfase; os verbos e os nomes no texto jurídico-judiciário: aspectos gramaticais e estilísticos; os processos sintáticos e a estrutura do período – recursos de ênfase; a linguagem (culto padrão) como argumento; competência e desempenho linguísticos.

• Temas Contemporâneos (2 horas-aula)

Aspectos Práticos das Ações Coletivas na Justiça do Trabalho

Instrutor:

*Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava
– 89.ª VT de São Paulo/SP*

Em aula sobre os aspectos práticos das ações coletivas na Justiça do Trabalho, tema contemporâneo de grande interesse para os novos Juizes no exercido profissional, o Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava destacou as origens dessas ações; o contexto em que se inserem; a evolução do Direito; a construção histórica, com foco nas leis dos anos de 1980; a Constituição e o sistema jurídico; as resistências internas e externas às ações, categoria de interesses; a competência para julgamento; legitimação ativa, litispendência, instrução processual, destinação das indenizações e tutela inibitória.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Marcos Neves Fava

• Deontologia Profissional Aplicada (3 horas-aula)

- Código Ético do Magistrado

- O Juiz do Trabalho e o Exercício da Função Jurisdicional

Instrutor:

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – Vice-Presidente do TST

O Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Vice-Presidente do TST, proferiu aula para os Alunos-Juizes do 19.º CFI sobre Deontologia Profissional Aplicada, tratando a respeito do código ético do magistrado e do exercício da função jurisdicional pelo Juiz do Trabalho.

Foram abordados diversos tópicos pelo Ministro ao tratar do tema, entre os quais os objetivos da deontologia jurídica, as questões fundamentais da ética judicial e da ética geral, as virtudes judiciais do Juiz ideal e os códigos de ética judicial.

A aula buscou desenvolver nos Alunos-Juizes a competência para exercer o papel político-institucional do cargo como integrante do Poder Judiciário à vista de seus objetivos, valores e desafios.



Alunos-Juizes assistem à aula sobre tema contemporâneo relevante para a Justiça do Trabalho



Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho



Professor Doutor Laerte Sznelwar, Professor Doutor Laerte Sznelwar e Ministro Lelio Bentes Corrêa



Professor Doutor Christophe Dejourn

• Temas Contemporâneos (4 horas-aula)

Saúde Psíquica na Organização do Trabalho Judicial - CONFERÊNCIA

Conferencista:

*Professor. Doutor Christophe Dejourn – CNAM/
França*

Gestão do Trabalho e Saúde na Magistratura - PAINEL

Instrutores:

- Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado –
Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região*
- Professora Doutora Selma Lancman – Universidade
de São Paulo (USP)*
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Leonardo Vieira
Wandelli – Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª
Região*

Mesa de Debates: Magistratura, Trabalho e Saúde de Psíquica

Instrutores:

- Professor. Doutor Christophe Dejourn (CNAM/
França)*
- Professor. Doutor Laerte Sznelwar (USP)*

O Ministro do TST Lelio Bentes Corrêa ordenou a atividade da ENAMAT em que esteve presente o professor e psicanalista francês Christophe Dejourn, como conferencista e palestrante convidado a participar do 19.º CFI. A atividade integra a disciplina Temas Contemporâneos, que objetiva apresentar questões controversas e relevantes da prática judiciária trabalhista na atualidade.

Pela singular qualificação do pesquisador francês e a importância do tema ao falar para os Alunos-Juizes do 19.º Curso de Formação Inicial, a atividade foi excepcionalmente aberta também para outros participantes especialmente convidados, como: Conselheiros do CNJ, Ministros do TST, Diretores das 24 Escolas Judiciais, representantes de associações de magistrados (AJUFE, ANAMATRA e AMB), além da ENFAM/STJ, com a qual a ENAMAT mantém acordo de cooperação, e de pesquisadores do tema em Brasília. A conferência contou com tradução simultânea do francês para o português.

O Professor Dejourn também cumpriu, em Brasília, agenda de trabalho no CNJ com o Ministro do TST Lelio Bentes Corrêa, também conselheiro daquele Órgão.

Renomado pesquisador em questões de saúde mental, Dejourn desenvolveu novos paradigmas e consolidou uma nova área do conhecimento, chamada de psicodinâmica do trabalho. Com os seus estudos, ele promoveu uma enorme contribuição por meio de pesquisas sobre o trabalhador e as relações no mundo do trabalho, tanto nas empresas como nas instituições públicas.

Segundo ele, cada pessoa tem um funcionamento psíquico próprio, fruto de sua história de vida singular. Ele descobriu o ponto-chave desta análise: todas as pressões aparecem como decorrentes da organização do trabalho. Em uma de suas obras mais conhecidas, Christophe Dejourn destaca a dinâmica do sofrimento do sujeito, que vive em um estado de luta contra as forças que possam levá-lo a um estado psicopatológico.



Participantes da conferência e dos debates sobre saúde psíquica no 19.º CFI



Professores Doutores Christophe Dejourns e Laerte Sznclwar realizam mesa de debates, com mediação da Desembargadora do Trabalho Leila Chevtchuk

Em sua apresentação, ele destacou que, na França, por exemplo, não há Juiz especializado em Direito do Trabalho e que o poder público francês recorre, cada vez mais, a novas doutrinas, que visam introduzir no setor público as ferramentas usadas no setor privado. “Este modelo melhora a produção e promove a efetividade e a eficácia”, frisou.

O Professor explicou que, na França, as reformas são medidas pelo desempenho, o qual visa ao resultado do trabalho em vez de ao trabalho em si, focando na economia de custos. Ele citou como exemplo o serviço de emergência em hospitais franceses, onde a melhoria do serviço é medida pelo tempo de espera dos doentes em serem atendidos.

Dejourns ainda defende que o trabalhador que esteja passando por dificuldades no ambiente de trabalho precisa recorrer e pedir ajuda ao chefe ou à autoridade hierárquica acima dele, mesmo nos casos de magistrados, em que a troca de experiência elevaria a capacidade de alcançar bons resultados. Ele atenta que as questões da saúde psíquica dos trabalhadores de empresas privadas também atingem magistrados e servidores que atuam em tribunais, e exigem atenção especial.

O psicanalista adota, em suas pesquisas, entrevistas coletivas com as pessoas, porque, por meio delas, no seu entendimento, é possível verificar a reconstrução da lógica das pressões do trabalho que os fazem sofrer e também as estratégias de defesa coletivamente construídas.

Além do especialista francês, a atividade desenvolvida nesse dia contou com outros estudiosos brasileiros do tema que apresentaram

resultados de estudos feitos no CNJ e em Tribunais na área da saúde psíquica de magistrados e servidores.

Na parte referente ao painel sobre Gestão do Trabalho e Saúde na Magistratura, o Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado falou sobre a atuação do Conselho Nacional de Justiça na gestão do trabalho judicial; a Professora Doutora Selma Lancman destacou a pesquisa em psicodinâmica do trabalho realizada com magistrados pelo CNJ, na qual foi examinada a questão do trabalho na magistratura, abordando a construção da subjetividade, saúde e desenvolvimento profissional; e o Juiz Titular de Vara do Trabalho Leonardo Vieira Wandelli também relatou pesquisa desenvolvida com magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região sobre impacto dos mecanismos de avaliação do trabalho judicial sobre a saúde psíquica dos magistrados.

Na Mesa de Debates, a mediação dos trabalhos teve a colaboração da Desembargadora do Trabalho Leila Chevtchuk, Diretora da Escola Judicial do TRT da 2.ª Região (SP) e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT. Foram debatedores sobre o tema Magistratura, Trabalho e Saúde Psíquica os Professores Doutores Christophe Dejourns e Laerte Sznclwar, da USP.

O desenvolvimento da atividade possibilitou aos Alunos-Juizes, mais uma vez, o desenvolvimento de competência para adotar postura crítica acerca de temas contemporâneos relevantes para a jurisdição.

• Administração Judiciária (2 horas-aula)

- *Gestão Processual de Vara do Trabalho*
- *Cogestão e Inovação Judiciária*
- *Gestão de Recursos Materiais em Vara do Trabalho*

Instrutor:

- *Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze – Juiz Auxiliar da Presidência – TRT da 4.ª Região/RS*

Os Alunos-Juízes participaram da aula sobre Administração Judiciária, ministrada pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Fioreze.

O instrutor ressaltou os conceitos de jurisdição, administração e administração judiciária; explanou sobre gestão como perspectiva dinâmica da administração e seus principais aspectos, destacou as as novas tendências nessa área (Benchmarking e Empowerment); e detalhou as questões relativas à gestão pública e à gestão judiciária.

As atividades desenvolvidas nessa disciplina tiveram como fim a aquisição de competência para administrar processos de trabalho em Varas e Tribunais do Trabalho, assim como, no mesmo âmbito, praticar atos administrativos com adequação e gerir com eficiência os recursos materiais.

• Teoria Geral do Juízo Conciliatório (5 horas-aula)

Conciliação Judicial Trabalhista em Vara do Trabalho

Instrutores:

- *Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini – 47.ª VT de Belo Horizonte/MG*
- *Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – Assessor da Direção da ENAMAT e Membro do Conselho Consultivo*

A Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini e o Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, desenvolveram atividades com os Alunos-Juízes sobre conciliação judicial trabalhista em Vara do Trabalho.

Os participantes conheceram na oportunidade vários aspectos fundamentais da conciliação trabalhista, iniciando com a apresentação pelos instrutores de uma visão geral da conciliação e métodos de resolução de disputas. As demais questões abordadas foram: monopólio do Poder Judiciário Trabalhista e sua conformação;

jurisdição como poder-dever de pacificação social; importância e papel da conciliação no Processo do Trabalho; dimensões da conciliação judicial trabalhista; limites e questões éticas dessa conciliação; técnicas aplicadas; e estruturação lógico-jurídica da ata de conciliação.

Os Alunos-Juizes desenvolveram competência para solucionar com ética e eficiência conflitos individuais e coletivos por meio de conciliação.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, desenvolve atividade de ensino-aprendizagem sobre conciliação judicial trabalhista



Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Luiz Ramos

• **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**
Aspectos Práticos da Prova Pericial em Demandas de Doença e Acidente do Trabalho

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Luiz Ramos – 6.ª VT de Florianópolis/SC

Com o estudo de mais um tema contemporâneo aplicado à jurisdição laboral, os Alunos-Juizes, tiveram amplo contato com os aspectos práticos da prova pericial em demandas de doença e acidente do trabalho.

Na aula, ministrada pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Alexandre Luiz Ramos, foram destacadas as questões relativas a obrigatoriedade da prova pericial, livre convencimento motivado do julgador, juízo de factibilidade do perito ante a incerteza ínsita que envolve o nexo causal e legislação aplicável à prova pericial em acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.

Pelo conhecimento alcançado mediante a abordagem do tema em foco, os novos Juizes continuaram a desenvolver a competência de adotar postura crítica acerca de temas contemporâneos relevantes para a jurisdição.



Alunos-Juizes assistem à aula sobre prova pericial em doença e acidente de trabalho



Jornalista Patrícia Silva de Resende Nascimento



Desembargador Marcio Tulio Viana

• **Relacionamento com a Sociedade e a Mídia**
(2 horas-aula)

Relacionamento do Magistrado com os Meios de Comunicação Social e Técnica de Entrevista

Instrutora:

*Jornalista Patrícia Silva de Resende Nascimento —
Coordenadora da TV do TST
VT de São José/SC*

Ao ministrar aula sobre o tema Relacionamento com a Sociedade e a Mídia, a Jornalista Patrícia Resende tratou de questões importantes, com a finalidade de proporcionar aos Alunos-Juizes a reflexão sobre qual a forma de relação a ser mantida entre o Judiciário e a imprensa, o conhecimento do universo jornalístico e as peculiaridades dos diferentes segmentos, orientações sobre como se portar em entrevistas e o estudo de casos de interação do Poder Judiciário com a mídia.

Nesse contexto, abordou o papel social da interação com os meios de comunicação, os principais aspectos do atendimento à imprensa pelo Judiciário e a preparação para entrevistas e respectivos tipos.

A instrutora utilizou a oficina como metodologia de ensino, de modo que os participantes pudessem vivenciar as questões de forma prática, estimulando e fortalecendo a aprendizagem.

• **Psicologia Judiciária Aplicada**
(2 horas-aula)

A Semiótica Jurídica Aplicada ao Interrogatório de Partes e Testemunhas

Instrutora:

*Professora Doutora Carmen Rosa Caldas-Coulthard
— Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*

Na disciplina Psicologia Judiciária Aplicada, ministrada pela Professora Doutora Carmen Rosa Caldas-Coulthard, os Alunos-Juizes do 19.º CFI estudaram o tópico referente à semiótica jurídica aplicada ao interrogatório de partes e testemunhas.

O conteúdo trabalhado na aula abrangeu, entre outros, os seguintes itens: linguística forense, múltiplos modos de interconexão humana, linguagem como comportamento social, múltiplas identidades em discurso, foco discursivo, análise da interação, gêneros textuais, representação, interação oral, espaço e participantes e características da interação. Tais aspectos foram examinados de forma aplicada às situações próprias da área jurídica, mediante aula expositiva e dinâmicas de grupo.



Desembargadora Elke Doris Just (Juíza-Tutora) e Alunos-Juizes do 19.º CFI



Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just

• Estágio Supervisionado (2 horas-aula)

Prática Judiciária

- Orientação de Juizes-Tutores

2.ª Semana:

Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just – TRT da 10.ª Região

Em continuidade ao estágio supervisionado, os Alunos-Juizes receberam orientações da Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just sobre temas ligados à prática judiciária.

Tal como na semana anterior dedicada a essa modalidade de estágio, o trabalho realizado pelos participantes continuou com o intuito de desenvolvimento da competência de que cada um viesse a: integrar-se ao corpo profissional da instituição com o domínio das questões que atuarem com domínio das principais questões relacionadas à prática judiciária.

• Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais (3 horas-aula)

- Papel da Hermenêutica Constitucional no Estado de Direito

- Hermenêutica Constitucional e Concretização em Juízo dos Direitos Fundamentais Sociais

Instrutor:

Ministro José Roberto Freire Pimenta – TST



Ministro José Roberto Freire Pimenta



Participantes do 19.º CFI assistem à aula sobre hermenêutica constitucional

O Ministro José Roberto Freire Pimenta proferiu aula no 19.º CFI sobre o tema *Hermenêutica Constitucional e Jurisdição em Direitos Fundamentais Sociais*, ressaltando o papel da hermenêutica constitucional no estado de direito, assim como a questão da hermenêutica constitucional e a concretização em juízo dos direitos fundamentais sociais.

Nas considerações introdutórias, o Ministro abordou as perspectivas teleológicas e metodológicas do tema. Em seguida, numa primeira parte, tratou do marco teórico, com explicações sobre democracia, constitucionalização do direito no Brasil, positivismo e direitos fundamentais; dimensão filosófica e constitucional, dimensão processual – tutela jurisdicional e efetividade; o novo e relevante papel dos Juízes e a casuística dos direitos fundamentais.

Na segunda parte da aula, o Ministro Freire Pimenta realizou com os participantes estudo de casos, que envolveu relato, problematização das questões subjacentes e exposição das diversas soluções adotadas e propostas.

A competência adquirida nesta disciplina pelos novos Juízes foi a de assegurar, no exercício jurisdicional, a efetividade dos direitos fundamentais nos conflitos judiciais.



Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga e Ministro Walmir Oliveira da Costa

• Deontologia Profissional Aplicada (3 horas-aula)

O Juiz e a Consolidação das Experiências da Prática Profissional Ética ao Longo da Carreira

PAINEL

Coordenador:

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – TST

Participantes:

- Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro – TST

- Ministro Walmir Oliveira da Costa – TST

Na disciplina Deontologia Profissional Aplicada, foram destinadas mais três horas de atividades, desenvolvidas por meio de painel, a fim de que os novos Juízes, após concluído o CFI, exerçam as prerrogativas do cargo com observância dos direitos e deveres funcionais.

O painel teve como coordenador o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, que procedeu à apresentação e mediação das palestras, apresentadas pelos Ministros Márcio Eurico Vitral Amaro e Walmir Oliveira da Costa.

O tema tratado na aula focalizou questão de suma importância para o Juiz ao demonstrar a consolidação das experiências da prática profissional ética ao longo da carreira.



Ministro Mauricio José Godinho Delgado



Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos e Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz orientam oficina de instrução processual



Grupo de Alunos-Juizes desenvolvem atividade prática de instrução processual

• Temas Contemporâneos (3 horas-aula)

Estado do Bem-Estar Social e Direito do Trabalho

Instrutor:

Ministro Mauricio José Godinho Delgado – TST

A abordagem dos temas contemporâneos aplicados à jurisdição trabalhista continuou no 19.º CFI, concretizada com a aula proferida pelo Ministro Mauricio José Godinho Delgado sobre o tema Estado do Bem-Estar Social e Direito do Trabalho.

Nessa etapa, os Alunos-Juizes desenvolveram mais uma vez a competência para adotar postura crítica sobre os temas da atualidade com que vierem a se defrontar no exercício profissional.

O Ministro Godinho Delgado examinou durante a aula questões como capitalismo; estado do bem-estar social na atualidade; globalização; e igualdade social.

• Laboratório Judicial (7 horas-aula)

Oficina de Instrução Processual – Parte I

Instrutores:

Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos – TRT da 10.ª Região

Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz – 3.ª VT de Itajaí/SC

Dando seguimento às atividades de prática judicial por meio da utilização de laboratório, o 19.º CFI deu ênfase nessa fase à instrução processual, sob a coordenação da Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos e do Juiz Titular de Vara do Trabalho Ricardo Córdova Diniz.

Os Alunos-Juizes vivenciaram uma oficina com dinâmicas de grupo e estudos de caso sobre instrução processual, na qual o propósito foi a aquisição de competência para exercer com instrumentalidade os poderes de direção de instrução probatória oral, documental e pericial em contraditório.

• Sistema Judiciário (2 horas-aula)

O Juiz e a Função Corregedora

Instrutor:

Ministro João Batista Brito Pereira – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Na aula que proferiu no 19.º CFI sobre o sistema judiciário, o Ministro João Batista Brito Pereira, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, acerca do sistema judiciário, realizou uma análise da organização do Poder Judiciário brasileiro, abordou questões constitucionais sobre direitos fundamentais e examinou o tema concernente ao acesso à justiça, entre outros tópicos.

Nessa oportunidade, aos Alunos-Juizes também foi possibilitado o desenvolvimento da competência para, no exercício profissional, exercerem as prerrogativas do cargo com observância dos direitos e deveres funcionais.



Ministro João Batista Brito Pereira, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho



Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira orienta Alunos-Juizes em estágio supervisionado



Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira, acompanhado do Juiz-Assessor da ENAMAT, Giovanni Olsson, com Alunos-Juizes durante orientação relacionada à prática judiciária

• Estágio Supervisionado (2 horas-aula)

Prática Judiciária

- Orientação de Juizes-Tutores

3.ª Semana:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira – 2.ª VT de Recife/PE

Na terceira semana sob a orientação de Juizes-tutores, os Alunos-Juizes realizaram atividades de estudo e avaliação da prática judiciária, ministradas pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira.

Com mais essa aula orientada, eles continuaram a desenvolver a competência de integrar-se no corpo profissional da instituição em que atuarem com domínio das principais questões relacionadas à prática judiciária.



Alunos-Juizes participam de aula sobre psicologia judiciária aplicada



Doutora Graziella Ambrósio

• **Psicologia Judiciária Aplicada**

- *As Expectativas Individuais e Sociais dos Atores como Determinantes de Suas Conduas no Litígio Trabalhista*

- *A Judicialização dos Sintomas Atuais nas Demandas Trabalhistas*

*Tópico: Psicologia do Testemunho:
Técnicas de Entrevista Cognitiva*

Instrutora:

Doutora Graziella Ambrósio – Advogada

O estudo do tema *Psicologia Judiciária Aplicada* teve sequência com a aula ministrada pela Doutora Graziella Ambrósio, advogada, que discutiu com os Alunos-Juizes o tópico alusivo à psicologia do testemunho, com apresentação de técnicas de entrevista cognitiva.

A instrutora destacou a questão relacionada ao histórico sobre o desenvolvimento da entrevista cognitiva, assim como à compreensão da tarefa de testemunhar, nas dimensões de percepção, armazenamento, recuperação e expressão. Detalhou cada etapa da entrevista cognitiva: planejamento e preparação; engajamento e explanação – em que abordou a neurociência e a inteligência emocional e social; relato; e fechamento e avaliação.

As competências desenvolvidas pelos Alunos-Juizes nessa aula foram: exercer a magistratura com respeito ao equilíbrio entre as dimensões emocional e racional de sua subjetividade frente ao conflito social trabalhista e reconhecer o adoecimento social no conflito judiciário trabalhista contemporâneo.

• **Estágio Supervisionado (4 horas-aula)**

Visita às Práticas Judiciária

- Visita a Vara do Trabalho

Foro Trabalhista de Brasília – DF

Os Alunos-Juízes do 19.º Curso de Formação Inicial da ENAMAT estiveram no Foro Trabalhista de Brasília como uma das atividades de estágio em seu processo formativo.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira no Foro Trabalhista de Brasília



Juiz Diretor do Foro Trabalhista de Brasília, Oswaldo Florêncio Neme Júnior, e Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira distribuem em grupos os Alunos-Juízes do 19.º CFI para visita ao Foro



Alunos-Juízes realizam estágio no Foro de Brasília



Alunos-Juízes realizam estágio no Foro de Brasília



Alunos-Juízes do 19.º CFI em estágio no foro Trabalhista de Brasília

Os Alunos visitaram o Foro da 10.^a Região Trabalhista acompanhados pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira, do TRT da 6.^a Região (PE), que é um dos professores do Curso, e foram recebidos pelo Diretor do Foro, Juiz Titular de Vara do Trabalho Oswaldo Florêncio Neme Júnior. Os Alunos-Juizes acompanharam a rotina de trabalho do local, além de diversas audiências no Foro, que reúne 22 Varas do Trabalho.

Distribuídos em grupos em diversas Varas do Trabalho, eles conheceram secretarias, assistiram a audiências de conciliação, instrução e julgamento – com o acompanhamento de magistrados experientes das próprias Varas visitadas – e tiveram a oportunidade de aprender mais sobre a realidade da Justiça do Trabalho num local que recebe, diariamente, cerca de cinco mil pessoas, entre partes e advogados. O acompanhamento das audiências e dos casos lá analisados integrou o conjunto de atividades avaliativas realizadas pelos Alunos-Juizes durante o CFI.

O Foro Trabalhista de Brasília tem jurisdição em Regiões Administrativas de Águas Claras, Brasília, Candangolândia, Cruzeiro, Núcleo Bandeirante, Guará, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Sul, Lago Norte, Paranoá, Park Way, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Samambaia, São Sebastião, Sobradinho, Sobradinho II, Sudoeste/Octogonal, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, Setor de Indústria e Abastecimento e Varjão.



Alunos-Juizes do 19.º CFI em estágio no foro Trabalhista de Brasília



Alunos-Juizes do 19.º CFI participam de audiência no Foro Trabalhista de Brasília



Alunos-Juizes do 19.º CFI participam de audiência no Foro Trabalhista de Brasília



Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira e Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt desenvolvem atividades práticas de conciliação trabalhista



Professora Doutora Gabriela Neves Delgado

• Laboratório Judicial (4 horas-aula)

Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista Parte II

Instrutores:

- Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira – 2.ª VT de Recife/PE
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt – VT de Currais Novos/RN

Os Alunos-Juizes participaram de outra atividade prática em laboratório judicial no 19.º CFI. Na ocasião, eles realizaram estudos de caso e simulações de conciliação trabalhista, sob a coordenação dos Juizes Titulares de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira e Hermann de Araújo Hackradt. As simulações foram desenvolvidas em grupos e à medida em que aconteciam os demais Alunos-Juizes acompanhavam por transmissão simultânea no auditório da ENAMAT.

Foi desenvolvida pelos novos Juizes a competência de solucionar com ética e eficiência conflitos individuais e coletivos por meio de conciliação.

• Temas Contemporâneos (2 horas-aula)

Princípios do Direito do Trabalho e Contemporaneidade

Instrutora:

- Professora Doutora Gabriela Neves Delgado – Universidade de Brasília (UnB)

Em relação à disciplina Temas Contemporâneos Aplicados à Jurisdição Laboral, outro assunto objeto de estudo pelos Alunos-Juizes se referiu aos princípios do direito do trabalho e contemporaneidade, visando ao desenvolvimento da competência de adotar postura crítica sobre essa questão no exercício da jurisdição.

A Professora Doutora Gabriela Neves Delgado realizou exposição sobre o tema, efetuando uma revisitação do princípio da proteção ínsito na Constituição, segundo o discurso trabalhista.

Explanou sobre a trajetória do princípio da proteção desde à CLT até a Constituição Federal de 1988, o Estado Democrático de Direito – democracia e direitos fundamentais e o enfoque multifacetado do discurso constitucional trabalhista, além de analisar a re(significação) de tal princípio na jurisprudência do TST, a partir de estudo de casos de discriminação nas relações de emprego.



Juíza Titular de Vara do Trabalho Flávia Moreira Guimarães e Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho



Alunos-Juízes trabalham com tutela de urgência

• Laboratório Judicial (5 horas-aula)

Oficina de Decisão Processual

- Tópicos da Tutela de Urgência – Parte III

Instrutores:

Juíza Titular de Vara do Trabalho Flávia Moreira Guimarães Pessoa – 4.ª VT de Sergipe/SE

Juiz Titular de Vara do Trabalho Roberto da Silva Fragale Filho – 1.ª VT de São João de Meriti/RJ

Nesse laboratório judicial, em que foram realizadas atividades práticas por meio de uma oficina de decisão processual, os Alunos-Juízes aprenderam sobre tópicos da tutela de urgência.

A oficina foi coordenada pelos Juízes Titulares de Vara do Trabalho Flávia Moreira Guimarães Pessoa e Roberto da Silva Fragale Filho, que utilizaram como metodologia dinâmicas de grupo, estudos de caso e simulações para os participantes do Curso adquirirem conhecimentos para aplicação na elaboração de decisão processual que envolva essa questão específica.

Por meio dessas atividades, os alunos desenvolveram a competência de praticar atos decisórios na Vara do Trabalho e no Tribunal com adequação de tempo e forma em regime de tutela de urgência.



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

• **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**
A Nova Sistemática Recursal e o Papel da Uniformização da Jurisprudência

Instrutor:

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho – TST

O Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, em aula proferida no 19.º CFI, examinou o incidente de resolução de demandas repetitivas no novo CPC, que faz parte da disciplina Temas Contemporâneos – a Nova Sistemática Recursal e o Papel da Uniformização da Jurisprudência.

Durante sua exposição, o Ministro Vieira de Mello Filho fez uma contextualização das demandas repetitivas na área processual, explicitou a natureza e o cabimento do incidente, além de sua autonomia.

Tratou, ainda, sobre desistência e abandono da causa, requisitos do incidente, perspectiva sistêmica, legitimados para instauração do incidente, controvérsia sobre a legitimação do Juiz de primeiro grau, formação do procedimento, juízo de admissão e seus efeitos, prosseguimento parcial dos processos sobrestados, aplicação da tese jurídica e revisão da tese firmada no incidente.

Os Alunos-Juizes desenvolveram a competência de adotar postura crítica acerca desse tema, relevante para a jurisdição dada a sua atualidade.



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho expõe aos Alunos-Juizes do 19.º CFI sobre recursos e jurisprudência

• **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**
A Precarização do Trabalho no Brasil

Instrutor:

Ministra Kátia Magalhães Arruda – TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

Mais um tema contemporâneo de relevância para a jurisdição obteve destaque no Curso de Formação Inicial. Em aula proferida no 19.º CFI, a Ministra Kátia Magalhães Arruda trouxe ao exame dos Alunos-Juizes conteúdo hoje largamente debatido na sociedade, que diz respeito à precarização do trabalho no Brasil.

A Ministra Kátia Arruda ressaltou questões relacionadas a banalidade do mal, citando conceito de Hannah Arendt; reconstrução dos direitos humanos e banalidade da exploração, destacando, ainda, o desemprego e o trabalho informal, o trabalho infantil, o acidente de trabalho, o trabalho forçado e a terceirização; e, por fim, o papel da Justiça do Trabalho.

Novamente os participantes desenvolveram a competência de adotar postura crítica sobre temas atuais, dessa vez sobre a precarização do trabalho no País.



Ministra Kátia Magalhães Arruda



Juíza Titular de Vara do Trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto



Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt

• Laboratório Judicial (7 horas-aula) Oficina de Instrução Processual – Parte II

Instrutores:

- Juíza Titular de Vara do Trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto – 19.ª Vara do Trabalho de Brasília/DF
- Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt – VT de Currais Novos/RN



Alunos-Juizes realizam atividades na Oficina de Instrução Processual



Alunos-Juizes realizam atividades na Oficina de Instrução Processual



O prosseguimento da realização de atividades práticas no formato de laboratório judicial ocorreu com outra parte da oficina de instrução processual, que teve como coordenadores os Juizes Titulares de Vara do Trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto e Hermann de Araújo Hackradt.

A dinâmica dos trabalhos se deu por meio de estudo de casos e simulações efetuadas com grupos de Alunos-Juizes com o fim de proporcionar-lhes situações de ensino-aprendizagem em que pudessem vivenciar os diversos atores e ações que se configuram na instrução processual.



Juiza Titular de Vara do Trabalho Maria de Nazaré Medeiros Rocha

• Estágio Supervisionado (2 horas-aula)

Prática Judiciária

- Orientação de Juizes-Tutores

4.ª Semana:

Juiza Titular de Vara do Trabalho Maria de Nazaré Medeiros Rocha – TRT da 8.ª Região/PA/AP

A orientação de Juizes-tutores que transcorreu na quarta semana de desenvolvimento de prática judiciária foi realizada pela Juiza Titular de Vara do Trabalho Maria de Nazaré Medeiros Rocha.

Nessa fase, os Alunos-Juizes continuaram a trabalhar e avaliar vários pontos ligados a questões da prática judiciária.



Alunos-Juizes são orientados sobre prática Judiciária



Sessão plenária do STF

• Estágio Supervisionado

Prática Judiciária (4 horas-aula)

- Visita ao Supremo Tribunal Federal

Os Alunos-Juizes do 19.º CFI realizaram visita ao Supremo Tribunal Federal (STF) como atividade de estágio supervisionado, definida no Programa do Curso.

O objetivo foi acompanhar sessão do Pleno do STF para fortalecimento das questões relacionadas à prática judiciária, na qual lhes foi possibilitado conhecer o Supremo Tribunal Federal, adquirir a compreensão do modo como o órgão máximo da Justiça atua em seus julgamentos e alcançar conhecimentos que os levem a integrar-se de forma adequada na instituição em que trabalham.

• Laboratório Judicial (5 horas-aula)

Oficina de Decisão Processual

- Tópicos da Fase de Execução Trabalhista – Parte

Instrutores:

Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos – TRT da 10.ª Região

Juiz Titular de Vara do Trabalho Luciano Athayde Chaves – 2.ª Vara do Trabalho de Natal/RN



Alunos-Juizes participam de oficina de decisão processual – execução trabalhista

Os Alunos-Juizes integraram-se novamente no trabalho em laboratório judicial, com a realização de atividades destinadas à prática judiciária sobre decisão processual, por meio de dinâmicas de grupo, estudos de caso e simulações.

O laboratório foi conduzido pela Desembargadora do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos e pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Luciano Athayde Chaves, que abordaram especificamente os tópicos da fase de execução trabalhista.

O estudo prático dessa questão permitiu aos participantes adquirirem competência para efetivar a execução trabalhista com domínio de instrumentos jurídicos e metajurídicos.



Alunos-Juizes participam de oficina de decisão processual – execução trabalhista

• Técnica de Instrução Trabalhista (3 horas-aula)

- *Poderes Instrutórios e de Direção Processual do Juiz do Trabalho*
- *A Psicologia do Testemunho e o Valor dos Depoimentos Orais*
- *A Justiça do Trabalho e a Prova*

Instrutor:

Desembargador do Trabalho Marcio Tulio Viana – TRT da 3.ª Região

Na aula sobre Técnica de Instrução Trabalhista, o Desembargador do Trabalho Marcio Tulio Viana expôs três aspectos importantes para reflexão dos novos Juizes e aplicação no exercício jurisdicional: poderes instrutórios e de direção processual do juiz do trabalho; psicologia do testemunho e valor dos depoimentos orais; e Justiça do Trabalho e prova.

As competências desenvolvidas pelos Alunos-Juizes com a disciplina cursada consistem em, nas ações jurisdicionais, exercer com instrumentalidade os poderes de direção de instrução probatória oral, documental e pericial em contraditório e, ainda, exercer a magistratura com respeito ao equilíbrio entre as dimensões emocional e racional de sua subjetividade frente ao conflito social trabalhista.



Desembargador do Trabalho Marcio Tulio Viana



Desembargadora do Trabalho Maria Regina Machado Guimarães

• E-Gestão (2 horas-aula)

Oficina de E-Gestão

Instrutora:

Desembargadora do Trabalho Maria Regina Machado Guimarães – TRT da 10.ª Região

O 19.º CFI também inovou com a incorporação da capacitação na ferramenta de E-Gestão na grade curricular, em aula ministrada pela Desembargadora do Trabalho Maria Regina Machado Guimarães.

O E-Gestão constitui a mais importante ferramenta de administração judiciária de toda a Justiça do Trabalho, permitindo a qualquer magistrado, de qualquer grau de jurisdição, realizar levantamentos de informações gerenciais sobre produtividade das Unidades Judiciárias, Gabinetes e Tribunais, sob dezenas de variáveis, como prazos de julgamento, número de audiências, acervo de processos por ano ou por tipo de parte, por exemplo, e, com isso, pode-se adotar a melhor estratégia possível na gestão das pessoas e rotinas de trabalho para tornar mais eficiente a prestação jurisdicional.

Por essas razões, tornou-se essencial que os novos magistrados fossem apresentados no 19.º CFI à ferramenta e conhecessem suas funcionalidades, para melhor administrar suas Unidades Judiciárias e analisar sua própria produtividade.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Guilherme Guimarães Feliciano

• Temas Contemporâneos (2 horas-aula)

O Direito Penal e a Atuação do Juiz do Trabalho

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Guilherme Guimarães Feliciano – 1.ª VT de Taubaté/SP

Temas Contemporâneos voltou à cena no 19.º CFI para discutir a questão sobre o direito penal e a atuação do Juiz do Trabalho.

Na aula proferida pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Guilherme Guimarães Feliciano, foram destacados os seguintes itens: crimes contra a Administração Pública; funções penais periféricas – o papel do Juiz do Trabalho; poder-dever de noticiar, prisão em flagrante delito e hermenêutica dos tipos, com abordagem sobre aspectos especiais, como falso testemunho, fraude processual, coação no curso do processo, além de outros de interesse da Justiça do Trabalho; direito penal do trabalho no Brasil.

Adotar postura crítica no exercício jurisdicional acerca do tema em foco na aula foi a competência desenvolvida pelos alunos-Juizes.

• **Educação Financeira e Previdenciária
(2 horas-aula)**

Educação Financeira

Instrutor:

Professor José Pio Martins – Reitor da Universidade Positivo de Curitiba/PR



Professor José Pio Martins

O Professor José Pio Martins, economista e Reitor da Universidade Positivo de Curitiba, na aula sobre educação financeira ministrada aos Alunos-Juízes do 19.º CFI, realizou exposição acerca do tema Finanças Pessoais e Carreira. Ressaltou as opções possíveis para carreiras nos diversos âmbitos do mundo do trabalho, os impostos e encargos trabalhistas, a pobreza e a dinâmica da miséria, as necessidades e aspirações da sociedade, a relação das pessoas com o dinheiro e as mudanças que ocorrem na sociedade. Explanou, ainda, sobre a educação emocional e finanças e educação financeira – emoções e técnicas.

Os Alunos-Juízes desenvolveram competência para integrarem-se no corpo profissional da instituição com domínio das questões de remuneração, mobilidade e atividades administrativas e correccionais do órgão de inserção.

• **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**

Direitos Humanos e Proteção contra Despedida Discriminatória: Súmula n.º 443 do TST

Instrutor:

Ministro Lelio Bentes Corrêa – TST



Ministro Lelio Bentes Corrêa

O Ministro Lelio Bentes Corrêa, na disciplina que aborda tema contemporâneo aplicado à jurisdição trabalhista, fez uma exposição para os Alunos-Juízes sobre direitos humanos e proteção contra despedida arbitrária.

O Ministro destacou os principais aspectos ligados à questão dos direitos humanos e examinou a Súmula n.º 443 do TST, que prevê, com presunção de despedida arbitrária, o direito de reintegração no emprego de empregado portador de doença grave que suscite estigma ou preconceito.

Os Alunos-Juízes desenvolveram competência para adotar postura crítica acerca do tema nas atividades jurisdicionais.

• Laboratório Judicial (3 horas-aula)

Oficina de Decisão Processual

- Casos Especiais – Parte V

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo

Hackradt – VT de Currais Novos/RN

O laboratório judicial, nessa parte, teve como intuito o estudo de casos especiais de decisão processual, por meio de oficina.

Vários casos foram levados a exame pelo instrutor responsável pelo laboratório, o Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt, tendo os Alunos-Juizes desenvolvido atividades práticas por meio de dinâmicas de grupo.

A realização dessas atividades oportunizou aos novos Juizes maior compreensão e domínio de situações específicas, de modo a desenvolver competências que lhes permitam, no exercício da jurisdição, utilizar os conhecimentos adquiridos para emitirem decisões processuais.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt ministra oficina de decisão processual



Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro ministra aula sobre a atual previdência social do servidor público

• Educação Financeira e Previdenciária (4 horas-aula)

O Juiz e a Nova Previdência Social do Servidor Público

Instrutor:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto

Pereira de Castro – 7.ª VT de Florianópolis/SC

O Juiz Titular de Vara do Trabalho Carlos Alberto Pereira de Castro, em aula do 19.º CFI na disciplina Educação Financeira e Previdenciária, expôs conteúdo especificamente sobre a nova previdência social do servidor público, inserindo-a no contexto da atividade do Juiz. Primeiro, apresentou uma introdução ao tema em que ressaltou a questão da proteção social aos agentes públicos.

Destacou, a seguir, os itens referentes a regimes previdenciários, noções elementares sobre as reformas constitucionais, aposentadoria e regras de transição e criação do regime complementar e suas consequências.

A competência desenvolvida pelos novos Juizes consiste em integrar-se no corpo profissional da instituição com domínio das questões de remuneração, mobilidade e atividades administrativas e correccionais do órgão de inserção.



Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi; Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT; ex-Senador Bernardo Cabral; e Ministro Walmir Oliveira da Costa

• **Temas Contemporâneos (2 horas-aula)**
Conferência Especial

Conferencista:
Ex-Senador Bernardo Cabral

O ex-Senador Bernardo Cabral, Relator-Geral da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, proferiu conferência especial para os Alunos-Juizes do 19.º Curso de Formação Inicial, no dia 6 de outubro.

Ele foi saudado pelo Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, que destacou a valiosa importância e a experiência do ex-senador na história do País e frisou a relevância de essa experiência ser repassada aos novos Juizes.

Estiveram presentes à conferência os Ministros do TST Alexandre de Souza Agra Belmonte, Walmir Oliveira da Costa, Delaíde Alves Miranda Arantes e Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, além de autoridades convidadas.

Bernardo Cabral, que também foi Ministro da Justiça e Presidente do Conselho Federal da OAB, falou um pouco sobre sua história de vida e trajetória política, que iniciou em 1962



Ex-Senador Bernardo Cabral profere conferência especial no 19.º CFI

com o mandato de deputado estadual até se tornar líder da oposição antes dos trinta anos de idade. Foi fundador do extinto MDB, partido que o elegeu deputado federal, em 1966, até seu mandato ser cassado pelo Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em 1968, cuja primeira medida foi fechar o Congresso Nacional.

O ex-Senador relatou que, em 1969, teve suspensos seus direitos políticos por dez anos e foi interrompida sua carreira de professor universitário.

Ao anunciar que nunca advogou na Justiça do Trabalho, apesar de 61 anos de militância, Cabral ressaltou: “nos meus 83 anos de idade posso asseverar que a Justiça Especializada do Trabalho confirma que os valores humanos de que ela trata são irretiráveis e irrevogáveis”.

Ele defendeu a tese de que a Justiça do Trabalho se torna, a cada dia, mais importante e que precisa ser modernizada administrativamente, mas jamais extinta. “A Justiça do Trabalho é a melhor solução para as controvérsias nas relações do trabalho e, ademais, nos dias atuais, existem mais de 16 milhões de ações a serem julgadas, o que comprova sua necessidade”, finalizou o ex-Senador.

Ao final da conferência, Bernardo Cabral recebeu das mãos do Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, a “Medalha Honra ao Mérito”, concedida a personalidades e instituições, públicas ou privadas que tenham contribuído com seus relevantes serviços para a formação e o aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

• Laboratório Judicial (7 horas-aula)

Oficina de Conciliação Judicial Trabalhista – Parte I

Instrutores:

- Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson
- Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT
- Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini – 47.ª VT de Belo Horizonte/MG



Ex-Senador Bernardo Cabral



Ex-Senador Bernardo Cabral recebe “Medalha Honra ao Mérito”



Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini orienta a participação dos Alunos-Juizes no laboratório de conciliação judicial trabalhista

Programado para o 19.º CFI, o laboratório sobre conciliação judicial trabalhista foi ofertado em mais uma etapa. Sua finalidade consistiu na realização de atividades práticas acerca da conciliação, questão sobre a qual os novos Juízes devem desenvolver a necessária competência de conduzir adequadamente as audiências, considerando que se trata de ação de suma importância na Justiça do Trabalho, voltada para, de início, promover a solução de conflitos entre as partes.

O laboratório foi realizado pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, tendo sido utilizada a metodologia de simulação, em que os Alunos-Juízes exercem os papéis dos atores que compõem uma audiência de conciliação, analisando um caso proposto, orientado pelos instrutores.



Juíza Titular de Vara do Trabalho Adriana Goulart de Sena Orsini e Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, ambos à direita da foto, durante laboratório de conciliação



Alunos-Juízes acompanham transmissão simultânea de atividade de conciliação trabalhista



Alunos-Juízes participam de simulação de conciliação trabalhista



Fernanda Gomes Ferreira

• Administração Judiciária (2 horas-aula)

- *Gestão de Pessoas em Vara do Trabalho*
- *Gestão de Pessoas como Instrumento de Qualidade de Vida nas Varas do Trabalho*

Instrutora:

Fernanda Gomes Ferreira – Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão do TRT da 12.ª Região/SC

Na disciplina Administração Judiciária, ministrada pela Diretora Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão do TRT da 12.ª Região, Fernanda Gomes Ferreira, os Alunos-Juizes estudaram as questões como gestão de pessoas e gestão de pessoas como instrumento de qualidade de vida, estabelecendo a relação entre elas e as Varas de Trabalho.

Ao tratar do tema, Fernanda Gomes Ferreira destacou aspectos fundamentais, a fim de propiciar aos Alunos-Juizes a reflexão e compreensão sobre gestão de pessoas. Foram eles: o cenário da gestão na esfera pública, gestão de pessoas em Vara de Trabalho, fatores fundamentais para a obtenção de resultados e o papel do magistrado na gestão de pessoas e na qualidade de vida no trabalho.

Buscou-se desenvolver nos Alunos-Juizes a competência de gerir com eficiência as pessoas nas Varas e Tribunais do Trabalho.



Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just e Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt desenvolvem atividades de instrução processual

• Laboratório Judicial (6 horas-aula)

Oficina de Instrução Processual – Parte III

Instrutores:

- *Desembargadora do Trabalho Elke Doris Just*
- *Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson*
- *Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT*
- *Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt – VT de Currais Novos/RN*



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT e Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt

• Estágio Supervisionado (2 horas-aula)

Prática Judiciária

- Orientação de Juízes-Tutores

5.ª Semana:

Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt – VT de Currais Novos/RN

Os Alunos-Juízes completaram a 5.ª, e última, semana em que houve orientação de Juízes-tutores para a realização de avaliação da prática judiciária.

A orientação dessa semana foi dada pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt, que buscou o desenvolvimento pelos novos Juízes da competência de Integrar-se no corpo profissional da instituição com domínio das questões de remuneração, mobilidade e atividades administrativas e correcionais do órgão de inserção.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt



Alunos-Juízes realizam estágio supervisionado



Alunos-Juízes recebem orientações sobre prática judiciária



Alunos-Juízes realizam estágio supervisionado

• Atividades de Estudo (4 horas-aula)

O total de quatro horas do curso foi destinado aos Alunos-Juízes para a realização de atividades de estudo, com o objetivo de propiciar o aprofundamento do exame dos temas relacionados à formação profissional do Juiz do Trabalho, mediante leitura e reflexão, e a elaboração de trabalhos e relatórios definidos como integrantes do processo de avaliação, em horários e locais determinados.

Os horários previstos como atividade de estudo foram cumpridos nas dependências da ENAMAT.

• Processo Avaliativo Global

*Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson
– Assessor do Diretor e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT*

Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt – VT de Currais Novos/RN

A avaliação dos Alunos-Juízes do 19.º CFI recebeu grande aperfeiçoamento com a introdução da Comissão de Avaliação, que cumula as funções de avaliação com orientação.

Dessa forma, os membros da Comissão atuam de forma revezada, como avaliadores e, durante uma semana cada, como Juiz-Tutor da Turma, convivendo diretamente com os Alunos em todas as atividades semanais.

Por essa razão, houve o acréscimo de 2 horas semanais, em média, de orientação de Juiz-Tutor, quando este recupera as atividades formativas realizadas durante a semana e avalia em conjunto o seu impacto na prática dos novos Juízes.

Além disso, outra novidade foi a implantação de um processo avaliativo global, em que, ao final do Curso, os membros da Comissão de Avaliação, em conjunto com o Coordenador do Curso, fazem um balanço coletivo das atividades formativas, sua importância e o desempenho dos novos Magistrados, empregando a autoavaliação e avaliação reflexiva das práticas pedagógicas e da participação dos novos Juízes.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT



Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt



Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt e Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, coordenam o processo avaliativo global



Mesa de Honra da cerimônia de formatura composta por: Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, do TST; Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT; Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do TST e do CSJT; Ministro João Batista Brito Pereira, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho; e Juiz Giovanni Olsson, Membro do Conselho Consultivo e Assessor do Diretor da ENAMAT

• Cerimônia de Formatura (2 horas-aula)

Local: Auditório da ENAMAT

A ENAMAT realizou, no dia 9 de outubro de 2015, a cerimônia de formatura dos 24 Alunos-Juizes do 19.º Curso de Formação Inicial. Participaram da cerimônia o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro João Batista Brito Pereira, o Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, o ex-Diretor da Escola, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, e o Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Coordenador do Curso e Assessor da Direção da ENAMAT.

O Diretor da ENAMAT, em seu pronunciamento, elogiou a participação dos Alunos no Curso de Formação Inicial e fez a saudação. “Temos a certeza de que o encerramento deste curso não conclui a sua formação profissional, mas é apenas o primeiro passo de uma longa caminhada, em cuja estrada continuarão – enquanto forem Juizes – sendo eternos alunos”, disse o Ministro.

O Ministro Renato Paiva destacou que a 19.ª edição do CFI é a confirmação da maturidade de um curso pioneiro no Brasil. “Na ENAMAT, porém, em toda edição de um curso, cada disciplina é revista quanto ao seu conteúdo, seu formato e seus instrutores, na perspectiva do perfil



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT; e Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do TST e do CSJT



Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do TST e do CSJT



Discurso do Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva



Ministro Antonio José Barros Levenhagen, Presidente do TST e do CSJT; Ministro João Batista Brito Pereira, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

dos alunos, das novas necessidades e desafios da jurisdição a cada momento histórico e da incorporação de novas técnicas de ensino.”

Segundo ele, essa postura não se afirma por capricho ou diletantismo intelectual, mas sim pelo compromisso inegociável da ENAMAT com a qualidade de suas atividades, que, em última instância, é a qualidade da própria prestação da Justiça Social pelos Magistrados do Trabalho, seus alunos permanentes.

O Diretor ressaltou que o CFI inovou em pelo menos quatro pontos importantes: a consolidação das aulas magnas, como as conferências do Professor Dalmo de Abreu Dallari, do Professor Cristophe Dejourn (França) e do ex-senador Bernardo Cabral. O segundo ponto foi o aumento das atividades dos laboratórios e o aperfeiçoamento de suas técnicas e dinâmicas, que hoje chegam a quase 50% de suas 163 horas-aula. O terceiro ponto importante diz respeito à ampliação da Comissão de Avaliação e à redefinição de seu âmbito de trabalho. O último ponto destacado pelo Diretor da ENAMAT foi a afirmação da avaliação dos Alunos-Juízes, neste novo formato, como uma autêntica avaliação formativa de construção dinâmica, em que a identificação das dificuldades e insuficiências dos alunos é imediatamente complementada por uma reorientação ou reforço da aprendizagem.

Ele finalizou agradecendo aos membros da Comissão de Avaliação pela excelência do

trabalho: Desembargadora Elke Doris Just (TRT-DF), Juíza Titular de Vara do Trabalho Ana Paola Santos Machado Diniz (TRT-BA), Juíza Titular de Vara do Trabalho Maria de Nazaré Medeiros Rocha (TRT-PA/AP), Juiz Titular de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira (TRT-PE) e Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt (TRT-RN), este Coordenador da Comissão.

O Presidente do TST e do CSJT parabenizou os novos Juízes pela aprovação no concurso público, destacou o trabalho do Ministro Renato Paiva na direção da ENAMAT e do Juiz Assessor Giovanni Olsson à frente do CFI e falou aos Alunos-Juízes. “Ninguém vem para a magistratura por convocação. Vem porque quer prestar um serviço público e todos nós estamos aqui para servir. É preciso cumprir nossas obrigações para exigirmos direitos”, disse o Presidente, que apontou, ainda, a necessidade de valorização das convenções e acordos coletivos, por parte do Judiciário do trabalho.



Aluno-Juiz Henrique Macedo profere discurso como representante dos concluintes do 19.º CFI

• Orador

O Aluno-Juiz Henrique Macedo de Oliveira, do TRT da 1.ª Região (RJ), escolhido para ser orador da turma de formandos do 19.º CFI, assinalou, inicialmente, em seu discurso, o comprometimento e a dedicação de todos os servidores e funcionários vinculados à ENAMAT na pessoa da Secretária da Escola, Denimar Ferreira de Menezes Noronha.

Em seguida, frisou a importância da jornada por eles realizada. “Somente aquele que acompanhou a luta diária de quem conciliava estudo e trabalho, tendo em vista a necessidade de garantir o próprio sustento (e, não raro, o sustento da própria família), compreenderá o valor dos poucos instantes de descanso que restavam após uma exaustiva noite de leituras e treinos.”

Segundo o orador, os desafios que todos vivenciaram até a aprovação no concurso para Juiz do Trabalho foram muitos, mas, certamente, não se comparam àqueles que começaram a surgir nos primeiros dias de atuação. “Percebemos rapidamente que estudar com afinco continuará sendo imprescindível; que o tempo seguirá escasso para atender a todos os nossos compromissos; E, desde o primeiro dia no exercício da jurisdição, ficou claro que seremos o tempo todo instados a desenvolver uma série de competências – totalmente condizentes com o estado de complexidade das relações jurídicas nos dias de hoje.”

Destacou, ainda, que é fundamental que eles sejam sempre Alunos-Juízes, dispostos a evoluir o pensamento, porque a manutenção do Estado Democrático de Direito não prescinde do progresso.

“Que possamos deixar o 19.º CFI firmes na convicção de que temos um papel importante a exercer na sociedade. E que especialmente o trabalhador assalariado – nosso reclamante por excelência – possa contar com a nossa atuação imparcial e equidistante, mas sempre sensível à feição tuitiva e civilizatória do Direito do Trabalho, avesso, por tradição, às tentativas de precarização e de desmantelamento de conquistas sociais alcançadas ao longo das últimas décadas”, enfatizou o orador.

Finalizando seu discurso, concluiu, com sensibilidade, o orador da turma: “Que a nossa opinião não se torne verdade absoluta; que os nossos entendimentos pessoais não se transformem em normas cogentes e imperativas, frutos da nossa individual e egoística abstração”. Que, sobretudo, sejamos felizes, porque a verdade, meus amigos, é que dessa vida o que se leva é muito menos do que se busca”.

No 19.º Curso de Formação Inicial, o programa incluiu atividades práticas (oficinas de instrução, conciliação e decisão processual); aulas teóricas sobre conteúdos importantes para a formação profissional; e estágios supervisionados, com visitas a órgãos judicantes para acompanhamento de audiências e sessões de julgamento.



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, entrega certificado a concluinte do 19.º CFI



Confraternização dos concluintes do 19.º CFI



Concluintes do 19.º CFI



Servidores da ENAMAT

FORMAÇÃO CONTINUADA

MODALIDADE DE EDUCAÇÃO PRESENCIAL



CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM INGLÊS PARA MINISTROS DO TST

A ENAMAT oferece para Ministros do TST o Curso de Formação Continuada em Inglês, com o objetivo de preparação para desenvolver habilidades de escrever, falar e ouvir o idioma, considerada principal língua estrangeira para uso em contatos profissionais, congressos e intercâmbios com organismos internacionais, entre outras atividades.

O Curso começou no primeiro semestre de 2014 e continuou sendo ministrado em 2015, com a sequência de estudos dos conteúdos necessários ao aprendizado do idioma.

Foram ofertadas as turmas de iniciante e intermediário aos Ministros que já se encontravam participando do Curso desde o seu início.

No ano de 2015, o Curso abrangeu os conteúdos adiante indicados.

TURMA: INICIANTE

Total de alunos inscritos: 6

1.º SEMESTRE

6 de fevereiro a 26 de junho de 2015

Foram realizadas 15 aulas em que foram estudadas as questões a seguir: presente do indicativo – terceira pessoa – (afirmativa, negativa, perguntas) – Simple Present; inglês para viagens – Restaurante (vocabulário e conversação); pronomes pessoais do caso oblíquo (objeto); uso dos verbos com –ing após verbos que expressem emoções; e aulas temáticas: Páscoa e Pedro e o Lobo (vocabulário, conversação, listening, pronúncia e conversação).

2.º SEMESTRE

7 de agosto a 11 de dezembro de 2015

Nesse semestre, o curso para iniciantes teve o total de 14 aulas, desenvolvendo o conteúdo seguinte: preços e expressão how much; rotinas do dia e de fim de semana; verbos com have, do e go; advérbios de frequência; estações do ano; preposições de tempo; verbos no gerúndio – present continuous (afirmativa, negativa e perguntas); e aula temática: Natal – encerramento e confraternização (vocabulário de Natal, conversação, listening, leitura e interpretação de textos).

TURMA: INTERMEDIÁRIO

Total de alunos inscritos: 10

1.º SEMESTRE

6 de fevereiro a 26 de junho de 2015

O Curso realizou-se em 14 aulas no semestre para a turma de intermediário, com os seguintes conteúdos: adjetivos com –ed e –ing; expressões de concordância e discordância; orientações de caminho e endereço (directions); advérbios de frequência; verbos com dois objetos; aulas culturais – Oscar e Equal Pay Day (vocabulário, conversação, listening, leitura e pronúncia); aulas temáticas – Páscoa e Pedro e o Lobo (vocabulário, conversação, listening, leitura e pronúncia)

2.º SEMESTRE

7 de agosto a 11 de dezembro de 2015

Com 15 aulas, os conteúdos que foram objeto de estudo são os seguintes: expressões que exigem verbos com –ing e infinitivo; verbos com dois objetos; superlativos; phrasal verbs; Inglês para viagens – compra de bilhetes para atrações (vocabulário e conversação); aula cultural – Dia do Trabalho nos EUA (vocabulário, conversação, listening, leitura e pronúncia); aula temática: Natal – encerramento e confraternização (vocabulário de Natal, conversação, listening, leitura e interpretação de textos).

6.º CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA DE TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

8 a 11 de junho de 2015

A aula inaugural do Ministro do Tribunal de Contas da União Benjamin Zymler deu início ao 6.º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho, promovido pela ENAMAT, que contou com 42 participantes.

A abertura do Curso foi presidida pelo Diretor da ENAMAT Ministro Renato de Lacerda Paiva e contou com a ilustre presença do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, que saudou os participantes e ressaltou a importância de permanentemente fazer atualização no processo de gestão.



Foto oficial do 6.º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho

A aula inaugural, proferida pelo Ministro Benjamin Zymler, destacou o tema Governança nas aquisições da administração. O Ministro iniciou sua palestra falando sobre o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), que possibilita licitar grandes obras e vultuosas contratações de serviços.

Ao abordar a definição de governança, Benjamin Zymler ressaltou que, no Direito Administrativo brasileiro, por exemplo, o processo administrativo convoca as pessoas para falar nos autos e citou a Lei n.º 9.784/1999, que cria um modelo da maneira clássica de atuar na administração pública. “O gestor pode ser eficiente e eficaz”, destacou.

O Ministro Zymler discorreu sobre o conceito básico de governança do Banco Mundial: “Governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país, visando ao desenvolvimento e à capacidade dos Governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções”. Ele também abordou os princípios constitucionais ligados a prática da boa governança: publicidade, impessoalidade, economicidade, legalidade e eficiência.

O curso, que teve por objetivo capacitar dirigentes dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, tratou, nas aulas que ocorreram durante os quatro dias programados, sobre as seguintes questões: gestão judiciária: a uniformização da jurisprudência nos tribunais; gestão orçamentária: lei de responsabilidade fiscal; e comunicação social: a imagem da instituição perante a sociedade.



Ministro Antonio José de Barros Levenhagen,
Presidente do TST e do CSJT



Ministro do Tribunal de Contas da União Benjamin Zymler profere aula inaugural no 6.º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho



Ministro Barros Levenhagen, Presidente do TST e do CSJT, fala aos participantes do 6.º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho



Magistrados dirigentes dos TRTs participam do 6.º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	
DIA 8.6.15 (segunda-feira) (Local: ENAMAT)	
13h	Recepção e Integração
13h30	Abertura <i>Direção da ENAMAT</i> <i>Presidência do TST/CSJT</i>
13h45	Aula inaugural (01 hora-aula) <i>Benjamin Zymler – Ministro do TCU – Governança nas aquisições da Administração</i>
15h	Introdução à Administração Judiciária de TRT (02 horas-aula) <i>Desembargador do Trabalho Flavio Portinho Sirangelo</i>
17h	Planejamento Estratégico na Justiça do Trabalho (01 hora-aula) <i>Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado Silveira</i>
18h	Encerramento
DIA 9.6.15 (terça-feira) (Local: ENAMAT)	
9h	Gestão Judiciária: a Uniformização da Jurisprudência nos Tribunais (03 horas-aula) <i>Ministro do TST Aloysio Corrêa da Veiga – Coordenador</i> <i>Ministro do TST Luiz Philippe Vieira de Mello Filho</i> <i>Ministro do TST José Roberto Freire Pimenta</i>
12h	Almoço
14h	Gestão Orçamentária: Lei de Responsabilidade Fiscal (Limites, Relatórios e Principais Obrigações do Poder) e Trâmites Orçamentários e Execução Financeira na JT (02 horas-aula) <i>Marcelo Barros Marques – Subsecretário de Programação Orçamento e Finanças do CJF</i>
15h40	Coffee break
16h	Comunicação Social: a Imagem da Instituição perante a Sociedade (02 horas-aula) <i>Patrícia Resende – Coordenadora de Rádio e TV do TST</i>
18h	Encerramento
DIA 10.6.15 (quarta-feira) (Local: ENAMAT)	
9h	Gestão de Contratos: Peculiaridades da JT em Bens e Serviços (03 horas-aula) <i>Fabiano de Andrade Lima</i>
12h	Almoço
14h	Gestão de Contratos: Peculiaridades da JT em Bens e Serviços (01 hora-aula) <i>Fabiano de Andrade Lima</i>
15h	Coffee break
15h20	Gestão Orçamentária: Lei de Responsabilidade Fiscal (Limites, Relatórios e Principais Obrigações do Poder) e Trâmites Orçamentários e Execução Financeira na JT (03 horas-aula) <i>Marcelo Barros Marques – Subsecretário de Programação Orçamento e Finanças do CJF</i>
18h	Encerramento
DIA 11.6.15 (quinta-feira) (Local: ENAMAT)	
9h	Gestão de Pessoas: a Capacitação de Servidores (02 horas-aula) <i>Ana Cláudia Braga Mendonça – Procuradoria da República</i>
10h40	Coffee break
11h	Gestão de Pessoas: a Formação Profissional de Magistrados (02 horas-aula) <i>Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson – ENAMAT</i>
13h	Encerramento do Curso <i>Direção da ENAMAT</i>



Desembargador do Trabalho Flavio Portinho Sirangelo, Conselheiro do CNJ, ministra aula sobre introdução à administração judiciária de TRT



Juiz Titular de Vara do trabalho Rubens Curado, Conselheiro do CNJ, ministra aula sobre planejamento estratégico na Justiça do Trabalho

No primeiro dia de atividades do 6.º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho, o Desembargador do Trabalho e membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Flavio Portinho Sirangelo ministrou aula sobre *Introdução à Administração Judiciária de Tribunais*, com ênfase nas principais teorias e técnicas da gestão pública aplicada ao Poder Judiciário.

O Desembargador falou sobre o surgimento do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e seus papéis na nova visão da administração do Poder Judiciário. Especificamente sobre o Conselho Nacional de Justiça, ele enfatizou os conceitos que envolvem a judicialização e discorreu sobre as diferentes abordagens sobre administração judiciária, que, segundo ele, “é condição de independência judicial”.

O Juiz Titular de Vara do Trabalho Rubens Curado, também Conselheiro do CNJ, falou aos dirigentes dos TRTs sobre o Planejamento Estratégico na Justiça do Trabalho e traçou um panorama global da JT no Brasil, ressaltando o acervo do 1.º e 2.º graus de jurisdição, litigiosidade, produtividade de magistrados e servidores, e abordou a efetividade na execução. Segundo ele “É preciso compreender o comportamento dos números de cada Tribunal”. Ele citou, ainda, o professor Idalberto Chiavenato, autor brasileiro da área da administração, que fala da importân-

cia do processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos organizacionais.

O Subsecretário de Programação, Orçamento e Finanças do CNJ, Marcelo Barros Marques, ministrou aula sobre Gestão Orçamentária, abordando a Lei de Responsabilidade Fiscal e Trâmites Orçamentários e Execução Financeira na Justiça do Trabalho. Ele salientou o círculo vicioso do endividamento, onde se concentram os gastos discricionários da Justiça do Trabalho, e apresentou gráficos referentes ao controle de gastos dessa Justiça.

A Jornalista Patrícia Resende, coordenadora de Rádio e TV do TST, expôs a questão da imagem da instituição perante a sociedade, realçando o papel das assessorias de comunicação nos Tribunais e a importância do *site* institucional, que, segundo ela, é a vitrine da instituição.

Patrícia Resende deu orientações importantes sobre o modo de conceder melhores entrevistas, a atuação multimídia dos Tribunais e a importância das redes sociais e do rádio na comunicação corporativa.

A uniformização da jurisprudência nos Tribunais foi o tema da mesa-redonda realizada no Curso.

Os Ministros do TST Aloysio Corrêa da Veiga, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e José Roberto Freire Pimenta discorreram sobre o assunto, abordando especialmente o papel dos



Painel sobre gestão judiciária, com foco na uniformização da jurisprudência nos tribunais



Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, do TST, Coordenador do Painel



Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, do TST, participante do Painel

precedentes, sua vinculação obrigatória e os arts. 489 e 926 do novo Código de Processo Civil. A importância de que sentenças e acórdãos atenham para a jurisprudência prevalecente dos Tribunais Regionais e Superiores foi destacada por todos os expositores, como medida de eficiência da prestação do serviço judiciário e instrumento de segurança jurídica. Ao mesmo tempo em que permite solucionar as demandas de forma mais célere, a adoção dos precedentes nos julgamentos também confere segurança jurídica, essencial para uma sociedade de conflitos de massa, como se observa na atualidade.

A médio e a longo prazo, segundo eles apontam, há uma tendência de redução do número de conflitos e das próprias ações, que hoje acabam sendo estimulados por uma expectativa de “loteria judiciária”, na qual os direitos são descumpridos na suposição de que a diversidade de entendimentos sobre as mesmas questões de fato e de direito possam levar a um eventual ganho de causa conforme a Vara ou Turma do Tribunal para onde sejam distribuídas.

Na avaliação dos expositores, a nova sistemática brasileira combina o tradicional modelo do direito romano-germânico com a experiência da *common law*, que se utiliza no direito anglo-saxão.



Ministro José Roberto Freire Pimenta, do TST, participante do Painel



Marcelo Barros Marques Subsecretário de Programação, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal



Jornalista Patrícia Resende, coordenadora de Rádio e TV do TST



Ana Cláudia Braga Mendonça, Secretária de Gestão de Pessoas Adjunta da Procuradoria Geral da República

Todos foram enfáticos ao dizer, porém, que o sucesso do novo modelo, em termos de redução de recursos e ações repetitivas e julgamentos díspares, depende diretamente da uniformização da jurisprudência dentro de cada um dos Tribunais Regionais, assim como no próprio TST, no que todos devem ser parceiros para dar celeridade e segurança jurídica nas decisões para a sociedade como um todo.

O Assessor-Chefe de Gestão Estratégica do Tribunal Superior Eleitoral, Fabiano Andrade Lima, foi professor do módulo sobre gestão de contratos, desenvolvido Curso.

Fabiano Lima apresentou a modalidade mais eficiente do pregão eletrônico e explicitou o regime diferenciado de contratações, a parceria público-privada, o seguro-garantia e os principais aspectos da Lei n.º 8.666/1993.

Por seu turno, o Subsecretário de Programação, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal, Marcelo Barros Marques, continuou sua abordagem, iniciada no dia anterior, sobre gestão orçamentária, tratando da Lei de Responsabilidade Fiscal. Citou o panorama orçamentário do Poder Judiciário, explicou como proceder em casos de ultrapassagem no limite de gastos com pessoal nos Tribunais e esclareceu como essa questão traz impacto sobre a gestão do Tribunal.

O Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, ministrou



Juiz de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

a atividade de encerramento do 6.º Curso de Formação Continuada destinado a Presidentes, Vice-Presidentes e Corregedores dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho.

Giovanni Olsson explicou que o magistrado é um aprendiz permanente e sempre está adquirindo e aperfeiçoando competências profissionais ao longo de toda a sua carreira profissional, e, nesse aspecto, é essencial a atuação das Escolas Judiciais. Falou sobre competências gerais e específicas do Juiz do Trabalho, que envolvem as atividades concretas do seu cotidiano, como interrogar testemunhas, gerir pessoas e rotinas de trabalho, relacionar-se com a sociedade e a mídia, e diversas outras, cuja sistematicidade e progressividade de aquisição ocorrem nas ações formativas das Escolas.

Olsson ressaltou a importância do compartilhamento de projetos e ações entre Escolas Judiciais e a Administração dos Tribunais, de forma que as ações formativas para qualificar os magistrados possam se realizar, de um lado, com o menor impacto possível na continuidade do serviço judiciário, mas, de outro, garantir sua qualidade, a fim de que o magistrado possa atuar melhor na resposta das demandas da sociedade. A exposição ainda apresentou diversos exemplos de boas práticas que otimizam a utilização de recursos públicos na qualificação dos magistrados e permitem tornar a Escola Judicial uma importante parceira da Administração do Tribunal como instrumento de gestão.



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT



Encerramento do 6.º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho



Magistrados participantes do 6.º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho



1.º CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL EM EXECUÇÃO TRABALHISTA

31 de agosto a 2 de setembro de 2015

DIA 31.8.2015 (Local: ENAMAT)	
13h	Recepção e credenciamento
13h45	Abertura <i>Ministro ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN - Presidente do TST e do CSJT</i> <i>Ministro RENATO DE LACERDA PAIVA – Diretor da ENAMAT</i>
14h	Ponto 01. Estratégias gerais de inteligência aplicadas à atuação investigativa do Poder Público: limites e possibilidades de integração institucional <i>Instrutores: (Painel)</i> <i>Juiz Titular de Vara do Trabalho HOMERO BATISTA MATEUS DA SILVA (TRT da 2.ª Região) - Coordenador da Comissão Nacional de Efetividade de Execução Trabalhista do CSJT</i> <i>Juiz Federal JORGE GUSTAVO SERRA DE MACÊDO COSTA (TRF da 3.ª Região – 11.ª Vara Federal de Belo Horizonte – MG)</i> <i>Delegado Federal ROBERTO BIASOLI (Coordenador-Geral de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional- DRCI- MJ)</i>
15h50min	Coffee break
16h10min	Ponto 02. As boas práticas de estruturação normativa e administrativa dos Núcleos de Pesquisa Patrimonial dos TRTs <i>Instrutores: (Painel)</i> <i>Juiz do Trabalho Substituto MARCOS VINÍCIUS BARROSO (TRT da 3ª Região)</i> <i>Juíza Titular de Vara do Trabalho ANA PAOLA SANTOS MACHADO DINIZ (TRT da 5ª Região)</i>
18h	Encerramento das atividades



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do TST e do CSJT, e Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT

O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Ministro Antônio José de Barros Levenhagen, proferiu discurso na abertura do 1º Curso de Formação Continuada em Estratégias de Investigação Patrimonial em Execução Trabalhista, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT).

Barros Levenhagen ressaltou a importância da fase de execução dos processos, pois, segundo ele, este é o momento em que “os jurisdicionados aguardam aflitos a efetividade daquilo que se reconheceu na sentença”. Durante seu pronunciamento, o Presidente salientou que há uma “taxa elevada de congestionamento na fase de execução”, mas garantiu que o curso tem a preocupação primordial de desenvolver os magistrados para cumprir “com celeridade e eficiência a atividade-fim da Justiça Trabalhista”.

O Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, destacou que “o curso tem como marco o pioneirismo nessa área tão sensível que é a execução” e lembrou que é a primeira vez que o Judiciário do Trabalho trata desse tema durante um Curso de Formação Continuada. Para ele, consiste em “um importante passo na qualificação dos magistrados”.

O Curso contou com a presença de 23 magistrados e 16 servidores, num total de 39 participantes, além de instrutores que abordaram temas relacionados à execução trabalhista.



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da Enamat

No primeiro painel realizado no Curso, tratou-se das estratégias gerais de inteligência aplicadas à atuação investigativa do Poder Público: limites e possibilidades de integração institucional. Os instrutores que conduziram as atividades foram o Delegado da Polícia Federal Roberto Biasoli, Coordenador-Geral de Articulação Institucional do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça; o Juiz Titular de Vara do Trabalho Homero Batista Mateus da Silva, do Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região (SP), Coordenador da Comissão Nacional de Efetividade de Execução Trabalhista do CSJT; e o Juiz Federal Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa, do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região (MG).



Delegado da Polícia Federal Roberto Biasoli



Juiz Titular de Vara do Trabalho Homero Batista Mateus da Silva

Biasoli destacou a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção – ENCCLA, que tem por objetivo articular, integrar e propor ações do Governo nos aspectos relacionados à lavagem de dinheiro, crime organizado transnacional, recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional. O Delegado da Polícia Federal ressaltou, ainda, o trabalho de inteligência na investigação pessoal e patrimonial, que trata de operações suspeitas, como o aumento de volume de depósitos de qualquer pessoa física ou jurídica sem causa aparente e os depósitos em espécie.

O Juiz Federal Jorge Gustavo e o Juiz de Vara do Trabalho Homero Batista abordaram as estratégias gerais de inteligência, citando aspectos da Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013), a complexidade dos grupos econômicos, a transcendência de penalidades e a valorização dos cadastros nacionais de empresas idôneas.

Nos dois dias seguintes do Curso foram desenvolvidas diversas atividades e examinados vários temas relacionados à investigação patrimonial em execução trabalhista, que trouxeram importantes elementos aos participantes do evento, como se pode verificar no quadro adiante, em que constam, entre outros itens, os assuntos estudados e os instrutores.



Juiz Federal Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa



Instrutores do 1.º Curso de Formação Continuada em Estratégias de Investigação Patrimonial em Execução Trabalhista

DIA 1º.9.2015	
(Local: ENAMAT)	
9h	Ponto 03. Técnicas avançadas de utilização do BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD na investigação patrimonial (3h) <i>Instrutores:</i> <i>Juiz do Trabalho Substituto CESAR ZUCATTI PRITSCH (TRT da 4ª Região)</i>
12h	Almoço
13h30min	Ponto 04. Técnicas avançadas de utilização do SIMBA (2h) <i>Instrutor:</i> <i>Juiz do Trabalho Substituto MARCOS VINICIUS BARROSO (TRT da 3ª Região)</i>
15h20min	Coffee break
15h40min	Ponto 05. Técnicas de investigação com outras ferramentas de telemática e a prática do COAF (2h) <i>Instrutor:</i> <i>Dr. ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUSA (Diretor de Análise e Fiscalização do COAF)</i>
17h30min	Encerramento das atividades
DIA 2.9.2015	
(Local: ENAMAT)	
9h	Ponto 06. As boas práticas de investigação patrimonial em outros órgãos públicos (RFB, PF e JF) (2h) <i>Instrutores: (Painel)</i> <i>Juiz Federal Substituto MARCEL CITRO DE AZEVEDO (TRF da 4ª Região – 19ª Vara Federal de Porto Alegre/RS)</i> <i>Auditor GERSON SCHAAN (RFB)</i>
10h40min	Coffee break
11h	Ponto 07. As boas práticas de investigação patrimonial dos Núcleos (1h) <i>Instrutores: (Painel)</i> <i>Juiz Titular de Vara do Trabalho RICARDO FIOREZE (TRT da 4ª Região)</i> <i>Juíza Titular de Vara do Trabalho ANA PAOLA SANTOS MACHADO DINIZ (TRT da 5ª Região)</i> <i>Juiz do Trabalho Substituto FRANCISCO MONTENEGRO NETO (TRT da 1ª Região)</i>
12h	Almoço
13h30min	Ponto 06. As boas-práticas de investigação patrimonial em outros órgãos públicos (RFB, PF e JF) (1h) <i>(continuação)</i> <i>Delegada de Polícia Federal ERIKA MIALIK MARENA</i>
14h20min	Coffee break
14h40min	Ponto 08. Os limites e possibilidades da investigação patrimonial no Poder Judiciário: propostas para aumentar a efetividade da execução (2h) <i>Instrutor:</i> <i>Juiz Titular de Vara do Trabalho HOMERO BATISTA MATEUS DA SILVA (TRT da 2.ª Região) - Coordenador da Comissão Nacional de Efetividade de Execução Trabalhista do CSJT</i>
16h30min	Encerramento do Curso

MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM TÉCNICA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL

1.º de abril a 17 de maio de 2015

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Atividades de Ambientação e Preparação para as Atividades	1º a 5/Abril	3h
Fórum Avaliativo da Aula 1	Desenvolvimento de habilidades voltadas para a instrução processual	6 a 12/Abril	7h
Fórum Avaliativo da Aula 2	Planejamento da audiência e produção da prova oral	13 a 19/Abril	7h
Fórum Avaliativo da Aula 3	Produção da prova documental - divergências na doutrina e na jurisprudência sobre o conceito de prova documental	20 a 26/Abril	7h
Fórum Avaliativo da Aula 4	Produção da prova pericial	27/Abril a 3/Maio	7h
Fórum Avaliativo da Aula 5	Inspeção judicial	4 a 10/Maio	6h
Período de Avaliação	Apresentação de Trabalhos de Conclusão do Curso	11 a 17/Maio	3h

O Curso de Formação Continuada em Técnica de Instrução Processual, modalidade à distância, foi promovido pela ENAMAT no período de 1.º de abril a 11 de maio, com a duração de 40 horas, divididas em 7 módulos e com um total de 7 turmas e .183 inscritos. Os cinco primeiros dias foram destinados à ambientação, e os demais à leitura, discussão e avaliação das aulas.

O objetivo do Curso foi estimular o participante a desenvolver habilidades humanas e conceituais, voltadas para a instrução processual, a fim de melhorar, dentro de uma visão sistemática (identificação de problemas, estabelecimento de objetivos, reunião de informações, identificação de soluções alternativas, avaliação de opções e escolha da melhor opção), sua atuação funcional durante a instrução processual.

Foram estudados os seguintes temas durante o curso, por meio de leitura e debate nos fóruns de discussão: desenvolvimento de habilidades voltadas para a instrução processual; planejamento da audiência e produção da prova oral; produção da prova documental – divergências na doutrina e na jurisprudência sobre o conceito de prova documental; produção da prova pericial; e inspeção judicial.

Utilizando a metodologia definida pela ENAMAT para a realização para a educação a distância, própria para essa modalidade, foi proporcionado ao Aluno-Juiz o acesso a material especificamente produzido para o Curso e a atuação em regime de aprendizado colaborativo, com ênfase na interação entre os participantes.

A avaliação da aprendizagem dos Alunos-Juízes, formativa, ocorreu durante cada aula virtual, quando foram avaliadas as competências que os alunos desenvolveram e o domínio do conteúdo mediante a análise de sua participação nas atividades que se efetivaram no ambiente virtual de aprendizagem. Também foi proposto pelo professor de cada turma um trabalho de conclusão do Curso como atividade final de avaliação.

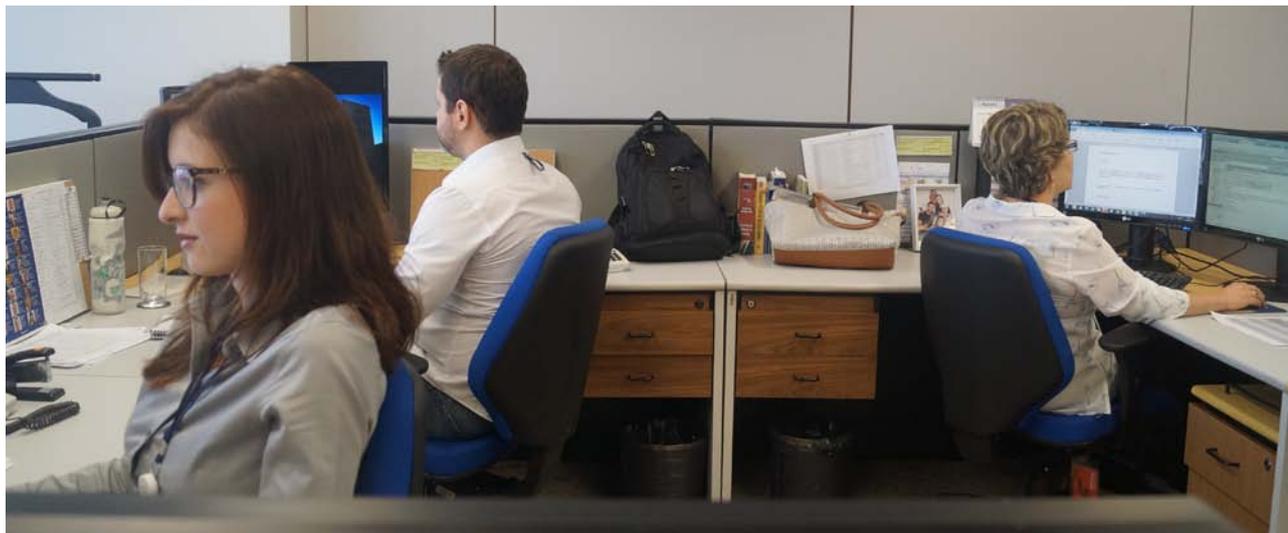
O Curso contou com o auxílio de monitores da ENAMAT para acompanhamento das atividades na ferramenta Moodle e para esclarecimento de dúvidas de alunos e do professor sobre questões administrativas e de navegação no ambiente virtual de aprendizagem.

CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE PROVA PERICIAL EM ACIDENTES E DOENÇAS OCUPACIONAIS

20 de agosto a 11 de outubro de 2015

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	Conteúdo	Carga Horária	Período de Realização
Ambientação	<i>Ambientação e Preparação para as Atividades</i>	3h	20/08 a 23/08/2015
Fórum Avaliativo da Aula 1	<i>Questões Atuais da Prova Pericial; Legislação Aplicável à Prova Pericial</i>	4 h	24/08 a 30/08/2015
Fórum Avaliativo da Aula 2	<i>Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário; Incapacidade para o Trabalho e Reabilitação Profissional</i>	4 h	31/08 a 6/09/2015
Fórum Avaliativo da Aula 3	<i>LER/DORT; Acidentes de Trabalho e o Combate à Teoria do Ato Inseguro</i>	4 h	7/09 a 13/09/2015
Fórum Avaliativo da Aula 4	<i>Nexo entre Transtornos Mentais e Trabalho; Trabalho, Sofrimento Psíquico e Patologia</i>	4 h	14/09 a 20/09/2015
Fórum Avaliativo da Aula 5	<i>Etapas da Prova Pericial; Documentos e Procedimentos; Quesitos da Perícia</i>	4 h	21/09 a 27/09/2015
Fórum Avaliativo da Aula 6	<i>Perícias Médicas; A Prova Pericial Judicial – Diretrizes e Enunciados</i>	4 h	28/09 a 4/10/2015
Avaliação	<i>Período de Avaliação</i>	3 h	5/10 a 11/10/2015



Servidores integrantes da equipe acadêmica da ENAMAT realizam monitoria de curso de EAD

A ENAMAT realizou, no período de 20 de agosto a 11 de outubro, o Curso de Formação Continuada sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais, na modalidade de educação a distância. O curso teve carga horária de 30 horas e recebeu 359 inscrições de magistrados dos diversos Tribunais Regionais do Trabalho, distribuídos em 14 turmas.

O objetivo foi prover o Aluno-Juiz de elementos que lhe prestem informações e desenvolvam reflexão sobre as ações perante a Justiça do Trabalho envolvendo acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, legislações aplicáveis à prova pericial e pleitos de indenizações por responsabilidade civil, além de outros temas.

O Curso utilizou material didático produzido por diversos especialistas de reconhecido saber sobre o tema e apresentou proposta pedagógica de educação a distância que favoreceu a interação entre os participantes, propiciando situação de aprendizagem, onde todos aprendem com todos.

A saúde do trabalhador, as doenças ocupacionais, os princípios do Direito Ambiental, as etapas da prova pericial, além dos distúrbios osteomusculares e quesitos da perícia, estão entre os temas abordados. Tratou, ainda, dos parâmetros do laudo pericial para a avaliação da incapacidade e abordou os comentários sobre as diretrizes e os enunciados expedidos pelo Programa Trabalho Seguro.

No Curso foram avaliadas as competências que os alunos desenvolveram e o domínio do conteúdo por meio da análise da participação nos fóruns de discussão e outras ferramentas, como Wiki, por exemplo, ocorridos no ambiente virtual de aprendizagem e de trabalho final proposto pelo professor.

O Curso contou com o auxílio de monitores da ENAMAT para acompanhamento das atividades na ferramenta Moodle e para esclarecimento de dúvidas de alunos e do professor sobre questões administrativas e de navegação no ambiente virtual de aprendizagem.

CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE RELACIONAMENTO DA JUSTIÇA COM A MÍDIA

22 de outubro de 2015 a 29 de novembro de 2015

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Atividades de Ambientação e Apresentação do Tema	22 a 25/10/2015	2 horas
Fórum da Aula 1	A Importância do Relacionamento com a Mídia	26/10 a 1º/11/2015	5 horas
Fórum da Aula 2	A Imprensa em Busca de Informações- Como se preparar?	2 a 8/11/2015	6 horas
Fórum da Aula 3	Entrevistas para jornais, revistas, sites e utilização de redes sociais	9 a 15/11/2015	7 horas
Fórum da Aula 4	Entrevistas para rádio, televisão e coletivas de imprensa	16 a 22/11/2015	7 horas
Avaliação	Período de Avaliação	23 a 29/11/2015	3 horas

O Curso de Formação Continuada sobre Relacionamento da Justiça com a Mídia, modalidade a distância, teve a duração de 30 horas, divididas em 5 módulos, com um total de 6 turmas e 118 participantes. O primeiro módulo foi destinado à ambientação, o último à avaliação e os demais dedicados à leitura, discussão e avaliação das aulas.

O objetivo do Curso foi preparar os magistrados para desenvolver um bom relacionamento com a imprensa, de modo a avaliar as principais características do relacionamento da Justiça com a mídia; reconhecer as condutas que o Juiz deve apresentar no relacionamento com a mídia para possibilitar a realização de entrevistas e contatos produtivos; compreender a importância do bom relacionamento com a mídia para a comunicação do Poder Judiciário com a sociedade; e demonstrar habilidades para realizar entrevistas com jornalistas.

Os Alunos-Juizes estudaram e debateram por meio de fóruns de discussão no ambiente virtual de aprendizagem os seguintes temas: a importância do relacionamento com a mídia; a

imprensa em busca de informações – como se preparar; entrevistas para jornais, revistas, sites e utilização de redes sociais; e entrevistas para rádio, televisão e coletivas de imprensa.

O Curso embasou-se em proposta pedagógica que privilegiou procedimentos didáticos próprios da educação a distância. Os Alunos-Juizes tiveram acesso a material especificamente produzido para a apresentação didática do conteúdo e realizaram atividades em fóruns de discussão, e em outras atividades propostas pelo professor, em regime de aprendizado colaborativo, que propiciou a interação entre os participantes, os quais trouxeram ao debate, além das questões examinadas no material de ensino, as experiências no exercício da jurisdição relacionadas ao conteúdo estudado.

O Curso contou com o auxílio de monitores da ENAMAT para acompanhamento das atividades na ferramenta Moodle e para esclarecimento de dúvidas de alunos e do professor sobre questões administrativas e de navegação no ambiente virtual de aprendizagem.



FORMAÇÃO DE FORMADORES

MODALIDADE DE EDUCAÇÃO PRESENCIAL

CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE
RELACIONAMENTO DA JUSTIÇA COM A MÍDIA

22 de outubro de 2015 a 29 de novembro de 2015



Foto Oficial do 3.º Curso de Formação de Formadores para Gestores de Escolas Judiciais

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

DIA 15.06.2015 (segunda-feira)	
(Local: ENAMAT)	
12h30	Recepção e credenciamento
13h	Abertura <i>Ministro Renato de Lacerda Paiva – Diretor da ENAMAT</i> <i>Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – Vice-Presidente do TST</i>
13h15	01. A VISÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA JUDICIAL 01.01. O Papel da Escola Judicial na Formação Profissional do Magistrado <i>Aula inaugural:</i> <i>Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – Vice-Presidente do TST</i>
14h	02. O SISTEMA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA MAGISTRATURA LABORAL 02.01. A Formação dos Magistrados: um Modelo de Educação Profissional em Construção <i>Instrutora: Professora Dilsa Mondardo – Consultora Pedagógica da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina - ESMESC</i>
15h50	<i>Coffee break</i>
16h10	04. A ENGENHARIA DE GESTÃO NAS ESCOLAS JUDICIAIS 04.01. Principais Questões da Prática da Gestão Orçamentária das Escolas <i>Instrutores:</i> <i>Marcos Augusto Willmann Saar de Carvalho – Coordenador de Orçamento e Finanças do CSJT</i> <i>Annibal Nery Júnior – Coordenador de Orçamento e Finanças do TST</i>
18h	Encerramento das atividades
DIA 16.06.2015 (terça-feira)	
(Local: ENAMAT)	
9h	02. O SISTEMA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA MAGISTRATURA LABORAL 02.02. A experiência da ENFAM na formação profissional dos Magistrados Estaduais e Federais <i>Instrutor:</i> <i>Juiz de Direito Paulo de Tarso Tamburini – Secretário-Geral da ENFAM</i>
09h50	<i>Coffee break</i>
10h10	02. O SISTEMA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA MAGISTRATURA LABORAL 02.03. Os fundamentos gerais da formação do Magistrado do Trabalho <i>Instrutor:</i> <i>Giovanni Olsson – Juiz Titular da 4ª Vara do Trabalho de Chapecó/12ª Região e Assessor do Diretor da ENAMAT</i>
12h	Almoço
13h30min	03. A ENGENHARIA PEDAGÓGICA E DE FORMAÇÃO NAS ESCOLAS JUDICIAIS 03.01. As práticas pedagógicas aplicadas à formação do Magistrado <i>Instrutora: Graça Maria Borges de Freitas - Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Ouro Preto/3ª Região</i>
15h20	<i>Coffee break</i>
15h40	03. A ENGENHARIA PEDAGÓGICA E DE FORMAÇÃO NAS ESCOLAS JUDICIAIS 03.02. Oficina: as experiências pedagógicas na formação do Magistrado do Trabalho <i>Instrutora: Graça Maria Borges de Freitas - Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Ouro Preto/3ª Região</i>
17h30	Encerramento das atividades

DIA 17.06.2015 (quarta-feira)	
(Local: ENAMAT)	
9h	<p>04. A ENGENHARIA DE GESTÃO NAS ESCOLAS JUDICIAIS</p> <p>04.02. A gestão da EAD e suas ferramentas</p> <p><i>Instrutores:</i></p> <p><i>Tema I: A EaD como instrumento de transformação na educação profissional para agentes públicos (40min)</i></p> <p><i>Profa. Dra. Nara Maria Pimentel (UNB)</i></p> <p><i>Tema II: As experiências das Escolas Nacionais na EAD (30min)</i></p> <p><i>Marizete da Silva Oliveira (ENFAM)</i></p> <p><i>José Valmir dos Santos Filho (ENAMAT)</i></p>
10h40	Coffee break
11h	<p>04. A ENGENHARIA DE GESTÃO NAS ESCOLAS JUDICIAIS</p> <p>04.03. Mesa-redonda: As boas-práticas na estruturação administrativo-gerencial das Escolas</p> <p><i>Instrutores:</i></p> <p><i>Juiz Hermann de Araújo Hackradt (TRT da 21a Região)</i></p> <p><i>Juiz Agenor Martins Pereira (TRT da 6a Região)</i></p>
12h	Almoço
13h30	<p>04. A ENGENHARIA DE GESTÃO NAS ESCOLAS JUDICIAIS</p> <p>04.04. Oficina: As Escolas vistas por elas próprias, seus limites e possibilidades</p> <p><i>Instrutores:</i></p> <p><i>Juiz Giovanni Olsson (ENAMAT)</i></p> <p><i>Juiz Hermann de Araújo Hackradt (TRT da 21a Região)</i></p> <p><i>Juiz Agenor Martins Pereira (TRT da 6a Região)</i></p>
16h	<p>Encerramento do Curso</p> <p><i>Ministro Renato de Lacerda Paiva – Diretor da ENAMAT</i></p>
15h40	<p>03. A ENGENHARIA PEDAGÓGICA E DE FORMAÇÃO NAS ESCOLAS JUDICIAIS</p> <p>03.02. Oficina: as experiências pedagógicas na formação do Magistrado do Trabalho</p> <p><i>Instrutora: Graça Maria Borges de Freitas - Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Ouro Preto/3ª Região</i></p>
17h30	Encerramento das atividades



Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Vice-Presidente do TST, profere Aula Inaugural sobre O Papel da Escola Judicial na Formação Profissional do Magistrado



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT



Magistrados participam do 3.º Curso de Formação para Gestores de Escolas Judiciais



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, e Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Vice-Presidente do TST



Dilsa Mondardo, Consultora Pedagógica da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC), ministra aula sobre A Formação dos Magistrados: Um Modelo de Educação Profissional em Construção

O 3.º Curso de Formação para Gestores de Escolas Judiciais destinou-se a Diretores, Vice-Diretores, Coordenadores Pedagógicos e membros dos Conselhos Consultivos das 24 Escolas Judiciais que ainda não tinham realizado essa atividade em edições anteriores, totalizando 40 participantes.

Na aula inaugural do Curso foi proferida pelo Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Vice-Presidente do TST, que apresentou a visão institucional da Escola Judicial e o papel dessa instituição na formação profissional do magistrado, destacando o princípio da responsabilidade institucional e da administração judiciária. “Temos que ter noções básicas de gestão para conseguir o máximo de eficiência”, destacou o Ministro. Em sua exposição, foram enfatizados diversos aspectos da atuação das Escolas Judiciais, observados por ele na condição de ex-Diretor da ENAMAT e de ex-Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, quando percorreu todos os 24 TRTs para conhecer pessoalmente as realidades regionais.

Enfatizou, ainda, a importância de a Escola Judicial desenvolver temáticas da ética aplicada ao Magistrado, que é diferenciada de outros profissionais. Além disso, exemplificou a importância de aprofundar temas específicos do cotidiano do Juiz, como a linguagem jurídica, porque o jurisdicionado deve entender o que o magistrado escreve, e não apenas os advogados, e as técnicas conciliatórias, porque “nossa vocação é fundamentalmente conciliatória”.

Examinando o tema A Formação dos Magistrados: um Modelo de Educação Profissional em Construção, a Professora Dilsa Mondardo chamou a atenção para a importância do projeto pedagógico das Escolas e destacou os macrodesafios do Poder Judiciário, citando a efetividade da prestação jurisdicional no período entre 2015 e 2020.

Destacou que uma jurisdição mais acessível e a desjudicialização são partes do cenário desejado nesse sistema de formação e citou a importância do papel do bom professor nesse processo.

Segundo a professora, deve haver um realinhamento no processo pedagógico que seja de todos e atenda a todos, com organização das

atividades formativas de forma descentralizada, democrática e com oportunidades de reflexão e troca de experiências.

Ao finalizar sua exposição, falou sobre a importância dos princípios da formação, como a sistematicidade e a progressividade da aquisição e a aplicação prática dos saberes da formação no exercício profissional, que já estão integrados no projeto político-pedagógico da ENAMAT, e servem de referência para as demais Escolas. Propôs, ainda, um diagnóstico da realidade contemporânea no mundo do trabalho e no mundo da vida, uma visão de Judiciário de futuro e os principais caminhos para atingir esse objetivo, como discussões que devem nortear as ações das Escolas.

Orçamento nas Escolas Judiciais foi o tema do segundo módulo do 3.º Curso de Formação para Gestores de Escolas Judiciais.

Os expositores Marcos Augusto Willmann Saar de Carvalho, Coordenador de Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), e Annibal Nery Júnior, Coordenador de Orçamento e Finanças do Tribunal Superior do Trabalho (TST), demonstraram as principais questões da prática da gestão orçamentária das Escolas Judiciais do Trabalho.

Apresentaram o sistema orçamentário da Justiça do Trabalho e os princípios do orçamento público: anualidade, exclusividade, especialização, publicidade, unidade, universalidade e orçamento bruto. Além disso, explicaram aos gestores a elaboração da Lei Orçamentária em sua fase qualitativa e quantitativa, bem como a definição da despesa pública federal, ressaltando as definições de despesas obrigatórias, dotações orçamentárias e a estimativa de meta de superávit primário. Segundo eles, esses conceitos são importantes porque determinam a possibilidade de alocação de recursos para as ações formativas das Escolas.

Também trataram de aspectos gerais da contratação de instrutores, da emissão de passagens para deslocamentos e remuneração dos profissionais de ensino, que, como qualquer atividade no âmbito público, seguem princípios estritos no âmbito da legalidade das ações.



Marcos Augusto Willmann Saar de Carvalho, Coordenador de Orçamento e Finanças do CSJT



Annibal Nery Júnior, Coordenador de Orçamento e Finanças do TST



Marcos Augusto Willmann Saar de Carvalho e Annibal Nery Júnior ministram aula sobre gestão orçamentária



Juiz de Direito Paulo de Tarso Tamburini expõe a experiência da ENFAM na formação profissional dos magistrados estaduais e federais



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, trata do tema Os Fundamentos Gerais da Formação do Magistrado do Trabalho

O sistema de formação profissional da magistratura laboral foi tema do 3.º Curso de Formação para Gestores de Escolas Judiciais do Trabalho.

O Juiz de Direito Paulo de Tarso Tamburini, Secretário-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), falou sobre a mudança da metodologia da educação na magistratura, destacando a evolução desse aprendizado e da carreira dos Juízes brasileiros. Hoje, por meio de capacitação nos cursos de formação, principalmente entre os Juízes de primeiro grau, promove-se intensa troca de informações, gerando, inclusive, avaliação de impacto de resultados para conhecer o aproveitamento desses cursos.

Tamburini falou sobre o Planejamento Estratégico no Judiciário e as diretrizes pedagógicas da ENFAM, ressaltando a importância da parceria entre a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) em diversos aspectos de interesse comum. “Temos hoje 27 Escolas Estaduais, 5 Federais, 24 Escolas Judiciais do Trabalho, a ENFAM e a ENAMAT como gestoras, e precisamos promover o intercâmbio entre todas, pois a rotina de um Juiz do Trabalho não é diferente dos Juízes da Justiça estadual ou federal”, destacou Paulo Tamburini.

Ele chamou a atenção para a criação de um calendário conjunto para toda a magis-

tratura, por meio dessa parceria, e das inúmeras oportunidades de intercâmbio em cursos e outros eventos conjuntos, tornando as atividades mais ricas em termos de experiência, mais eficientes em termos de custos de recursos públicos e mais alinhadas em proveito do objetivo comum: qualificar os Magistrados e o Poder Judiciário.

O Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção da ENAMAT e coordenador das atividades formativas, falou aos Dirigentes das Escolas Judiciais sobre os fundamentos gerais da formação do magistrado do trabalho, no Curso de Formação para Gestores de Escolas Judiciais.

Em sua apresentação, o Juiz Assessor Giovanni Olsson recordou a evolução da temática da constitucionalização da formação dos Magistrados, que culminou na criação da ENAMAT e da ENFAM com a edição da Emenda Constitucional n.º 45/2004, mas que iniciou bem antes, pelo menos em 1998, e da qual foi testemunha. O Juiz discorreu sobre o sistema de formação profissional da magistratura do trabalho e destacou as peculiaridades das Escolas no ensino judicial, todas decorrentes de uma caminhada longa e com muitos desafios, sendo o sistema atual fruto de grandes reflexões e embates no âmbito do Poder Judiciário.

Além disso, o expositor deu ênfase às teorias educacionais aplicadas à formação do magistrado, que combinam cumulativamente

aspectos gerais da educação de adultos, da educação de profissionais em geral e da educação profissional própria do magistrado, com todas as circunstâncias de sua carreira, atribuições e valores sociais. “Formar um magistrado é uma atividade não apenas intensa, mas essencialmente complexa, pela grande variedade e densidade de suas competências profissionais, absolutamente singulares no mundo das profissões”, explicou ele e afirmou que, por isso, é muito grande a responsabilidade das Escolas.

A Juíza do Trabalho Graça Maria Borges de Freitas, Titular da 1.ª Vara do Trabalho de Ouro Preto (MG), tratou sobre engenharia pedagógica e de formação nas Escolas Judiciais. Graça Freitas destacou as práticas pedagógicas aplicadas à formação do magistrado, citando as principais escolas pedagógicas: Tradicional, que dá ênfase ao conteúdo; Escola Nova, que é focada no processo e no aluno; Escola Tecnista, com ênfase no planejamento, e Escola Progressista, que enfoca a prática social.

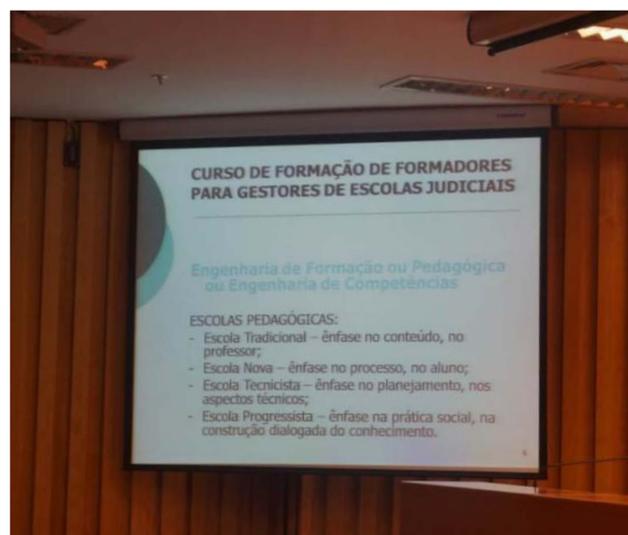
Abordou a metodologia educacional de Paulo Freire, explicando a pedagogia sociocultural e sua contribuição para a formação de formadores em Escolas Judiciais. Salientou que, para o filósofo brasileiro, educação é um ato político e que a relação aluno-professor é horizontalizada, não imposta. Mostrou, ainda, que o aluno se torna protagonista de seu próprio conhecimento, e articula disciplinaridade e transdisciplinaridade.

No segundo módulo apresentado pela Juíza Graça Freitas, aconteceu uma oficina, em que os Alunos-Juízes discutiram as experiências pedagógicas na formação do Magistrado do Trabalho. Nessa oficina, ela falou sobre a relação entre a teoria e a prática e a organização de múltiplas atividades escolares. Ao final, apresentou os elementos de um projeto pedagógico para Escola Judicial, contendo proposta pedagógica, missão da Escola Judicial e seus objetivos.

Nara Maria Pimentel, Professora Doutora, docente da Universidade de Brasília; Marizete da Silva Oliveira, Coordenadora Pedagógica da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM); e José Valmir Santos Filho, Assessor do Diretor e gestor de EAD da ENAMAT foram os expositores do painel



Juíza Titular de Vara do Trabalho Graça Maria Borges de Freitas desenvolve atividade sobre práticas pedagógicas aplicadas à formação do magistrado



Material didático apresentado no 3.º Curso de Formação para Gestores de Escolas Judiciais do Trabalho



Nara Maria Pimentel, da UnB, ministra aula sobre A Ead como Instrumento de Transformação na Educação Profissional para Agentes Público

sobre o tema A EaD como Instrumento de Transformação na Educação Profissional para Agentes Públicos, apresentado no último dia do 3.º Curso de Formação para Gestores de Escolas Judiciais.

Os educadores falaram sobre a Educação a Distância como instrumento de transformação na educação profissional para agentes públicos e comentaram as experiências das Escolas Nacionais nessa área.

A professora Nara Pimentel fez uma abordagem contextual da Educação a Distância, levantando questionamentos sobre como essa modalidade de ensino pode contribuir para a redução das desigualdades no País. Abordou, ainda, a importância da constituição das redes de EAD para criar sinergias com o objetivo de ampliar as ações na formação inicial e continuada.

Concluiu sua palestra com um exame dos desafios institucionais. Em seu entender, é necessário repensar modelos pedagógicos – presenciais e a distância como também fomentar a formação continuada para o uso das tecnologias da informação e comunicação.

Marizete da Silva Oliveira, da ENFAM, discorreu sobre a natureza da formação do magistrado, que, segundo ela, tem caráter humanista e interdisciplinar, em conformidade com o que estabelecem os normativos da ENFAM.

Explicitou que na ENFAM, mediante a utilização da plataforma Moodle, a modalidade de ensino a distância começou em 2009, com estudo de caso. Desde então, a Escola oferece cursos como Formação de Tutores, Improbidade Administrativa, Gestão Cartorária, Tribunal do Júri, Aspecto do Sistema Penitenciário, Gestão de Pessoas e Fórum de Discussão sobre o novo CPC.

As categorias de formação na ENFAM são de Formação Continuada e Formação de Formadores. “A Escola traz o contexto da magistratura para a linguagem pedagógica”, explicou Marizete. Segundo a coordenadora, o Curso de Formadores no ano de 2012, abriu com apenas uma turma, chegando a oito turmas em 2014 e mais de vinte em 2015. A previsão é de que este ano seja oferecido um total de 17 cursos pela ENFAM, com turmas de 30 alunos, sendo magistrados os conteudistas e tutores, em sua maioria.



Marizete da Silva Oliveira, da ENFAM, e José Valmir dos Santos Filho, da ENAMAT apresentam as experiências das escolas nacionais de magistrados na EAD

Marizete Oliveira discorreu, ainda, sobre o sistema de gestão de EAD na Escola, por meio do Planejamento Estratégico, contendo abordagens metodológicas, como a Significativa, Construtivista, Colaborativa e Crítico-reflexiva.

O gestor de educação a distância da ENAMAT, José Valmir, falou sobre a gestão dos cursos a distância da Escola, destacando que a Equipe de EAD da ENAMAT é multiprofissional, composta por sete servidores do TST, e executa todas as etapas de elaboração de seus cursos.

Em relação ao planejamento, o gestor de EAD da ENAMAT explicou que há levantamento de necessidades, definição dos objetivos, estabelecimento da carga horária e identificação da abordagem pedagógica, chegando à seleção de ferramentas e mídias que favoreçam a metodologia e o conteúdo.

Ainda na abordagem do tema A Engenharia de Gestão nas Escolas Judiciais, os Juízes Titulares de Vara do Trabalho Agenor Martins Pereira, do Tribunal Regional do Trabalho da 6.a Região, e Hermann de Araújo Hackrad, do Tribunal Regional do Trabalho da 21.a Região, foram expositores em uma mesa-redonda sobre As boas práticas na estruturação administrativo-gerencial das Escolas.

Na ocasião apresentaram aos participantes exemplos de boas práticas colhidos na Justiça do Trabalho, e debateram com eles essas e outras experiências suscitadas durante a mesa-



Marizete da Silva Oliveira, da ENFAM, e José Valmir dos Santos Filho, da ENAMAT apresentam as experiências das escolas nacionais de magistrados na EAD



Juiz Hermann de Araújo Hackradt, do TRT da 21.a Região realiza palestra no painel sobre As Boas Práticas na Estruturação Administrativo- Gerencial das Escolas

-redonda, analisadas como exemplos de gestão para as Escolas Judiciais, a par de terem demonstrado a importância de serem desenvolvidas no exercício da administração da instituição de ensino judicial.

Como atividade final do 3.º Curso de Formação para Gestores de Escolas Judiciais, tratou-se do tema A Engenharia de Gestão nas Escolas Judiciais, com a instrutória dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT; Hermann de Araújo Hackradt, do Tribunal Regional do Trabalho da 21.a Região; e Agenor Martins Pereira, do Tribunal Regional do Trabalho da 6.a Região

Os instrutores realizaram uma oficina, com atividades práticas e dinâmicas de grupo, em que os participantes discutiram a questão As Escolas Vistas por Elas Próprias, seus Limites e Possibilidades. Os gestores das Escolas Judiciais levantaram, após debate, os principais pontos propostos e apresentaram suas conclusões.



Magistrados desenvolvem atividades em oficina sobre As Escolas Vistas por Elas Próprias, seus Limites e Possibilidades

MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES SOBRE PROVA PERICIAL EM ACIDENTES E DOENÇAS OCUPACIONAIS

22 de outubro de 2015 a 29 de novembro de 2015

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	<i>Ambientação e Preparação para as Atividades</i>	19/03 a 22/03/2015	3h
Fórum Avaliativo da Aula 1	<i>Princípios Gerais da Prova Pericial e Legislação Aplicável à Prova Pericial</i>	23/03 a 29/03/2015	4 h
Fórum Avaliativo da Aula 2	<i>Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário e Incapacidade para o Trabalho e Reabilitação Profissional</i>	30/03 a 5/04/2015	4 h
Fórum Avaliativo da Aula 3	<i>Etapas, Documentos e Quesitos da Perícia</i>	6/04 a 12/04/2015	4 h
Fórum Avaliativo da Aula 4	<i>LER DORT e Acidentes Típicos e o Combate à Teoria do Ato Inseguro</i>	13/04 a 19/04/2015	4 h
Fórum Avaliativo da Aula 5	<i>Nexo entre Transtorno Mental e Trabalho e Trabalho, Sofrimento Psíquico e Patologia</i>	20/04 a 26/04/2015	4 h
Fórum Avaliativo da Aula 6	<i>Perícias Médicas e Diretrizes e Enunciados para a Realização da Prova Pericial</i>	27/04 a 3/05/2015	4 h
Avaliação	<i>Período de Avaliação</i>	4/05 a 10/05/2015	3 h

O Curso de Formação de Formadores sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais, modalidade de educação a distância, visou preparar magistrados para multiplicarem o conteúdo em formação continuada para Juízes do Trabalho, de modo a provê-los de elementos que lhe prestem informações e desenvolvam reflexão sobre as ações perante a Justiça do Trabalho sobre as questões relacionadas ao tema.

Com a duração de 30 horas, divididas em 6 módulos, a Curso contou com uma turma de 43 alunos inscritos. Os três primeiros dias foram destinados à ambientação e os demais à leitura, discussão e avaliação das aulas por meio de fóruns de discussão no ambiente virtual de aprendizagem e de outras atividades propostas pelo professor.

A proposta pedagógica delineada pela ENAMAT contemplou procedimentos didáticos específicos de educação a distância. O aluno

teve acesso a material produzido especialmente para o curso e realizou as atividades no ambiente virtual de aprendizagem por meio de fórum de discussões e outras ferramentas (Chat, Wiki) em regime de aprendizado colaborativo, com ênfase na interação entre os participantes.

A avaliação foi formativa e ocorreu durante todo o curso, em cada aula virtual. O professor avaliou as competências que os alunos desenvolveram e o domínio do conteúdo por meio da análise da participação nas atividades previstas. Os participantes realizaram, ainda, um trabalho de conclusão do curso como atividade avaliativa final.

O Curso contou com o auxílio de monitores da ENAMAT para acompanhamento das atividades na ferramenta Moodle e para esclarecimento de dúvidas de alunos e do professor sobre questões administrativas e de navegação no ambiente virtual de aprendizagem.

OUTROS EVENTOS DE FORMAÇÃO

ESTABELECIMENTO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE DOENÇA E TRABALHO

17 a 19 de agosto de 2015



DIA / HORÁRIO	TEMA	RESPONSÁVEL/DOCENTE
17/8/2015 9h às 12h	<p>Abertura do Curso</p> <p><i>Evolução e tendências dos conceitos de “causa” no pensamento filosófico do Direito e no campo da Saúde</i></p> <p><i>A determinação social da Saúde/Doença e suas implicações no pensamento causal sobre adoecimento e incapacidade dos trabalhadores</i></p>	<p>- Dr. Zuher Handar (Presidente da ANAMT)</p> <p>- Professor René Mendes (UFMG/ANAMT)</p> <p>- Dr. Fernando Donato de Vasconcelos (Ministério do Trabalho e Emprego)</p> <p>- Professor Luiz Augusto Facchini Universidade Federal de Pelotas e ABRASCO)</p>
17/8/2015 13h30 às 18h	<p><i>Tendências taxonômicas em Patologia do Trabalho e sua aplicação no Brasil. Das “doenças profissionais” às “doenças relacionadas ao trabalho”. Evolução conceitual e tendências das listas estrangeiras e internacionais de doenças relacionadas ao trabalho</i></p> <p>- Critérios de inclusão</p> <p>- Discussão da Lista Europeia (Revisão de 2003) e da Lista da OIT (Revisão de 2010)</p> <p>- Discussão geral e síntese do dia</p>	<p>- Professor René Mendes (UFMG/ANAMT)</p>
18/8/2015 9h às 12h	<p><i>As listas desenvolvidas no Brasil e vigentes a partir de 1999. A presença da “Classificação de Schilling” nas listas brasileiras (A, B e C), e seu impacto na ampliação do conceito de causalidade</i></p> <p><i>A importância do nexa epidemiológico (Schilling II) e do nexa técnico epidemiológico previdenciário – NTEP: questões sobre sua aplicabilidade</i></p>	<p>- Professor René Mendes (UFMG/ANAMT)</p> <p>- Professor Heleno Rodrigues Corrêa Filho (UnB)</p>
18/8/2015 13h30 às 18h	<p>Análise e discussão de aspectos metodológicos contidos no Art. 2º da Resolução CFM 1488/98 (“Dispõe de normas específicas para médicos que atendem o trabalhador”): Aplicabilidade em perícias para estabelecimento de nexa de causalidade</p>	<p>- Professor René Mendes</p> <p>- Dr. Fernando Donato Vasconcelos (Ministério do Trabalho e Emprego)</p>
19/8/2015 9h às 12h	<p><i>O problema do adoecimento mental relacionado com o trabalho: breve revisão do problema no Brasil e exemplos de estudos epidemiológicos realizados em nosso meio</i></p> <p><i>O pensamento causal entre transtornos mentais e Trabalho: conceitos, ferramentas e aspectos periciais, na interface entre Psiquiatria, Medicina do Trabalho, Medicina Legal, Perícia Previdenciária e Justiça do Trabalho</i></p>	<p>- Professora Ana Magnólia Bezerra Mendes (UnB)</p> <p>- Dr. Duílio Antero de Camargo (IPq/HC/USP)</p>
19/8/2015 13h30 às 18h	<p><i>O pensamento causal entre doenças osteomusculares (membros superiores e coluna vertebral) e Trabalho: conceitos, ferramentas e aspectos periciais, na interface entre Ortopedia, Medicina do Trabalho, Medicina Legal, Perícia Previdenciária e Justiça do Trabalho</i></p> <p>- Discussão geral e síntese do dia</p> <p>- Encerramento do Curso, com entrega de resenha- crítica, com pelo menos quinze linhas, pelos participantes, por e-mail.</p>	<p>- Professor Hudson de Araújo Couto (AMIMT/FCMMG)</p> <p>- Professor René Mendes (UFMG/ANAMT)</p>



As tendências atuais dos conceitos de causalidade e dos modelos explicativos do adoecimento relacionado com o trabalho, e também suas implicações periciais, foram discutidos no Curso de Formação Continuada sobre Estabelecimento do Nexo de Causalidade entre Doença e Trabalho, em Brasília.

O Curso, com o total de 70 participantes, foi dirigido aos magistrados do trabalho de todo o país e promovido pela Associação Nacional dos Médicos do Trabalho (ANAMT), em parceria com a ENAMAT, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Os objetivos do Curso foram a atualização sobre o entendimento contemporâneo de “nexo de causalidade” entre trabalho e adoecimento de trabalhadores, a partir da nova visão da Medicina do Trabalho; o aperfeiçoamento da harmonização da doutrina jurídica com a doutrina sanitária e médica, em questões fundamentais sobre o tema em foco; a identificação e o debate das implicações metodológicas de abordagem e investigação de “nexo de causalidade”, à luz do entendimento atual, com o intuito de orientar a correspondente atualização na formulação de demandas de perícias, no âmbito da Justiça do Trabalho; a contribuição para o aperfeiçoamento e ampliação do papel da Justiça do Trabalho na proteção da saúde dos trabalhadores, como extensão dos objetivos do Programa Trabalho Seguro.

A abertura do evento foi realizada pelo Presidente do CSJT e do TST, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, com a presença

do Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, e de Zuher Handar, Presidente da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT).

O Ministro Levenhagen ressaltou a importância da prevenção de acidentes com ações voltadas para a saúde do trabalhador e esclareceu que o Curso tem como fulcro o fortalecimento das parcerias interinstitucionais do Programa Trabalho Seguro, do CSJT e do TST.

O médico Zuher Handar explicou que a ANAMT é uma das parceiras do programa e que o ambiente de trabalho ideal é seguro, decente e com respeito à dignidade humana. O médico Luiz Augusto Facchini, da Universidade Federal de Pelotas (RS), falou sobre a determinação social da saúde e da doença e suas implicações no pensamento causal sobre adoecimento e incapacidade dos trabalhadores.



Zuher Handar, Presidente da Associação Nacional de Medicina do Trabalho



Professor René Mendes, médico especialista em Saúde Pública



Doutor Luiz Augusto Facchini, médico da Universidade Federal de Pelotas (RS)



Doutor Hudson de Araújo Couto (MG), médico

O palestrante René Mendes, médico especialista em Saúde Pública e em Medicina do Trabalho, destacou tratar-se de um momento de reflexão e compartilhamento de saberes das diversas áreas envolvidas. Discorreu sobre as tendências taxonômicas em Patologia do Trabalho e sua aplicação no Brasil, citando as doenças profissionais e a evolução conceitual e as tendências das listas estrangeiras e internacionais de doenças relacionadas ao trabalho. Explicou, ainda, os critérios de inclusão, a lista da OIT (Revisão de 2010) e os reflexos da Lei n.º 8.213/1991, principalmente no que diz respeito aos arts. 20 e 21.

Segundo o professor, a discussão sobre onexo causal entre doença e trabalho tem se tornado cada vez mais complexa, porque, com o passar dos anos, “mudam-se as tecnologias, as formas de trabalho, as doenças, os tratamentos”. Porém, as formas de a Justiça do Trabalho analisar e julgar cada caso também têm se aperfeiçoado, inclusive com o auxílio das listas oficiais de doenças profissionais, que já abrangem mais de 200 itens.

Já o professor Heleno Rodrigues Corrêa Filho, especialista em epidemiologia e saúde do trabalhador, abordou o tema Epidemiologia e Causa, ressaltando que “a noção de causalidade desaparece na medida em que mudam as exposições às quais o trabalhador é submetido”.

Numa das mesas de debate, composta pelo Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego Fernando Donato Vasconcelos e pelo Professor René Mendes, foi apresentado o estudo do art. 2.º da Resolução n.º 1.488/1998 do Conselho Federal de Medicina, que orienta as atividades dos médicos do trabalho. Donato frisou a importância da Resolução para proteger os direitos do trabalhador, mas os professores apontaram dificuldades, por parte dos peritos, médicos e Juízes do Trabalho, em seguir à risca as recomendações da norma e, consequentemente, em identificar onexo causal entre os transtornos de saúde e as atividades dos trabalhadores.

Conforme esclarecido pelos expositores, o artigo lista nove pontos a serem considerados pelo médico, como a história clínica e ocupacional e o estudo do local e da organização do

trabalho. Além disso, segundo eles, outros fatores – como a apresentação de atestados médicos fraudulentos e o fato de a responsabilidade patronal não cessar com o desligamento do trabalhador da folha de pagamentos – podem dificultar o estabelecimento do nexo de causalidade entre doença e trabalho.

A psicóloga Ana Magnólia Mendes, que leciona no departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), e o professor Duilio Antero de Camargo (USP) continuaram os estudos efetuados no Curso, expondo o problema do adoecimento mental relacionado com o trabalho e estudos epidemiológicos realizados em

nosso meio. Discutiram o pensamento causal entre transtornos mentais e trabalho e os conceitos, ferramentas e aspectos periciais na interface entre Psiquiatria, Medicina do Trabalho, Medicina Legal, Perícia Previdenciária e Justiça do Trabalho.

O curso foi encerrado pelos médicos e professores Hudson de Araújo Couto (MG) e René Mendes, que realizaram debates sobre o pensamento causal entre doenças osteomusculares (membros superiores e coluna vertebral) e Trabalho; conceitos, ferramentas e aspectos periciais, na interface entre Ortopedia, Medicina do Trabalho, Medicina Legal, Perícia Previdenciária e Justiça do Trabalho.

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO TRABALHISTA

7 e 8 de maio de 2015



Realizou-se nos dias 7 e 8 de maio o Seminário Nacional sobre Efetividade da Execução trabalhista, numa iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), com o apoio da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET), na Sala de Sessões Plenárias Arnaldo Süssekind, na sede do TST, em Brasília.

O encontro teve como objetivo propiciar a exposição e o debate sobre temas relevantes e práticas atinentes à fase de execução trabalhista, ação necessária à concretização dos direitos fundamentais sociais.

Direcionado a magistrados, servidores, membros do Ministério Público, entidades profissionais e empresariais, membros de organizações não governamentais, estudantes e à sociedade em geral, o evento, oportunizou a reflexão sobre as formas de atender ao paradigma constitucional da celeridade processual. O Seminário contou com 500 participantes, entre magistrados e servidores.

I ENCONTRO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR PARA ESCOLAS JUDICIAIS

15 e 16 de setembro, 27 e 28 de outubro, 9 e 10 de dezembro de 2015

A ENAMAT programou para 2015 e 2016 o I Encontro Técnico de Administração Escolar para Escolas Judiciais do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, que inclui estudo de temas para a preparação e atualização técnica dos profissionais de tais Escolas, vinculadas aos Tribunais Regionais do Trabalho e destinadas à formação da magistratura trabalhista. O encontro foi dividido em módulos, tendo os três primeiros sido ministrados em Brasília, na sede da ENAMAT, em 2015.

O objetivo foi promover a interlocução e a integração entre profissionais envolvidos com a tarefa de formar, possibilitando a troca de experiências entre as Escolas Judiciais e o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais relacionadas às diversas funções requeridas na estrutura dessas escolas.

Os três módulos de 2015 ocorreram em diferentes períodos e contemplaram os seguintes temas: Tecnologia, Português e Gestão Acadêmica.

Presidiu a sessão solene de abertura do Seminário o Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do TST e do CSJT. O Professor Doutor Luiz Yarshell, proferiu a conferência de abertura, abordando o tema Novas Tendências da Execução e Efetividade da Tutela Jurisdicional, tendo sido mediador o Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT.

Durante o evento foram debatidos diversos temas relacionados à execução trabalhista, com a participação de Ministros do TST e especialistas, como: tutela específica e meios executivos; impactos do novo Código de Processo Civil no processo do trabalho sob a ótica executiva; hipoteca judiciária, averbação premonitória e indisponibilidade de bens; aspectos atuais da execução em face de entes públicos; tipologias de blindagem patrimonial, formas de atuação de “laranjas”, empresas off shore e técnicas de investigação; e avanços e potencial para o incremento da tutela jurisdicional no processo trabalhista.



Participantes do 1.º Módulo sobre Gestão Tecnológica

• 1.º MÓDULO – GESTÃO TECNOLÓGICA

15 e 16 de setembro de 2015

O 1.º Módulo abarcou os temas Os Impactos da Tecnologia no Processo de Formação Profissional e As Tecnologias no Novo Modelo de Competências Profissionais do Magistrado, com abordagem incidente na gestão tecnológica. Foram discutidas questões, como o uso das novas tecnologias na educação e a sociedade da informação; os conteúdos tecnológicos na formação do Juiz do Trabalho; as tecnologias no novo modelo de competências profissionais do magistrado; as novas tendências de formação profissional e o uso das tecnologias e o uso do computador, ambientes virtuais de aprendizagem, internet, e-mail, ferramentas de controle de participação e redes sociais, como potencializadores da formação profissional.

O material didático compôs-se de textos, artigos científicos, vídeos e webaulas, disponibilizados aos estudantes para acesso on-line, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Os instrutores do módulo foram magistrados e servidores especializados em formação profissional, além de professores universitários com experiência em educação e tecnologia: Doutora Nara Maria Pimentel, da Universidade de Brasília (UnB); Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT; Ministro Claudio Mascarenhas Brandão, do TST; Professor Rafael de Alencar Lacerda, Mestre em Educação, com foco em Tecnologia, pela Universidade de Brasília (UnB); Doutora Leda Maria Rangearo Fiorentini, da Universidade de Brasília (UnB); e José Valmir Santos Filho, Assessor do Diretor da ENAMAT.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, e Doutora Nara Maria Pimentel, da Universidade de Brasília



Participantes do 1.º Módulo sobre Gestão Tecnológica



Nara Maria Pimentel, da UnB, ministra aula sobre A EaD como Instrumento de Transformação na Educação Profissional para Agentes Público

• **2.º Módulo – Português para Profissionais das Escolas Judiciais**
27 e 28 de outubro de 2015

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

DIA 27.10.2015	
(Local: ENAMAT)	
8h30	Recepção e credenciamento
9h	Abertura
9h20 às 10h30	<p>Tema – Oficina de Oratória</p> <p>- Desenvolvimento de habilidades de comunicação em ambiente institucional - reuniões, apresentações, argumentação e negociação, relações interpessoais, hierarquia e liderança. (3h)</p> <p>Instrutor: Professor Jorge Telles</p>
10h30	Coffee break
10h45 às 12h	<p>(Continuação)</p> <p>Tema – Oficina de Oratória</p> <p>- Desenvolvimento de habilidades de comunicação em ambiente institucional - reuniões, apresentações, argumentação e negociação, relações interpessoais, hierarquia e liderança. (3h)</p> <p>Instrutor: Professor Jorge Telles</p>
12h às 13h30	Almoço
15h30	Coffee break
15h45 às 17h45	<p>(Continuação)</p> <p>Tema - Português para profissionais das EJUDs</p> <p>- O emprego da linguagem como elemento instrumental com correção técnica, clareza, coesão e precisão. Utilização do idioma em nível compatível com os interlocutores intra e extraescolares. Exercícios de comunicação oficial.</p> <p>Instrutor: Professor Adalberto José Kaspary</p>
DIA 28.10.2015 (quarta-feira)	
(Local: ENAMAT)	
9h	<p>(Continuação)</p> <p>Tema - Português para profissionais das EJUDs</p> <p>- O emprego da linguagem como elemento instrumental com correção técnica, clareza, coesão e precisão. Utilização do idioma em nível compatível com os interlocutores intra e extraescolares. Exercícios de comunicação oficial.</p> <p>Instrutor: Professor Adalberto José Kaspary</p>
10h30min	Coffee break

10h45min às 12h	<p>(Continuação)</p> <p>Tema - Português para profissionais das EJUDs</p> <p>– O emprego da linguagem como elemento instrumental com correção técnica, clareza, coesão e precisão. Utilização do idioma em nível compatível com os interlocutores intra e extraescolares. Exercícios de comunicação oficial.</p> <p>Instrutor: Professor Adalberto José Kaspary</p>
12h às 14h	Almoço
14h às 15h30min	<p>(Continuação)</p> <p>Tema - Português para profissionais das EJUDs</p> <p>– O emprego da linguagem como elemento instrumental com correção técnica, clareza, coesão e precisão. Utilização do idioma em nível compatível com os interlocutores intra e extraescolares. Exercícios de comunicação oficial.</p> <p>Instrutor: Professor Adalberto José Kaspary</p>
15h30min	Coffee break / Encerramento das atividades



Servidores das Escolas Judiciais participam do 2.º Módulo do I Encontro Técnico de Administração Escolar



Professor Jorge Telles



Professor Adalberto José Kaspariy

O Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, falou aos participantes do 2.º Módulo do I Encontro Técnico de Administração Escolar para Escolas Judiciais, que trabalhou questões de oratória e língua portuguesa, saudando nominalmente os participantes e agradecendo a presença dos servidores das Escolas.

Afirmou que “a ENAMAT está cumprindo seu papel institucional, capacitando magistrados e servidores das 24 Escolas Judiciais do Trabalho”.

Em entrevista dada à ENAMAT, as servidoras Flávia Moraes, do Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região (CE), Moema Guimarães,

do Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região (BA) e Luciana Santana, do Tribunal Regional do Trabalho da 20.ª Região (SE) afirmaram que o encontro técnico foi extremamente engrandecedor para a formação delas, “tanto pelo tipo de abordagem, que começou pela questão da oratória, focada no aspecto emocional, como pela formação no português jurídico, que abordou a redação oficial e resolveu dificuldades da língua portuguesa presentes no cotidiano dos profissionais de Escolas Judiciais”.

O Módulo teve a participação de 24 servidores das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, encerra o 2.º Módulo do I Encontro Técnico de Administração Escolar para Escolas Judiciais



Servidoras de Escolas Judiciais participantes do 2.º Módulo do Curso de Formação de Formadores em Administração Escolar para Escolas Judiciais

• **3.º Módulo – Gestão Acadêmica**
9 e 10 de dezembro de 2015

Foi realizado pela ENAMAT, nos dias 9 e 10 de dezembro, o Módulo Gestão Acadêmica do I Encontro Técnico de Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais, com o total de 47 participantes.

Com duração de 15 horas (12 presenciais e 3 a distância), o módulo teve por objetivo capacitar os servidores para elaborar um projeto pedagógico e avaliar eventos educacionais, além de propor métodos de avaliação de cursos de Escola Judicial.

Foram instrutores a Consultora Pedagógica Dilsa Mondardo, da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC); a Diretora do Núcleo de Gestão de Pessoas da Justiça Federal (RN), Rita de Cássia Araújo Alves Mendonça; a Professora da Universidade Católica de Brasília Bernadete Cordeiro; o Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt, do TRT da 21.ª Região (RN), o servidor do TRT da 2.ª Região José Erigleison. O módulo realizou-se sob a coordenação do Assessor do Diretor da ENAMAT José Valmir Santos Filho.

A ENAMAT buscou com o encontro desenvolver competências, habilidades e atitudes profissionais que atualmente são exigidas dos agentes de formação das Escolas Judiciais, com ênfase nas diversas funções requeridas na estrutura das Escolas Judiciais.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt



Rita de Cássia Araújo Alves Mendonça



Bernadete Cordeiro



Dilsa Mondardo

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

DIA 9.12.2015 (Local: ENAMAT)	
8h30	Recepção e credenciamento
9h	Abertura
9h20 às 10h30	Tema – Estrutura e Funcionamento de EJUDs: - Conhecer a estrutura, o funcionamento e a gestão de Escola Judicial. (3h) <i>Instrutor:</i> Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt
10h30	Coffee break
10h45 às 12h	(Continuação) Tema – Estrutura e Funcionamento de EJUDs: - Conhecer a estrutura e o funcionamento da Escola Judicial. (3h) <i>Instrutor:</i> Juiz Titular de Vara do Trabalho Hermann de Araújo Hackradt
12h às 13h30	Almoço
13h30 às 15h30	Tema – A Construção do Projeto Político-Pedagógico de EJUDs - Avaliar a importância do PPP como ferramenta de planejamento e avaliação. (2h) <i>Instrutora:</i> DILSA MONDARDO – Consultora Pedagógica da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC)
15h30	Coffee break
15h45 às 17h45	Tema - Sistemas de Avaliação em Cursos Presenciais e em EAD - Conhecer as várias modalidades de avaliação: aprendizagem (diagnóstica, formativa e somativa), reação e de impactos ou resultados. (2h) <i>Instrutora:</i> RITA DE CÁSSIA ARAÚJO ALVES MENDONÇA Doutora em Educação, Diretora do Núcleo de Gestão de Pessoas da Justiça Federal/RN
DIA 10.12.2015 (Local: ENAMAT)	
9h	Tema - Elaboração de Projeto Pedagógico – Gerir processos para a preparação e execução de ações de formação e aperfeiçoamento. <i>Instrutora:</i> Bernadete Cordeiro – Mestre em Educação, Professora da Universidade Católica de Brasília
10h30min	Coffee break
10h45 às 12h	Tema - Elaboração de Projeto Pedagógico – Gerir processos para a preparação e execução de ações de formação e aperfeiçoamento. <i>Instrutora:</i> Bernadete Cordeiro – Mestre em Educação, professora da Universidade Católica de Brasília
12h às 14h	Almoço
14h às 15h30	Tema – O Planejamento Pedagógico nas EJUDs – Momento Interativo: Trocar experiências de formação pedagógica entre os profissionais das EJUDs. <i>Moderador:</i> José Valmir Santos Filho – Assessor do Diretor da ENAMAT
15h30	Coffee break
15h30	Encerramento das atividades



Mesa de abertura do Seminário Internacional sobre Trabalho Seguro

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE TRABALHO SEGURO

21 a 23 de outubro de 2015

O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Ministro Antonio José Barros Levenhagen, concedeu entrevista ao programa ENAMAT Debate, acerca do Seminário Internacional sobre Trabalho Seguro. Na oportunidade, expressou preocupação com a saúde do trabalhador e com a necessidade de assegurar a efetividade do direito à saúde no ambiente de trabalho.

Disse, ainda, o Presidente que a realização da primeira edição internacional do Seminário constituía uma oportunidade valiosa para conhecer, com especialistas renomados, a experiência de outros países no combate aos acidentes do trabalho.

Segundo Barros Levenhagen, o evento teve como objetivo discutir caminhos para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, conhecimento necessário às ações de magistrados trabalhistas e do Ministério Público do Trabalho, bem como conscientizar a sociedade para o agravamento do problema.

O Seminário Internacional sobre Trabalho Seguro ocorreu de 21 a 23 de outubro, em Brasília, na sede do TST e foi uma realização do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT),



Seminário Internacional sobre Trabalho Seguro



François Hubault



Ministro do TST Walmir Oliveira da Costa e François Hubault

do Tribunal Superior do Trabalho (TST), da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e do Programa Trabalho Seguro.

O evento, destinado a magistrados, estudantes, advogados, professores e servidores público, contou com a presença de palestrantes brasileiros e estrangeiros. No Seminário, participaram 164 magistrados do trabalho.

O Professor François Hubault, da Universidade de Paris proferiu conferência sobre os rumos da gestão de risco nas organizações do trabalho.

Hubault, que também é Diretor do Departamento de Ergonomia e Ecologia Humana na Universidade francesa, concedeu entrevista televisiva à ENAMAT antes do evento e conheceu as dependências da Escola.

Em sua conferência, ele destacou a importância da existência da ENAMAT e elogiou a missão da Escola. "Aqui está uma Escola Nacional que toma dimensões muito maiores e não conheço, na França, nenhuma Escola de Magistrados do Trabalho, principalmente com esse olhar. É muito importante ser considerada a consequência dessa abertura e muito importante que essa capacitação seja oferecida. O trabalho não é um emprego e sim, uma atividade", afirmou.

Ressaltou, ainda, a subjetividade nas relações de trabalho e a capacidade de o empregado agir, por exemplo, quando um colega de profissão está enfrentando dificuldades. "Saúde é a possibilidade de sentir, é a potência de atividade na expressão da pessoa", frisou.

Sobre a questão do risco, asseverou que não deveria existir e que pode ser considerado um fracasso numa relação de poder. "Precisamos antecipar-nos ao fator risco. Busquemos reduzir os riscos e busquemos a saúde", salientou o professor.

Em relação à função antropológica do trabalho, Hubault chamou a atenção para a importância do trabalho seguro e para o fato de que o homem é capaz de reagir num mundo em que ele não pode controlar. "O verdadeiro trabalho seguro é quando uma organização de trabalho dá recursos para enfrentar os riscos."

Em sua palestra, o professor citou os conceitos de antecipação, extrapolação e prevenção e disse que a verdadeira previsão se sobrepõe à probabilidade.

O Ministro do TST Walmir Oliveira da Costa, mediador da conferência, prometeu entregar um vídeo sobre a missão e trabalho da Escola ao palestrante estrangeiro.

I ENCONTRO NACIONAL DE DIRETORES DE ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS – AS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO JUIZ DO SÉCULO XXI

14 de dezembro de 2015

Ocorreu, no dia 14 de dezembro, o I Encontro de Diretores de Escolas de Formação de Magistrados, abordando o tema As Competências Profissionais do Juiz do Século XXI, que reuniu Escolas Judiciais dos Estados, dos Tribunais Eleitorais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Regionais Federais e da Justiça Militar estadual. Estiveram presentes aos diversos Ministros do STJ, do STM e do TST, que atuam na área de gestão de Escolas dos respectivos Tribunais Superiores. O Encontro, com o total de 79 participantes, sendo 68 magistrados e 11 servidores da Justiça do Trabalho, foi uma iniciativa conjunta da ENAMAT, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM).

Durante a abertura, houve manifestação dos Diretores da ENFAM e da ENAJUM, ressaltando a importância histórica do evento e o papel decisivo da formação profissional para a qualificação da prestação judiciária e o papel social do Poder Judiciário.

O Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, afirmou a importância da construção de parâmetros gerais e compartilhados na formação dos magistrados. Informou, ainda, que, em evento internacional, ocorrido no Estado de Pernambuco, em novembro, foi reconhecido o alto nível da experiência brasileira. “Nossas Escolas de formação de magistrados fo-



Mesa de abertura do I Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Formação de Magistrados



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, fala aos participantes do evento



Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, Vice-Presidente do STF, e Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT



Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, Vice-Presidente do STF, profere conferência no evento



Ministro José Antonio Dias Toffoli, Presidente do TSE, profere conferência no evento

ram comparadas às Escolas da magistratura da Espanha e da França”, disse o Diretor.

Realizaram conferência no evento a Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, e o Ministro José Antonio Dias Toffoli, Presidente do TSE.

A Vice-Presidente do STF citou, de início, o filósofo Santo Agostinho e a atemporalidade das questões: “o presente do passado é a memória; o presente do presente é a percepção; o presente do futuro é a esperança”. Lembrou o trabalho precursor do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, considerado o pioneiro da formação profissional nas Escolas Judiciais no Brasil e um dos agentes catalisadores do projeto que culminou com a criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Sobre o papel do Juiz do século XXI, destacou ser recente o início do atual século e a necessidade de revisão de várias questões. Tratou sobre três principais pontos: o Juiz e a democracia; o Juiz e os desafios; e o Juiz na cidade política que é o Brasil. Cármen Lúcia afirmou a importância do eterno aprendizado e do contínuo aperfeiçoamento na magistratura e a necessidade de buscar sempre respostas inéditas.

Destacou, ainda, as dificuldades para uma célere prestação jurisdicional de qualidade, incluindo o volume de processos e os cargos de Juiz que precisam ser preenchidos; o eterno aprendizado que o exercício do cargo de Juiz requer, necessitando o magistrado de “aprender a aprender”, dadas as mudanças em curso hoje; a importância das escolas de formação de magistrados; a necessidade de conhecimento do perfil do Juiz brasileiro pelo jurisdicionado; e conclamou as escolas a assumirem seu papel transformador.

Em sua conferência, o Ministro Toffoli salientou o momento histórico do evento, com a reunião de todas as escolas institucionais voltadas para a magistratura, sob a coordenação compartilhada das Escolas Nacionais.

O Ministro disse que o padrão do Judiciário brasileiro “provém do começo do século XIX, do período napoleônico, tendo a ideia de que o Juiz é a voz da lei, como um técnico sem visão crítica, modelo prevalecido há até pouco

tempo”. Registrou que, no momento atual, ao Juiz cabe, além de saber o que está na lei, interpretá-la, agir com sensibilidade, para “garantir direitos fundamentais e aplicar a cada cidadão que procure o Judiciário a norma de forma justa, dando concretude ao Direito”.

Toffoli resgatou a importância histórica do Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin, Relator da Comissão do Supremo Tribunal Federal para Reforma do Judiciário, que demonstrou no respectivo relatório a necessidade de permanente capacitação do magistrado.

Afirmou, ainda, que a formação – prévia, inicial, ou continuada – é fundamental para uma magistratura eficiente e justa e que exige a combinação de três características, quais sejam: profissionalizante (voltada para o exercício concreto e qualificado da jurisdição), institucional (conduzida pelos tribunais, por meio de suas Escolas) e finalística (estruturada em modelo de gestão por competências gerais e específicas).

O Presidente do TSE destacou a importância da criação, pela ENAMAT, ENFAM e ENAJUM, de um grupo de trabalho para difundir e monitorar as competências gerais da magistratura, um dos primeiros desdobramentos do acordo de cooperação, essencial para as etapas subsequentes.

A seu ver, os princípios que devem reger o processo de formação são os seguintes: sistematicidade e progressividade da aquisição e da aplicação dos saberes no trabalho; acessibilidade pelos Juízes aos instrumentos e às oportunidades de formação; democratização interna e transparência nas escolas dos Tribunais; respeito pleno à liberdade de entendimento e de convicção do Juiz como aluno da formação; postura ativa e interativa dos Alunos-Juízes; inserção acompanhada, individualizada e progressiva no ambiente profissional e nas atribuições do cargo como agente de poder; e economicidade de meios, combinando, de forma racional e inteligente, as possibilidades da educação a distância. Disse que o magistrado do século XXI, antes de compreender as normas, há que saber compreender o ser humano e suas interações, em todos os âmbitos – familiares, comunitários, sociais, políticos e econômicos.



Juiz Assessor da ENAMAT (na frente, à esquerda) com participantes do I Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Formação de Magistrados



Ministro José Antonio Dias Toffoli, Presidente do TSE, e Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT



Ministros do TST e demais participantes do I Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Formação de Magistrados



CONSELHO CONSULTIVO

GESTÃO 2015/2016



Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT participam de 1.ª Reunião da Gestão 2015/2016

1.ª REUNIÃO

9 de abril de 2015

No dia 9 de abril de 2015, o Conselho Consultivo da ENAMAT reuniu-se, na sala da Direção da ENAMAT, pela primeira vez na Gestão 2015/2016, para analisar as principais ações da Escola Nacional, definir o planejamento de novas ações e examinar aquelas que já se encontravam em processo de implementação.

O Conselho da ENAMAT é presidido pelo Diretor, Ministro Renato de Lacerda Paiva, e pelo Vice-Diretor, Ministro Emmanoel Pereira. Integram o Conselho Consultivo os Ministros Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa e Kátia Magalhães Arruda, os Desembargadores do Trabalho João Leite de Arruda Alencar (TRT da 19.ª Região/AL) e Leila Aparecida Chevchuk de Oliveira (TRT da 2.ª Região/SP) e o Juiz Titular Giovanni Olsson (TRT da 12.ª Região/SC), que também exerce a função de Juiz Assessor da

Direção. A composição do Conselho, conforme o Estatuto da ENAMAT (Resolução Administrativa n.º 1.158/2006, atualizada pela Resolução Administrativa n.º 1.362/2009), combina a participação de Ministros do Tribunal Superior do Trabalho e Magistrados de 1.º e 2.º Grau que sejam integrantes da Direção de Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho e que possuam experiência comprovada na área de formação de Magistrados do Trabalho.

O Conselho reúne-se periodicamente para tratar de diversos assuntos definidos no Estatuto, entre os quais análise do plano anual de atividades e proposta orçamentária, celebração de convênios e questões pedagógicas, jurídicas e administrativas em geral da Escola Nacional, colaborando com a Direção.

2.ª REUNIÃO

27 de abril de 2015



Membros do Conselho Consultivo da ENAMAT participam 2.ª Reunião da Gestão 2015/2016

No dia 27 de abril de 2015, o Conselho Consultivo da ENAMAT reuniu-se, na sala da Direção da ENAMAT, para analisar extensa pauta e debater as principais ações da gestão que se iniciou em 9 de abril de 2015.

Os temas contemplados para exame na reunião foram a participação da ENAMAT na Conferência Internacional da International Organization of Judicial Training (IOJT), em Recife – PE, no mês de novembro de 2015; o orçamento da Escola Nacional para o exercício de 2016; o calendário de atividades de 2015; a participação da ENAMAT na reunião do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (CONEMATRA); relatório da participação do Diretor da ENAMAT em evento realizado pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM); e os principais eixos da gestão 2015/2016.

Na ocasião, esteve presente, em visita ao Conselho Consultivo da ENAMAT, o Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, Presidente do Comitê de Organização brasileiro da 7ª Conferência Internacional para a Formação de Magistrados, sob a promoção da IOJT. O representante brasileiro da entidade internacio-



José Valmir Santos Filho, Assessor da Direção da ENAMAT, apresenta modelo de EaD à Direção e ao Conselho Consultivo

nal conheceu a estrutura da Escola e formalizou o convite para a participação da ENAMAT no evento, realizado pela primeira vez no Brasil, em Pernambuco, em novembro de 2015. A IOJT é a mais importante entidade internacional de formação profissional de magistrados, sendo integrada por Escolas Judiciais de mais de 90 países, da qual a ENAMAT é associada desde 2011.

3.ª REUNIÃO

26 de junho de 2015

O Conselho Consultivo da ENAMAT realizou no dia 26 de junho, na sala da Direção da ENAMAT, a 3.ª reunião da Gestão 2015/2016, em que foram debatidas as principais ações da administração iniciada em abril.

Entre os diversos temas em pauta, estavam a participação da ENAMAT e das Escolas Judiciais na Conferência Internacional da International Organization of Judicial Training (IOJT), realizada no Brasil, em novembro de 2015, e o calendário de atividades em andamento. As questões mais relevantes da atuação da ENAMAT como Coordenadora do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, composto pelas 24 Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, foram examinadas na reunião do Conselho.

A reunião foi presidida pelo Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, e pelo Vice-Diretor, Ministro Emmanoel Pereira. Participaram, ainda, os membros do Conselho Consultivo Ministros Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira e Kátia Magalhães Arruda, os Desembargadores do Trabalho João Leite de Arruda Alencar (TRT da 19.ª Região/AL) e Leila Aparecida Chevtchuk de Oliveira (TRT da 2.ª Região/SP) e o Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson (TRT da 12.ª Região/SC), que também é Assessor do Diretor da Escola.



3.ª Reunião do Conselho Consultivo na Gestão 2015/2016





4.ª Reunião do Conselho Consultivo na Gestão 2015/2016

4.ª REUNIÃO

20 de novembro de 2015

O Conselho Consultivo da ENAMAT realizou no dia 20 de novembro, na sala da Direção da ENAMAT, a 4.ª reunião da Gestão 2015/2016, em que foram examinadas e deliberadas diversas questões sobre as ações da Escola Nacional neste ano.

Foram objeto de exame e deliberação as seguintes questões: parecer da Comissão sobre tema de estruturação de Escolas Judiciais; parecer sobre tema de remuneração de instrutores; balanço da participação da ENAMAT e da Delegação da Justiça Trabalhista na 7.ª Conferência Internacional de Formação de Magistrados, promovida pela IOJT; revisão periódica do Planejamento Estratégico; e 1º Encontro Nacional de Escolas da Magistratura (ENFAM/ENAMAT/EJUDS/STF/CEJUM/Escolas Eleitorais), marcado para o dia 14 de dezembro.

5.ª REUNIÃO

24 de fevereiro de 2016

O Conselho Consultivo da ENAMAT realizou no dia 24 de fevereiro de 2016, na sala da Direção da ENAMAT, a 5.ª e última reunião da Gestão 2015/2016, na qual, em virtude do encerramento da gestão do Ministro Renato de Lacerda Paiva à frente da Escola, foram tratadas questões relativas à transição da administração, abrangendo as seguintes áreas:

- Planejamento Estratégico;
- Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho
- Atividades de Formação Profissional (Formação Inicial, Formação Continuada e Formação de Formadores);
- Outros Eventos e Atividades;
- Orçamento;
- Convênios, Intercâmbios e Acordos.

SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO

GESTÃO 2015/2016



1.ª REUNIÃO

5 de maio de 2015

O Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, realizou com os diretores das 24 Escolas Judiciais, no dia 5 de maio, em Brasília, a Reunião do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho (SIFMT).

A formação de magistrados do trabalho é de responsabilidade do Sistema Integrado de Formação da Magistratura do Trabalho, composto pela ENAMAT, coordenadora do sistema, e pelas Escolas Judiciais.

O Ministro Renato Paiva na abertura da reunião, procedeu ao lançamento, no site da ENAMAT, do calendário de atividades de todas as Escolas e destacou a importância do envio dessas informações. “Essa ação irá propiciar um maior ajuste no compartilhamento dos cursos”, disse o Ministro.

De acordo com o calendário, na data de 5 de maio, estavam acontecendo 23 eventos presenciais e a distância nas Escolas Judiciais.

Um dos assuntos tratados na reunião foi a participação da ENAMAT e das 24 Escolas Judiciais na 7.ª Conferência da Organização internacional de Formação de Magistrados, promovida pela IOJT, instituição que envolve 91 países, com 120 Escolas participantes. De acordo com o Juiz Assessor da Direção da ENAMAT, Giovanni Olsson, a participação no evento visava divulgar, internacionalmente, o trabalho desenvolvido pelas Escolas Judiciais e permitir o debate e intercâmbio de experiências na formação de magistrados.

Durante a reunião, também foram apresentados diversos aspectos do modelo de EAD da ENAMAT, compartilhado com as Escolas Judiciais, e o ponto alto foi a manifestação individual de todos os diretores das Escolas Judiciais na autoavaliação reflexiva das atividades e de suas principais dificuldades.



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, e Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor e membro do Conselho Consultivo



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT



Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT)



Mesa de abertura da 2.ª Reunião do SIFMT



Participantes da 2.ª Reunião do SIFMT



Mesa de abertura da 2.ª Reunião do SIFMT

2.ª REUNIÃO

14 de agosto de 2015

Com a participação de dirigentes das 24 Escolas Judiciais do Trabalho, a ENAMAT realizou em Campinas – SP a reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIFMT).

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15.ª Região, recebeu, em sua sede, em Campinas, no Plenário Coqueijo Costa, os dirigentes da reunião, sob a coordenação do Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva.

A mesa de abertura foi composta pelo Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15.ª Região, Desembargador Lourival Ferreira dos Santos, pelo Diretor da Escola Judicial da 15.ª Região, Desembargador Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani e pelo Juiz Assessor da Direção da ENAMAT, Giovanni Olsson. O SIFMT, coordenado pela ENAMAT, é responsável pela formação de magistrados do trabalho.

Na pauta da Reunião realizada foram tratados os seguintes assuntos: apresentação da Escola Judicial do TRT da 15.ª Região; aspectos da participação das Escolas Judiciais e da ENAMAT na 7.ª Conferência Internacional de Formação de Magistrados, promovida pela IOJT; apresentação da nova Tabela de Competências (Resolução da ENAMAT n.º 18/2015); curso de Formação de Formadores para servidores de Escolas Judiciais; curso de Formação Continuada sobre a aplicação do novo CPC no contexto da CLT; e acordo de cooperação entre ENFAM e ENAMAT.



Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, preside reunião por videoconferência com dirigentes das Escolas Judiciais que compõem o SIMFT

3.ª REUNIÃO (VIRTUAL)

26 de outubro de 2015

A ENAMAT realizou no dia 26 de outubro, a 3.ª Reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SIMFT), por meio de videoconferência. A reunião foi preparada com antecedência pela área de tecnologia da informação da Escola Nacional, junto com os profissionais responsáveis por essa área nas Escolas Judiciais.

Durante a reunião, tratou-se sobre a participação da delegação da Justiça do Trabalho na 7.ª Conferência Internacional de Formação de Magistrados, promovida pela IOJT, em novembro, tendo sido discutidos na ocasião os seguintes itens: viabilização da participação dos representantes das Escolas Judiciais, com o intuito de assegurar o interesse público e o resultado concreto alcançado com essas ações; controle diário de presença; participação de todos os membros da delegação nas atividades, em cada turno de sessões; apresentação de relatório individual em cada atividade, com a finalidade de produzir documento escrito dessa participação e de ser o conjunto dos documentos integrado em anais do SIFMT no evento; a ser publicado, e, por fim, reunião da ENAMAT e ENFAM no dia 10 de novembro de 2015.



Reunião do SIMFT por meio de videoconferência



Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do TST e do CSJT; Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, do Tribunal de Justiça de Pernambuco; e Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT

VISITAS INSTITUCIONAIS

VISITAS RECEBIDAS

PRESIDENTE DO COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO BRASILEIRO DA 7.ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS, DA IOJT

27 de abril de 2015

O Diretor da ENAMAT recebeu no dia 27 de abril a visita do Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Presidente do Comitê de Organização Brasileiro da 7.ª Conferência Internacional de Formação de Magistrados, promovida pela The International Organization for Judicial Training (IOJT), que, por ocasião da 2.ª Reunião do Conselho Consultivo, divulgou a realização da Conferência, em Recife – PE, no mês de novembro, e formalizou convite para a participação da ENAMAT no evento, realizado pela primeira vez no Brasil.

A IOJT é a mais importante entidade internacional de formação profissional de magistrados, integrada por Escolas Judiciais de mais de 90 países, da qual a ENAMAT é associada desde 2011.



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT; Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do TST; e Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, do Tribunal de Justiça de Pernambuco



ENAMAT recebe advogados do Reino Unido



Advogados do Reino Unido, acompanhados do Diretor da ENAMAT

PROGRAMA DE INTERCÂMBIO BRASIL-REINO UNIDO

19 de maio de 2015

Os participantes do programa de intercâmbio Brasil – Reino Unido, celebrado entre a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Bar Council of England and Wales (Conselho Geral da Ordem dos Advogados da Inglaterra e País de Gales) visitaram, no dia 18 de maio, o TST e a ENAMAT.

O programa de intercâmbio de experiências profissionais para advogados, dirigido pelo Presidente do Conselho Federal da OAB, Marcos Vinicius Furtado Coêlho, envolve visita e interação com diversos órgãos do Poder Judiciário brasileiro.

Na ocasião, estiveram em visita de intercâmbio os advogados ingleses Carolina Marín Pedreño, Charlotte Katie Tregunna, Dincan Stuart Grieve, Helen Nugent e Raquel Tandy. No Tribunal Superior do Trabalho, a comitiva de visitantes, acompanhada pelas advogadas Maria Stefania Caldeira Henrique e Letícia Maria Ferreira Porto Monteiro e pelo Assessor de Relações Internacionais do Conselho Federal da OAB, Gabriel Alves Teixeira, foi recebida pelo Presidente do TST e do CSJT, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen.

Na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), foram recepcionados pelo Diretor da Escola, Ministro Renato de Lacerda Paiva, e pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção e Coordenador dos Cursos de Formação Inicial para Juízes Substitutos. Os visitantes estiveram nas principais instalações e puderam conhecer as atividades da Escola Nacional. O Diretor da ENAMAT saudou-os e destacou a importância das atividades de intercâmbio.

As atividades de formação profissional de magistrados em ramos especializados, como o caso da Justiça do Trabalho brasileira, são realidade pouco conhecida pelos visitantes estrangeiros, que suscitam diversos questionamentos sobre o modelo judiciário brasileiro e sobre a forma de recrutamento e capacitação de seus magistrados.

Para melhor esclarecer as dúvidas e divulgar suas atividades, a ENAMAT, na oportunidade da visita, entregou material informativo sobre a Escola e promoveu apresentação institucional no idioma nativo dos visitantes.

PROGRAMA DE INTERCÂMBIO BRASIL-REINO UNIDO

19 de maio de 2015

A ENAMAT recebeu visita de comitiva participante do Programa Joaquim Nabuco, que abrange magistrados e servidores judiciais das Cortes Supremas e Constitucionais do Mercosul. Estiveram presentes, acompanhados do Assessor-Chefe de Assuntos Internacionais do Supremo Tribunal Federal, Fernando Cavalcanti, representantes do Chile, do Paraguai e do Uruguai: Juiz Jaime Álvarez Astete, do Tribunal Oral – Penal e Conselheira Técnica Marisol Leiva Pinol, do Juizado de Família (Chile); Juíza Pili Etelvina Rodríguez, da primeira instância – Criança e Adolescente (Paraguai); Ministra Lina Silvia Fernandez Lembo, do Tribunal de Apelação do Trabalho, e Juiz Marcelo Enrique Souto Etchamendi, da primeira instância (Uruguai).

Os integrantes da comitiva conheceram o Poder Judiciário, visitaram diversos Tribunais e órgãos essenciais à Justiça, de modo a expandir o conhecimento de áreas conexas àquelas nas quais atuam em sua Corte de origem, promovendo intercâmbios e trocas de experiência entre os diversos segmentos.



Participantes do Programa Joaquim Nabuco – Chile, Paraguai e Uruguai – visitam a ENAMAT



Comitiva de representantes das Cortes Supremas de países do Mercosul visita o estúdio de TV da ENAMAT



O Juiz Assessor da ENAMAT, Giovanni Olsson, recepciona visitantes da área da Justiça de países do Mercosul



Comitiva de representantes das Cortes Supremas de países do Mercosul observa aula prática do Curso de Formação Inicial, promovido pela ENAMAT

A comitiva foi recebida pelo Juiz Assessor da Direção da ENAMAT, Giovanni Olsson, que mostrou as dependências da Escola, e falou sobre a Justiça do Trabalho e a carreira da Magistratura, além de ter demonstrado o modelo de formação de magistrados do trabalho, que possui natureza constitucional e é capitaneado pela ENAMAT, mas de responsabilidade conjunta com as Escolas Judiciais de cada um dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho.

O grupo conheceu a sala multifuncional, onde estava sendo realizada uma aula prática do Curso de Formação Inicial sobre Psicologia Judiciária Aplicada, ministrada pela Advogada e Psicóloga Graziella Ambrósio.

Essa ação, segundo a Assessoria de Assuntos Internacionais do Supremo Tribunal Federal, que organiza a agenda de visitas, visa ao estreitamento dos laços profissionais e pessoais de todos os envolvidos e promove um ambiente de amplo crescimento jurídico e acadêmico.



Alunos do Curso de Formação Inicial do CEJUM visitam a ENAMAT

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO – CEJUM

27 de outubro de 2015

Acompanhados do Secretário-Executivo do Centro de Estudos Judiciários da Justiça Militar da União (CEJUM), Eder Soares de Oliveira, os alunos do 1.º Curso de Formação Inicial dessa Instituição foram recebidos pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, e pela Subsecretária Administrativo-Acadêmica, Denimar Ferreira de Menezes Noronha.

O grupo de alunos conheceu as instalações da Escola, incluindo a sala onde ocorrem as videoconferências, o auditório, as salas de aula e o estúdio de TV da ENAMAT.

Em seguida, o Juiz Assessor Giovanni Olsson fez uma breve apresentação da Escola, falando sobre sua missão, os cursos oferecidos e as parcerias nacionais e estrangeiras firmadas pela ENAMAT.

O Secretário-Executivo Eder Oliveira informou que o CEJUM ansiava por conhecer a ENAMAT, porque “é uma escola modelo para todas as demais”.

O CEJUM foi criado pelo Superior Tribunal Militar, por meio da Resolução n.º 166, de 15 de outubro de 2009, e capacitava magistrados e servidores, mas, a partir de 2012, quando houve a uniformização das atividades das Escolas Judiciais (Resolução n.º 159 do CNJ), passou a capacitar somente magistrados. A Justiça Militar de primeira instância possui atualmente 39 Juízes Auditores entre Juízes Militares e Substitutos.



Alunos do CEJUM conhecem as dependências da ENAMAT



Alunos do Curso de Formação Judicial do CEJUM assistem à exposição sobre a ENAMAT



Richard Pae Kim, Juiz Auxiliar do STF; Professora Doutora Susan Simone Kang, Diretora da Faculdade de Direito de Boston; e o Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, e Professora Doutora Susan Simone Kang, Diretora da Faculdade de Direito de Boston



Richard Pae Kim, Juiz Auxiliar do STF; Professora Doutora Susan Simone Kang, Diretora da Faculdade de Direito de Boston; e Juiz do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor da ENAMAT

DIRETORA DA FACULDADE DE DIREITO DE BOSTON (USA)

19 de novembro de 2015

A Diretora da Faculdade de Direito de Boston (USA), Susan Simone Kang, visitou, no dia 19 de novembro, as dependências do TST e da ENAMAT. A visita teve por objetivo conhecer e estreitar o relacionamento com o Judiciário brasileiro. A Diretora foi recebida na Escola Nacional pelo Assessor da Direção e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson.

A Doutora Susan é profunda conhecedora do Sistema de Justiça norte-americano. Atualmente exerce o cargo de Diretora de Graduação em Educação Legal e Programas Internacionais na Boston College Law School, gerenciando o Programa Internacional de Estudantes Visitantes e o Mestrado em Direito.

Também foi editora líder do Simpósio Internacional do Cornell Law Journal, organizando um simpósio intitulado *O Tribunal Penal Internacional: genocídio, crimes contra a Humanidade e Crimes de Guerra*, e foi vice-chanceler para a Competição de Julgamento Simulado do Sistema Cornell Law School.

Susan estava acompanhada do magistrado brasileiro Richard Pae Kim, Juiz Auxiliar do STF, e, na oportunidade, pôde conhecer as instalações da Escola e as principais atividades desenvolvidas pela ENAMAT. O Juiz Assessor da ENAMAT apresentou para a professora norte-americana os cursos de formação profissional, assim como algumas técnicas educacionais simuladas utilizadas com os magistrados brasileiros, ante a especificidade de sua atuação jurisdicional nos direitos sociais.

A Escola Nacional, que recebe regularmente visitantes estrangeiros de diversos programas, possui materiais didáticos traduzidos em inglês e em outras línguas para auxiliar visitantes estrangeiros, nos seus próprios idiomas, a compreenderem melhor a Justiça do Trabalho e a formação dos magistrados trabalhistas pela ENAMAT e pelas 24 Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

VISITAS REALIZADAS

ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2.^ª REGIÃO

19 de maio de 2015

O Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, deu início às atividades do programa de visitas às Escolas Judiciais dos TRTs.

No dia 22 de maio, o Ministro realizou visita à Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2.^ª Região (São Paulo), quando conheceu suas instalações técnicas e atividades de formação.

Na ocasião, o Diretor da ENAMAT participou do Congresso O Novo Código de Processo Civil e o Processo do Trabalho, em homenagem à Desembargadora Maria Doralice Novaes, ex-Presidente do TRT da 2.^ª Região.

Estiveram presentes a Presidente do TRT da 2.^ª Região, Desembargadora do Trabalho Sílvia Devonald, a Diretora da Escola Judicial e Conselheira da ENAMAT, Desembargadora do Trabalho Leila Chevtchuk, e a Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2.^ª Região (Amatra-2), Juíza Patrícia Almeida Ramos, além de convidados e demais autoridades.



Mesa de Honra do Congresso sobre O Novo Código de Processo Civil e o Processo do Trabalho



TRT da 11ª Região – III Jornada Institucional dos Magistrados



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, e Desembargadora do Trabalho Maria das Graças Alecrim Marinho, Presidente do TRT-11.ª Região



Ex-Senador Bernardo Cabral e Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT

ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11.ª REGIÃO

25 de maio de 2015

No dia 25 de maio, o Ministro Renato de Lacerda Paiva esteve em Manaus, tendo sido recebido pela Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, Desembargadora Maria das Graças Alecrim Marinho. A recepção ocorreu no Gabinete da Presidência.

O Ministro acompanhou a abertura da III Jornada Institucional dos Magistrados, que tratou do tema O Novo CPC e o Processo do Trabalho, com palestra de abertura do ex-Senador Bernardo Cabral, Relator-Geral da Assembleia Nacional Constituinte.

O Ministro Renato Paiva realizou, nessa oportunidade, visita à Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, na qual recebeu informações sobre as ações desenvolvidas para a formação de magistrados do trabalho e conheceu o espaço físico e as instalações da Escola.



Mesa de Honra – III Jornada Institucional dos Magistrados



Ministro Renato de Lacerda Paiva é recepcionado no Gabinete da Presidência



Ministro Renato de Lacerda Paiva; Diretor da ENAMA; Desembargadora Maria das Graças Alecrim Marinho, Presidente do TRT da 11.ª Região; e Desembargador Lairto José Veloso, Vice-Presidente do TRT da 11.ª Região



Mesa de Honra da Jornada sobre o Novo Código de Processo Civil

ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

25 de junho de 2015

O Ministro Renato de Lacerda Paiva participou, no dia 25 de junho, da mesa de honra da cerimônia de abertura da primeira Jornada sobre o Novo Código de Processo Civil, no Auditório do Fórum Trabalhista de Goiânia, promovida pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

O Ministro acompanhou a solenidade de abertura da Jornada, que debateu o tema O Novo CPC: Panorama Geral das Principais Alterações do Novo Código de Processo Civil, tendo como mediador o Desembargador do Trabalho Elvecio Moura dos Santos, Vice-Diretor da Escola Judicial da 18ª Região, e, como expositor, o Desembargador do Trabalho aposentado Elpídio Donizetti Nunes.

O Ministro Renato Paiva realizou, na ocasião, visita à Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, a fim de conhecer in loco as atividades de formação de magistrados desenvolvidas pela instituição e as respectivas instalações físicas.



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT



Desembargador Wilson Fernandes, Vice-Judicial do TRT da 2.ª Região; Desembargadora Leila Chevtchuk, Diretora da Escola Judicial do TRT da 2.ª Região; Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT; Desembargador Adalberto Martins, Vice-Diretor da Escola Judicial do TRT da 2.ª Região; e Juiz Marcelo Chamone, Amatra-2

PALESTRAS REALIZADAS

ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2.ª REGIÃO (SP)

11 de setembro de 2015

A Escola Judicial do Tribunal Regional da 2.ª Região realizou, nos dias 11 de agosto e 11 de setembro, o Estudo sobre as Orientações Jurisprudenciais do TST. O Ministro do TST Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, esteve presente no segundo dia do encontro. Os magistrados do TRT da 2.ª Região tiveram a oportunidade, durante o evento, de se inteirar sobre as orientações jurisprudenciais (OJs) vigentes no Tribunal Superior do Trabalho.

O Ministro Renato de Lacerda, na ocasião, proferiu palestra sobre As Alterações Recentes no Direito do Trabalho e a Segurança Jurídica nas Relações do Trabalho.

De início, o Ministro afirmou que “a segurança jurídica é irmã gêmea da previsibilidade e amiga íntima da imparcialidade”. Também segundo o Ministro Renato Paiva, as decisões

do TST primam pelo respeito aos limites estabelecidos pela jurisprudência consolidada. “Não adianta julgar contra Súmulas e OJs do TST”, asseverou.

Destacou a importância da primeira instância: “as teses nascem nas Varas e são consolidadas nos tribunais”. Para ele, o TST muitas vezes não cria jurisprudência, mas escolhe entre os caminhos apontados pelas Varas e Tribunais Regionais.

O Ministro salientou, ainda, outro ponto importante com relação ao primeiro grau, ou seja, que mais da metade dos processos recebidos pela Justiça do Trabalho no primeiro semestre de 2015 foi solucionada nessa instância. A esse respeito, disse o Ministro: “É por isso que a Justiça do Trabalho é tão eficiente”.



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, profere palestra na III Semana Institucional do TRT da 8.ª Região

III SEMANA INSTITUCIONAL SOBRE A EVOLUÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO; DO CARIMBO AO PJE – TRT DA 8.ª REGIÃO

5 de outubro de 2015

O Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, realizou a palestra sobre o tema *A Jurisprudência do TST e a Segurança Jurídica* na III Semana Institucional promovida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região.

Direcionada ao grupo de magistrados, a exposição do Ministro Renato Paiva foi voltada para a importância das várias instâncias do Judiciário na concretização da Justiça.

Os magistrados e servidores participaram no decorrer do evento de uma série de palestras e atividades com o objetivo de promover aprendizado e troca de experiências



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT é entrevistado na III Semana Institucional do TRT da 8.ª Região



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT na III Semana Institucional do TRT da 8.ª Região



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT (penúltimo, da esquerda para a direita), recebe Comenda da Ordem de Mérito

COMENDA DA ORDEM DO MÉRITO – TRT DA 19.ª REGIÃO

19 de outubro de 2015

O Tribunal Regional do Trabalho da 19.ª Região (AL) condecorou, no dia 19 de outubro, o Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, com a entrega da Comenda da Ordem do Mérito Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge.

A cerimônia ocorreu no Memorial à República, em Maceió (AL).

A entrega da Comenda é um evento bienal realizado pelo TRT da 19.ª Região, com a finalidade de agradecer juristas, assim como personalidades nacionais e estrangeiras, que tenham se destacado por suas atividades em prol da Justiça do Trabalho.

PROGRAMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO – SESI-MS

23 de outubro de 2015

Com a presença do Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS), Sérgio Longen, lançou no dia 23 de outubro, no Edifício Casa da Indústria, em Campo Grande (MS), o Programa de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, do SESI de Mato Grosso do Sul.

O Programa é destinado a auxiliar as empresas micro, pequenas, médias e grandes no atendimento à legislação, no aumento da produtividade com a melhoria da gestão e na redução dos custos com a diminuição da incidência de doença ocupacionais e acidentes de trabalho.

Pretende-se que em cinco anos a implantação do programa já possa obter resultados e refletir uma nova realidade, trazendo mais competitividade e menos acidentes de trabalho.

O Ministro Renato de Lacerda Paiva destacou a proatividade demonstrada com o programa, que visa contribuir para a redução dos acidentes. “Fico orgulhoso de saber que o País tem jeito e que há esperança, pois essa iniciativa vem ao encontro da filosofia do Tribunal, que tem como competência fazer um controle das leis, que regulam as relações do trabalho. Ficamos felizes quando presenciamos iniciativas como essa. Quero desejar um trabalho de sucesso e que se torne uma referência para outros setores da sociedade”, disse.

CONVÊNIO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/ COORDENAÇÃO-GERAL DA CONATRAE

19 de maio de 2015

Estiveram na ENAMAT, com o fim de renovar o acordo de cooperação entre esta Escola Nacional e a Secretaria-Geral de Direitos Humanos da Presidência da República, o Coordenador-Geral da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), Silvio Silva Brasil, e os Assessores dessa Comissão Adilson Carvalho e Judith Karine Cavalcanti Santos.

Em reunião com o Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, e o Assessor da Direção e membro do Conselho Consultivo, Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, os participantes examinaram e discutiram os termos do novo acordo.

O acordo de cooperação tem como finalidade a adoção de ações conjuntas relacionadas à difusão de conhecimentos e experiências práticas direcionadas à prevenção e enfrentamento do trabalho escravo e forçado no País.



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT; em reunião com representantes da SDH/CONATRAE



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, em reunião com representantes da SDH/CONATRAE



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, em reunião com representantes da SDH/CONATRAE



Ministros do TST: Alberto Luiz Bresciani e Kátia Magalhães Arruda; Conselheiros da ENAMT; Antonio José de Barros Levenhagen, Presidente do TST e do CSJT; e Renato Paiva, Diretor da ENAMAT. Ministros do STJ: João Otávio de Noronha, Diretor-Geral da ENFAM; Humberto Martins e Paulo de Tarso Sanseverino

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS (ENFAM)

11 de junho e 24 de agosto de 2015

O Juiz de Direito Paulo de Tarso Tamburini, Secretário-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), esteve na ENAMAT, no dia 10 de junho, para reunião de trabalho com o Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, com o objetivo de ultimar os aspectos técnicos da parceria entre essas duas instituições de ensino do Judiciário brasileiro.

A parceria visa promover maior interação entre as duas Escolas Nacionais, únicas com previsão constitucional para a formação de magistrados, e aproximar os respectivos sistemas, que, conjuntamente, alcançam todos os magistrados brasileiros.

Embora as Escolas tenham atuação em segmentos distintos – a ENAMAT coordena as 24 Escolas Judiciais na área trabalhista, e a ENFAM, por seu turno, as 27 Escolas Estaduais e as 5 Escolas dos Tribunais Regionais Federais –, existem diversas afinidades em aspectos pedagógicos e experiências formativas presenciais e a distância que podem ser compartilhadas. Na ocasião, e



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor do Diretor e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, e Juiz de Direito Paulo de Tarso Tamburini, Secretário-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)



Presidente do TST e do CSJT, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, realiza pronunciamento no ato solene de celebração do acordo de cooperação entre a ENFAM e a ENAMAT



Ato solene de celebração do acordo de cooperação entre a ENFAM e a ENAMAT

como exemplo das potencialidades desse intercâmbio, o Juiz Tamburini apresentou um aplicativo de celular criado pela ENFAM e dirigido aos magistrados, com banco de imagens, notícias e calendário de eventos, entre outras funcionalidades.

Após o encontro entre os Juízes Assessores de ambas as Escolas Nacionais e definidos os termos da parceria, a ENFAM e a ENAMAT firmaram acordo de cooperação, no dia 24 de agosto, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de magistrados, assim como ao desenvolvimento institucional, por meio de implementação de ações e programas.

Na oportunidade da assinatura do acordo de cooperação, o Ministro João Noronha, Diretor-Geral da ENFAM, afirmou que o objetivo principal da parceria é unir a magistratura federal e estadual para, em grupos de estudos, propor uma atualização das competências profissionais comuns; regulamentar as ações de competência específica de cada segmento da magistratura e propor projetos e ações conjuntas com a finalidade de melhorar a qualificação e o aperfeiçoamento do magistrado brasileiro.

O Ministro também ressaltou a importância de o acordo proporcionar o reconhecimento da reciprocidade da certificação dos cursos realizados pelos magistrados nas duas escolas. “O curso realizado pela ENAMAT servirá para promoção na Justiça federal e estadual e o curso realizado pela ENFAM também servirá para promoção do magistrado do trabalho”, afirmou.



Ministro Renato de Lacerda Paiva (ENAMAT/TST) realiza pronunciamento no ato solene de celebração do acordo de cooperação com a ENFAM



Ministro João Otávio de Noronha (ENFAM/STJ) realiza pronunciamento no ato solene de celebração do acordo de cooperação com a ENAMAT



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, e Ministro João Otávio de Noronha, Diretor-Geral da ENFAM assinam acordo de cooperação. Ao centro, o Presidente do TST e do CSJT, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen

Para o Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, o acordo celebrado contempla toda a magistratura brasileira, com suas experiências diferenciadas para as 87 escolas de todo o Brasil.

O Presidente do TST e do CSJT, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, parabenizou as duas instituições pela iniciativa de realizarem o trabalho de formação e aperfeiçoamento do magistrado em conjunto, asseverando que o jurisdicionado merece a melhor prestação de serviço possível.

A parceria entre as duas escolas tem por finalidade possibilitar a cooperação; o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências; e a realização de cursos e eventos visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de magistrados. Prevê também, o desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre as instituições.

O acordo busca, ainda, promover a troca e a cessão de insumos, destinadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão; fomentar e desenvolver projetos de pesquisa em conjunto e de ensino e extensão nas áreas de conhecimento de interesse mútuo; participar e colaborar na realização de seminários, conferências e encontros nacionais e internacionais, entre outros.

A parceria terá duração inicial prevista de 36 meses, podendo ser prorrogada auto-

maticamente. Gestores serão designados para acompanhar e administrar a execução do acordo, bem como para atuarem como agentes de integração, com vistas à realização de atividades de aperfeiçoamento técnico profissional.

Na ocasião, os Diretores da ENFAM e da ENAMAT também assinaram três atos para implementar o acordo de cooperação. O primeiro ato estabelece as competências gerais da magistratura nacional (grade curricular comum na formação inicial e continuada de toda a magistratura). Essa grade será aperfeiçoada por grupo de trabalho comum das duas Escolas. O segundo ato cria grupo de trabalho comum da magistratura trabalhista, federal e estadual para, em reuniões periódicas, propor atualizações nas competências profissionais comuns, regulamentação das competências específicas para cada segmento da magistratura e propor projetos e ações conjuntas com o objetivo da melhor qualificação e aperfeiçoamento da magistratura. O terceiro ato reconhece a reciprocidade da certificação dos cursos da ENFAM e da ENAMAT.

Prestigiaram o evento, o Presidente do TST e do CSJT, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, os Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Martins e Paulo de Tarso Sanseverino, os Ministros do TST Kátia Magalhães Arruda e Alberto Luiz Bresciani e o Secretário-Geral da ENFAM, Juiz Paulo de Tarso Tamburini.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - CSJT E ENAMAT

15 de setembro de 2015

A ENAMAT e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) firmaram, no dia 15 de setembro, acordo de cooperação técnica para o desenvolvimento e execução de ações do CSJT destinadas a promover a integração e o desenvolvimento dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Varas do Trabalho, assim como de ações da ENAMAT destinadas à consecução de suas atribuições na formação profissional.

O acordo contempla a participação preferencial de gestores e servidores do CSJT, da ENAMAT e do TST nas ações relacionadas à capacitação, e entre outras várias medidas, ao suporte recíproco em projetos e ações de caráter nacional em suas respectivas áreas de competência e ao desenvolvimento de projetos e ações conjuntas de âmbito nacional nas áreas de comunicação e tecnologia.



Diretor da ENAMAT assina acordo de cooperação



Presidente do TST e do CSJT assina acordo de cooperação



Presidente do TST e do CSJT e Diretor da ENAMAT (ao centro), acompanhados das equipes de trabalho

O acordo foi assinado pelo Presidente do CSJT e do TST, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, e pelo Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva. Estiveram presentes, juntamente com membros de suas equipes, o Secretário-Geral do CSJT, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser; o Juiz-Assessor da Direção da ENAMAT, Giovanni Olsson; a Secretária-Geral da Presidência, Anne Floriane da Escóssia Lima; e a Subsecretária Administrativo-Acadêmica da ENAMAT, Denimar Ferreira de Menezes Noronha.

O Presidente Barros Levenhagen parabenizou a ENAMAT pela iniciativa de realizar o trabalho de cooperação técnica e destacou que o acordo é de grande importância para as atividades da Escola Nacional e do CSJT, beneficiando e aprimorando o trabalho desenvolvido pelas duas instituições.

O Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, citou a valiosa colaboração de toda a equipe da Escola para a celebração dessa parceria, ressaltando o trabalho do Juiz Assessor Giovanni Olsson.



CURSO L'ENQUÊTE ÉCONOMIQUE & FINANCIÈRE

15 de setembro de 2015

A ENAMAT, como parte do convênio de cooperação firmado com a Escola Nacional da Magistratura (ENM) francesa, e por intermédio da Embaixada da França no Brasil, colocou à disposição dos magistrados trabalhistas brasileiros duas bolsas de estudos para participação no Curso L'Enquête Économique & Financière, ocorrido em Paris, no período de 2 a 13 de novembro.

As bolsas incluíram o pagamento de taxa de inscrição e despesas de hospedagem, assim como de parte das despesas de alimentação dos participantes. Os custos com as passagens aéreas e demais despesas foram de responsabilidade dos participantes selecionados.

O Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, por ofício, solicitou às Escolas Judiciais e aos Tribunais Regionais do Trabalho ampla divulgação junto à magistratura trabalhista e encaminhou os critérios de seleção.

A seleção para as bolsas incluiu prova de proficiência em língua francesa – requisito indispensável para participação no evento –, carta de motivação e currículo, também em francês.

Após inscrição e análise do atendimento aos critérios estabelecidos, foram selecionados para as bolsas de estudo a Juíza do Trabalho Substituta Monique Fernandes Santos Matos (TRT da 5.ª Região/Bahia) e o Juiz Titular de Vara do Trabalho Homero Batista Mateus da Silva (TRT da 2.ª Região/SP), Coordenador da Comissão Nacional de Efetividade de Execução Trabalhista do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), os quais participaram do curso da ENM francesa com êxito.

EVENTOS DIVERSOS

EVENTOS REALIZADOS PELA ENAMAT OU EM AÇÃO CONJUNTA

CERIMÔNIA DE DESCERRAMENTO DA FOTOGRAFIA DO MINISTRO JOÃO ORESTE DALAZEN NA GALERIA DE DIRETORES DA ENAMAT

18 de setembro de 2015

A ENAMAT realizou, no dia 18 de setembro, a Cerimônia de Descerramento da fotografia do Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da Escola no Biênio 2013/2015, na Galeria de Diretores da ENAMAT. A solenidade foi presidida pelo Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT no período 2015/2016, que lembrou o fato de estar a ENAMAT, exatamente nessa data (18/9), completando nove anos de instalação e ser a única Escola de Formação especializada em Magistrados do Trabalho no mundo.

O Ministro Renato Paiva elogiou a atuação do Ministro Dalazen à frente da Escola e disse que ele trouxe para a ENAMAT toda a sua experiência adquirida como Conselheiro do CNJ, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Vice-Presidente e Presidente do TST. “Sob sua gestão, temas relevantes foram objeto de estudo e debate, como o novo CPC e possíveis impactos



Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da Escola no Biênio 2013/2015, discursa na Cerimônia



Ministro João Oreste Dalazen, homenageado (ao centro), e Ministros do TST presentes na Cerimônia de Descerramento de fotografia



Ministro João Oreste Dalazen e esposa

no Processo de Trabalho; a questão do trabalho comparado Brasil/Argentina/Uruguai; a jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos em Direito do Trabalho, entre outros”.

Ao comentar os nove anos da ENAMAT, Ministro Renato Paiva destacou que “a Instituição se tornou a maior e melhor Escola de Formação de Magistrados do Brasil e da América Latina, somente equiparável a paradigmas da Europa”. Ele lembrou que, com abrangência nacional, a ENAMAT realiza o apoio e a coordenação das 24 Escolas Regionais e, nesses nove anos, atendeu a 7.814 magistrados, sendo 1.193 em formação inicial, 5.386 em formação continuada (presencial e a distancia) e 1.085 em formação de formadores, além de 150 alunos em formação técnica.

Estiveram presentes à solenidade os Ministros Ives Gandra da Silva Martins Filho, Vice-Presidente do TST, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Aloysio Corrêa da Veiga, Márcio Eurico Vitral Amaro, Walmir Oliveira da Costa, Kátia Magalhães Arruda, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes e Cláudio Mascarenhas Brandão, além dos Alunos-Juizes do 19.º Curso de Formação Inicial que se encontrava em andamento no período.

Em seu discurso, o Ministro Dalazen expressou profundo agradecimento e reconhecimento ao seu sucessor na direção da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, e parabenizou a iniciativa da Escola em valorizar seus ex-Dire-



Cerimônia de Descerramento da fotografia do Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da Escola no Biênio 2013/2015



Descerramento da fotografia do Ministro João Oreste Dalazen, Diretor da Escola no Biênio 2013/2015

tores, citando Fernando Pessoa, ao dizer que “a memória é a consciência inserida no tempo”.

O Ministro destacou que não se pode evidentemente reescrever o passado, mas dele extrair lições para projetar o futuro. Por isso, a consciência sobre a vida e as experiências de uma Instituição constitui o passo seguro para a sua evolução e amadurecimento. “Sabemos, todavia, que não há história de uma Instituição sem a vida dos que nela atuaram” disse o Ministro, que classificou seu tempo à frente da ENAMAT como um período inolvidável de sua vida profissional.

Destacou o Ministro Dalazen: “É até truismo afirmar que, muito mais que de boas leis, necessitamos desesperadamente de bons Juízes, de Juízes vocacionados, equilibrados, devotados e preparados para o ofício divino de julgar. Precisamente para dar resposta a esse desafio, a esse verdadeiro clamor da sociedade, foi criada e instalada a ENAMAT, a quem reservamos papel transcendental e empolgante”.

Finalizou o discurso citando a poetisa goiana Cora Coralina: “O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”.



Ministro Renato de Lacerda Paiva e Ministro João Oreste Dalazen cumprimentam-se após a Cerimônia



Ministro João Oreste Dalazen e Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, Vice-Presidente do TST, cumprimentam-se na Cerimônia



Painel Cronológico da ENAMAT

PAINEL CRONOLÓGICO DA ENAMAT

No momento da solenidade, a ENAMAT inaugurou seu painel cronológico, com fotos e nomes dos Diretores, desde sua criação. O primeiro Diretor foi o Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho (2006/2007); seguido do Ministro Carlos Alberto Reis de Paula (2007/2009); Ministro Antonio José de Barros Levenhagen (2009/2011); Ministro Aloysio Corrêa da Veiga (2011/2013); Ministro Dalazen (2013/2015); e a atual gestão, Ministro Renato de Lacerda Paiva.



Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, e Juiz Paulo de Tarso Tamburini, Assessor da Direção-Geral da ENFAM



Magistrados integrantes do Grupo de Trabalho Interinstitucional Gestor das Competências Profissionais da Magistratura Nacional reúnem-se na ENAMAT

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL GESTOR DAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DA MAGISTRATURA NACIONAL

3 de novembro de 2015

Realizou-se na sede da ENAMAT, em Brasília, no dia 3 de novembro, a 1.ª Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional Gestor das Competências Profissionais da Magistratura Nacional. Na ocasião, foram definidas as bases de um encontro nacional em 2015 para debater a questão com todas as Escolas Judiciais e as ações iniciais da agenda para 2016.

O Grupo, integrado por 11 magistrados de todos os ramos do Poder Judiciário do País, com representantes do primeiro e do segundo grau, indicados pela ENAMAT e pela ENFAM, tem por objetivo analisar as competências profissionais dos magistrados brasileiros e propor seu aperfeiçoamento.

As atividades, coordenadas pelos Juízes Paulo de Tarso Tamburini e Giovanni Olsson, pela ENFAM e pela ENAMAT, respectivamente, são desenvolvidas por Juízes de Direito, do Trabalho, Elei-

toral, Militar e Federal, além de Desembargadores dos âmbitos estadual, federal e do trabalho, de forma a permitir a maior representatividade possível na troca de experiências e perspectivas de cada carreira. Todos os participantes são altamente experientes na carreira e com larga participação em atividades de formação profissional em escolas de seus segmentos.

Pela Justiça do Trabalho, foram indicados pela ENAMAT o Desembargador Francisco Giordani, atual Diretor da Escola Judicial da 15.^a Região (Campinas), e os Juízes Hermann de Araújo Hackradt (ex-Diretor da Escola Judicial da 21.^a Região/RN) e Roberto Fragale Filho (Coordenador Pedagógico da Escola Judicial da 1.^a Região/ RJ), todos especialistas reconhecidos em formação de Magistrados. As competências profissionais são o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que devem ser adquiridas e desenvolvidas pelos magistrados no exercício em concreto de sua profissão como agentes políticos. A formação acadêmica em Direito é requisito básico para o concurso público na carreira, mas, depois de empossados, eles passam a lidar com situações profissionais cotidianas que exigem conhecimentos e práticas de outros ramos do saber que não são aferidos no concurso nem ensinados nos cursos de Direito.

Entre eles estão a administração de pessoas e de rotinas de trabalho; o relacionamento com a sociedade; a técnica de entrevista; a técnica de interrogatório; as estratégias de combate ao trabalho escravo e degradante; a efetividade da execução trabalhista; e tantas outras questões identificadas no trabalho diário essenciais à eficiência e à qualidade da prestação do serviço público de Justiça.

O Grupo de Trabalho estuda inicialmente as chamadas competências básicas ou gerais, que são inerentes a qualquer magistrado, e, a seguir, as chamadas competências específicas, que são aquelas dos ramos diferenciados (estadual, federal comum, federal do trabalho, militar e eleitoral), tanto no trabalho nas Varas como nos Tribunais. Essa temática é de extrema importância, porque ela passa a definir os contornos das necessidades e oportunidades da profissão, orienta todos os cursos das Escolas Judiciais do Brasil e constitui referenciais comuns para a reciprocidade de certificação de cursos e para o planejamento de ações interinstitucionais conjuntas.

A formação desse Grupo de especialistas de alcance nacional e interinstitucional foi um dos primeiros desdobramentos concretos do Acordo de Cooperação Técnica ENAMAT – ENFAM, celebrado em setembro deste ano, que também instituiu as competências gerais da Magistratura Nacional agora em discussão.



Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional Gestor das Competências Profissionais da Magistratura Nacional



Ministro José Coêlho Ferreira (STM); Ministro Renato Paiva (TST/ENAMAT) e Juiz Paulo Tamburini (ENFAM)



Juiz Assessor da ENAMAT, Giovanni Olsson, apresenta aplicativo da ENAMAT



Ministros do TST e Juiz Assessor da ENAMAT, Giovanni Olsson

REUNIÃO DAS ESCOLAS JUDICIAIS DO BRASIL

11 de novembro de 2015

No período de realização da 7ª Conferência Internacional para Formação e Capacitação do Judiciário, promovida pela Organização Internacional de Formação Judiciária (sigla em inglês, IOJT)), no período de 9 a 12 de novembro, ocorreu, no dia 11, em Ipojuca – PE, a reunião de representantes de todas as Escolas Judiciais brasileiras, coordenada pelo Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva (TST), pelo Diretor do Centro de Estudos Judiciários da Justiça Militar da União (Cejum), Ministro José Coêlho Ferreira (STM), e pelo Juiz Paulo de Tarso Tamburini, Secretário-Geral da ENFAM, representando o Ministro João Otávio de Noronha (STJ), Diretor-Geral da ENFAM.

Participaram da reunião representantes das 27 Escolas Judiciais dos Tribunais de Justiça dos estados da Federação (TJs); das 5 Escolas Judiciais da magistratura federal (TRFs); das 24 Escolas Judiciais trabalhistas (TRTs); dos 3 Tribunais Militares estaduais e do STM (magistratura militar federal), por meio do Centro de Estudos Jurídicos da Justiça Militar (Cejum); e de 27 Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE).

O Ministro Renato Paiva (TST) e o Juiz Paulo Tamburini (ENFAM), abrindo a reunião, deram as boas vindas aos participantes, ressaltaram a importância dos acordos de cooperação entre as Escolas Judiciais e defenderam o desenvolvimento de um cronograma de trabalho conjunto entre todas as Escolas da magistratura. “Estamos com um trabalho que vai alcançar toda a magistratura com o objetivo de construir um futuro com definição do perfil do Juiz do século XXI, que idealizamos”, salientou o Juiz Tamburini. Destacou, também, que é preciso fortalecer a magistratura num curriculum de formação única inicial comum a todos os Juizes brasileiros.

O Ministro do STM, José Coêlho Ferreira, falou na reunião sobre a criação do Cejum e as parcerias que o Centro vem realizando, como os acordos de cooperação com a ENAMAT e a ENFAM.

Na ocasião, o Vice-Presidente do TST, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, saudou os participantes e ressaltou a importância do conhecimento técnico, da arte de julgar e do saber ser juiz. A Ministra do TST Kátia Magalhães Arruda, Conselheira da ENAMAT, participou da reunião. O Juiz Assessor da ENAMAT, Giovanni Olsson, apresentou, na reunião, o novo aplicativo da ENAMAT, disponível para Android e IOs, por meio dos quais o usuário pode acessar as notícias da ENAMAT e o calendário de cursos das 24 Escolas Judiciais, entre outras informações.

EVENTOS EXTERNOS COM PARTICIPAÇÃO DA ENAMAT



A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE MAGISTRADOS (ENFAM)

8 de maio de 2015

A educação a distância como instrumento de formação profissional de magistrados foi o tema central do evento promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), nos dias 7 e 8 de maio em Brasília. O encontro reuniu diretores e especialistas em educação das Escolas de Magistratura estaduais e federais.

No dia 7 de maio, a ENAMAT participou em um painel sobre práticas e desafios da educação a distância na formação dos magistrados brasileiros, abordando o tema A Experiência da EaD na ENAMAT. O Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, foi representado pelo Juiz Giovanni Olsson, Assessor da Direção e Coordenador dos Cursos de Formação, acompanhado de José Valmir Santos Filho, também Assessor da Direção e Gestor de EAD. A ENAMAT foi convidada a expor seu modelo de educação a distância, incluindo princípios e estratégias de implementação.

Conforme expôs o Juiz Giovanni Olsson, a ENAMAT adota o ambiente Moodle, customizado para suas necessidades, como plataforma central, e sempre investiu intensamente em qualificação de pessoal para permitir um modelo de educação totalmente adaptado às necessidades e à realidade do magistrado do trabalho. Afirmou, ainda, que os servidores da área acadêmica da Escola são qualificados para o trabalho com a educação a distância e estão em contínuo aperfeiçoamento e que as atividades são centradas no controle integral de todas as fases do processo de ensino-aprendizagem a distância, realizadas na própria ENAMAT: projeto, desenvolvimento, produção de conteúdo, desenho instrucional, formação de tutores, execução do curso e avaliação.

Explicitou que os frutos desse investimento são retratados em diversos indicadores do resultado das ações de formação de magistrados e demonstrou os resultados obtidos de abril de 2010 a maio de 2015 e os temas até agora oferecidos para estudo nos cursos de EAD da ENAMAT.

Salientou, por fim, que, ao sincronizar a formação de seus próprios tutores com a produção do conteúdo para a formação dos demais magistrados, a ENAMAT busca plena sintonia entre o domínio do conteúdo, a pertinência temática com a necessidade concreta dos Alunos-Juizes e a validação de toda a relação ensino-aprendizagem com profissionalização dessa formação.



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT (ao centro), compõe a mesa de abertura do Seminário



Mesa de abertura do Seminário sobre a Lei n.º 13.140/2015 e a Mediação Pré-Judicial Obrigatória

SEMINÁRIO SOBRE A LEI N.º 13.140/2015 E A MEDIAÇÃO PRÉ-JUDICIAL OBRIGATÓRIA

1.º a 4 de outubro de 2015

A ENAMAT, conjuntamente com a Escola Nacional de Formação de Magistrados (ENFAM) e o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Judiciais (COPEDEM), participaram na Praia do Forte, Bahia, do Seminário A Lei n.º 13.140/2015 e a Mediação Pré-Judicial Obrigatória, entre os dias 1.º a 4 de outubro, promovido pela Memory Eventos.

Na ocasião, o Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva e os Ministros do TST Cláudio Mascarenhas Brandão e Yves Gandra da Silva Martins Filho participaram como expositores e mediadores em diversos painéis.

O evento mostrou-se de grande importância porque propiciou a troca de experiência dos diversos ramos do Poder Judiciário na mediação e na conciliação judicial e pré-judicial, além da visão compartilhada de advogados e estudiosos do tema.

Pelos representantes da Justiça do Trabalho foi apresentada a experiência consolidada na conciliação judicial em dissídios coletivos no âmbito do TST e também nos Tribunais Regionais, bem como debatidos os precedentes judiciais sobre a constitucionalidade da submissão de conflitos individuais trabalhistas às Comissões de Conciliação Prévia.

Além disso, discutiu-se a perspectiva jurídica e política de implantação, no Brasil, de um modelo de obrigatoriedade da mediação extrajudicial, como existe em países da Europa, por exemplo, como instrumento para combater a alta litigiosidade e o grande número de demandas judiciais em todos os tribunais do País, na busca da efetividade e da eficiência da prestação jurisdicional.



7.ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL PARA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO JUDICIÁRIO

8 a 12 de novembro de 2015

A ENAMAT, constitucionalmente destinada a regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira de Juízes do Trabalho no Brasil, participou, juntamente com representantes das 24 Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, da 7ª Conferência Internacional para Formação e Capacitação do Judiciário, promovida pela Organização Internacional de Formação Judiciária (sigla em inglês, IOJT), que agrega 120 membros de 70 países.

A Conferência ocorreu no período de 8 a 12 de novembro, em Ipojuca – PE, e abordou temas sobre excelência judicial em: liderança e educação judicial; habilidade na construção judicial; tecnologia e ensino judicial; educação judicial de apoio à reforma do Sistema de Justiça; independência e prestação de contas; Sistema Judicial Eleitoral e Processo Judicial Eletrônico.

A IOJT foi criada em 2002, em uma conferência realizada em Jerusalém, a fim de promover o Estado de Direito, com apoio ao trabalho dos institutos de formação judiciária em todo o mundo. Desde 2002, aconteceram cinco conferências: Ottawa (2004); Barcelona (2007); Sydney (2009); Bordeaux (2011); e Washington (2013). Em 2015, o Brasil sediou o evento.

De acordo com o Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, foi um evento destinado ao estudo, ao debate e ao intercâmbio de práticas sobre a formação profissional de magistrados internacionalmente. “O valor das instituições e a qualidade da prestação do serviço público de justiça social dependem diretamente do investimento na qualificação dos seus próprios agentes, e esse evento é um passo decisivo nessa direção.”



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, participa da 7ª Conferência Internacional para Formação e Capacitação do Judiciário



Ministro João Otávio de Noronha, Diretor-Geral da ENFAM, faz pronunciamento na conferência de abertura do evento



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, fala aos participantes da 7ª Conferência Internacional para Formação e Capacitação do Judiciário



Presidente da IOJT, Doutor Eliezer Rivlin, recebe a Medalha Honra ao Mérito concedida pela ENAMAT



Ministro Renato de Lacerda Paiva, Diretor da ENAMAT, participa da 7ª Conferência Internacional para Formação e Capacitação do Judiciário



Ministro Renato entrega Medalha Honra ao Mérito ao Desembargador Fernando Cerqueira

Na solenidade de abertura da 7ª Conferência Internacional para Formação e Capacitação do Judiciário o Ministro do STJ João Otávio de Noronha, Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), em seu pronunciamento, destacou que “o jurisdicionado espera uma justiça, não apenas célere e eficaz, mas, sobretudo, justa”.

O Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, participou da mesa de abertura e proferiu discurso destacando os expressivos números alcançados pela Escola na capacitação na magistratura do trabalho. O Ministro falou sobre a importância das Escolas Nacionais ENFAM e ENAMAT, criadas em 2004, pela Emenda Constitucional n.º 45.

Na ocasião, o Diretor da ENAMAT concedeu a *Medalha Honra ao Mérito*, às autoridades responsáveis pelo evento. A medalha é conferida a pessoas e instituições que prestam relevantes serviços à formação e ao aperfeiçoamento de magistrados do trabalho. A medalha foi entregue ao Presidente da IOJT, Doutor Eliezer Rivlin, ao Presidente da Comissão Executiva Brasileira da IOJT, Desembargador Fernando Cerqueira e à Secretária-Geral da IOJT, Doutora Mary McQueen.



Ministros João Otávio de Noronha (STJ) e Renato de Lacerda Paiva (TST) concedem entrevista à TV ENAMAT



Presidente do STF, Ministro Ricardo Lewandovsky, concede entrevista à comunicação social da ENAMAT

• Entrevista de Ministros e Desembargadores

Presentes à 7ª Conferência Internacional para Formação e Capacitação do Judiciário (IOJT), concederam entrevista exclusiva à equipe de TV ENAMAT, o Presidente do STF, Ministro Ricardo Lewandovsky; o Ministro do Superior Tribunal Militar (STM) José Coêlho Ferreira; e os Ministros do STJ João Otávio de Noronha e Marcelo Navarro Ribeiro Dantas. As autoridades da Justiça brasileira falaram sobre a importância da participação na Conferência das Escolas da Magistratura, nacionais e estrangeiras, que reuniu magistrados de mais de 40 países, debatendo a capacitação dos Juizes de todas as esferas do Poder Judiciário.

O Presidente do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região (PE), Desembargador Federal Rogério Fialho, e o Presidente da Comissão Executiva Brasileira da IOJT, Desembargador Fernando Cerqueira (TJ-PE) também concederam entrevista comentando sobre o evento e a formação judicial no cenário nacional e internacional.

O Vice-Presidente do TST, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, concedeu entrevista à ENAMAT, salientando a importância do evento, que reúne mais de 40 países, e a importância da capacitação de magistrados brasileiros e estrangeiros para o futuro da democracia no mundo.



Jornalista da ENAMAT entrevista o Ministro Ribeiro Dantas, do STJ



Jornalista da ENAMAT entrevista o Ministro José Coêlho Ferreira, do STM

Para o Ministro, a troca de experiências entre Escolas da Magistratura de diferentes países mostrou que se pode encontrar soluções para o Judiciário. “Passar em concurso e julgar, qualquer Juiz pode fazer, mas é preciso incutir nos Juízes as virtudes judiciais. Saber decidir a vida, patrimônio e liberdade das pessoas, é uma arte” – disse.

Em relação ao atual nível de formação dos magistrados brasileiros, o Ministro Ives Gandra acredita que ainda estamos iniciando nesse campo. “Na 4ª Conferência, que aconteceu no ano de 2009 em Sydney (Austrália), observei que países da Europa e América do Norte já tinham Escolas Judiciais há décadas. No Brasil, só temos Escolas nacionais há dez anos, mas estamos avançando rapidamente”.

Destacou a importância dos códigos de ética da magistratura. Segundo ele, ser um bom Juiz consiste em fazer uma sociedade melhor. “Ser feliz fazendo os outros felizes”, ressaltou.

O Ministro elogiou o fato de que mais da metade dos Juízes do Trabalho brasileiros já tenham passado pelos cursos de capacitação da ENAMAT, pioneira no Brasil em formação de magistrados, e disse esperar a continuação desse papel de vanguarda da Escola.

“Não basta aprender a técnica de julgar. É primordial aprender a ser Juiz”, afirmou o Vice-Presidente do TST.

Magistrados e Diretores de Escolas Judiciais do Canadá, Kenya, Austrália e Ucrânia também concederam entrevista à TV ENAMAT, falando sobre a capacitação judicial em seus países.

Os representantes desses países expuseram o critério de seleção para professores de Escolas Judiciais e os procedimentos de recrutamento e seleção de magistrados, além do nível de formação profissional destes.

Manifestaram opinião sobre o fato de a formação profissional poder ser realizada apenas por Escolas Judiciais ou também por instituições acadêmicas.

Os entrevistados também comentaram sobre o evento e sobre o trabalho da ENFAM e da ENAMAT no Brasil.



Desembargador Fernando Cerqueira, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, fala, em entrevista, à TV ENAMAT



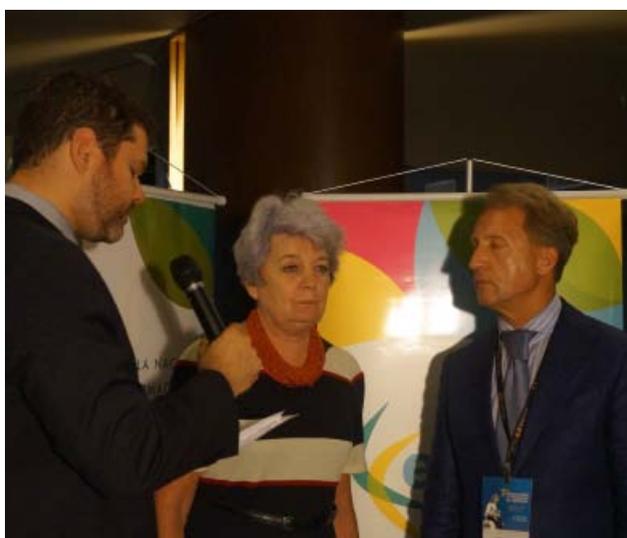
Presidente do TRF-5, Desembargador Rogério Fialho, é entrevistado pela TV ENAMAT



Vice-Presidente do TST, Ministro Ives Gandra, concede entrevista à ENAMAT



Representante do Kenya fala para a TV ENAMAT



Representantes da Ucrânia são entrevistados para a TV ENAMAT



Jurista australiano concede entrevista à ENAMAT

EQUIPE DA ENAMAT EM AÇÃO

7.ª Conferência Internacional para Formação e Capacitação do Judiciário (IOJT)



Expositor da ENAMAT na Conferência



Jornalista da ENAMAT atua na Conferência



Servidores da ENAMAT atuam junto aos participantes da Conferência para apresentar as ações e os resultados da Escola na formação de magistrados do trabalho



Servidor da ENAMAT atua com tecnologia da informação



Servidores da ENAMAT atuam na Conferência para apresentar as ações e os resultados da Escola



Servidores da ENAMAT preparam ambiente para filmagem de entrevista



Mary Campbell McQueen, Secretária-Geral da IOJT, em entrevista para a ENAMAT



Juiz Assessor da ENAMAT, Giovanni Olsson; Mary Campbell McQueen, Secretária-Geral da IOJT; e Ministro Renato Paiva, Diretor da ENAMAT



Mary Campbell McQueen, Secretária-Geral da IOJT, em entrevista para a ENAMAT

SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE NOVO CPC E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO TRT DA 10.ª REGIÃO

1.ª a 4 de outubro de 2015

O Diretor da ENAMAT Ministro Renato de Lacerda Paiva, participou da Mesa de Encerramento do Seminário de Formação Continuada, promovido pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10.ª Região, no dia 13 de novembro, em Brasília, no qual foram debatidos os reflexos do novo Código de Processo Civil (CPC) sobre o Direito Processual do Trabalho. O Desembargador do Trabalho do TRT da 6.ª Região (PE) Sérgio Torres Teixeira realizou exposição sobre o tema.

No final do Seminário, o Ministro Renato Paiva noticiou que o Tribunal Superior do Trabalho poderá editar instrução normativa sobre a aplicação do novo CPC ao Direito Processual do Trabalho. A publicação dessa norma, consoante o Ministro, busca atender a uma aspiração de Juízes e Desembargadores do Trabalho sobre a compatibilidade entre a CLT e o novo CPC, o que foi detectado em pesquisa realizada com esses magistrados.

Destacou o Ministro: “Identifiquei pelo menos vinte pontos importantes que deveríamos enfrentar. Esse estudo era tão precioso que excedia os limites da ENAMAT. Por isso, encaminhamos para os Ministros do TST e foram constituídos três grupos de trabalho para estudar o novo Código e propor algumas soluções em questões em que não haja muita controvérsia. A nossa ideia é deixar claro aquilo que se aplica ou não se aplica. Tenho uma expectativa grande de que em alguns pontos em que haja consenso possamos estabelecer pelo menos uma sinalização inicial”.

ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO DIRETOR DA ENAMAT

26 de novembro de 2015

Em cerimônia realizada no dia 26 de novembro, na sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, o Diretor da ENAMAT, Ministro Renato de Lacerda Paiva, recebeu a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho – Comenda Ministro Coqueijo Costa, no Grau Grande Oficial, concedida pelo Tribunal Regional Federal da 5.ª Região e entregue por sua Presidente, Desembargadora Maria Adna Aguiar.

Foram agraciados, além do Ministro Renato Paiva, a Ministra Maria Cristina Peduzzi e o Presidente do TST e do CSJT, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen.

A Comenda foi criada em 26 de novembro de 2003 e tem por finalidade agraciar per-

sonalidades e instituições nacionais ou estrangeiras que tenham se destacado, no exercício do Direito, em atividades socioculturais ou prestação relevantes serviços à Justiça do Trabalho.

Na solenidade, os Desembargadores do Trabalho Lorival Ferreira dos Santos, Presidente do TRT da 15.ª Região (Campinas/SP) e Beatriz de Lima Pereira, Vice-Presidente e Corregedora Regional do TRT da 2.ª Região (São Paulo), tomaram posse como Presidente e Vice-Presidente do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecór), respectivamente. O Desembargador Lorival Ferreira dos Santos foi Conselheiro da ENAMAT, em 2009.



Presidente do TRT da 5.ª Região, Desembargadora Maria Adna Aguiar, condecora o Ministro Renato de Lacerda Paiva com a Comenda Ministro Coqueijo Costa



Desembargador do Trabalho Francisco José Pinheiro Cruz concedeu a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da 14.ª Região à Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



Presidente do TRT da 6.ª Região, Desembargadora Gisane Barbosa de Araújo, entregou a Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira ao Presidente do TST e do CSJT, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen.

TERCERAS JORNADAS PLATENSES DE CÁTEDRA DE DERECHO SOCIAL

24 de novembro de 2015

Dando continuidade ao intercambio iniciado pela Enamat, por ocasião do Curso de Formação Continuada em Direito do Trabalho Comparado do Brasil – Argentina e Uruguai, os Ministros do TST Maurício Godinho e Kátia Magalhães Arruda, Conselheira da ENAMAT, participaram, no Centro de Estudos Judiciais de Montevideú (Uruguai), das Terceras Jornadas Platenses de Cátedra de Derecho Social.

TERCERAS JORNADAS PLATENSES DE CÁTEDRA DE DERECHO SOCIAL
En homenaje al Dr. Angel Eduardo Gatti

PRIMER PANEL
"Aspectos relevantes del sistema sindical brasileño y su vinculación con el ejercicio del derecho de huelga"
Katia Magalhães Arruda (Ministra del Superior Tribunal del Trabajo, Brasil)

"La titularidad del derecho de huelga en el ordenamiento jurídico argentino"
Ricardo J. Cornaglia (Director del Instituto de Derecho Social de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de La Plata, Argentina)

Presentación del libro "Derecho del Trabajo. Manual de las relaciones individuales" de Angel Eduardo Gatti, y homenaje póstumo al autor:
Juan Ignacio Orsini (Profesor Titular de Cátedra de Derecho Social en la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de La Plata y Juez del Trabajo de La Plata, Argentina)

SEGUNDO PANEL
"El derecho de huelga en el ordenamiento jurídico brasileño"
Mauricio Godinho Delgado (Profesor del Centro Universitario UOP de Brasilia y Ministro del Tribunal Superior del Trabajo, Brasil)

"El derecho de huelga a la luz del Derecho Internacional de los Derechos Humanos"
Oscar Zas (Profesor Titular de Cátedra de Derecho Social en la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de La Plata y Jefe de la Cámara Nacional de Apelaciones del Trabajo de la Capital Federal, Argentina)

Salón de Los Espejos

Destinatarios: dirigido a abogados.
Derecho a certificado: \$100
Inscripción: personalmente en la Secretaría de Extensión Universitaria (1º Piso del Edificio de la Reforma Universitaria), de lunes a viernes de 8 a 20 hs.

extension@jurisoc.unlp.edu.ar | www.jurisoc.unlp.edu.ar | ExtensiónCayS | 423.6702/06 (1155) | Extensión Universitaria | Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales | Universidad Nacional de La Plata



Ministra Kátia Magalhães Arruda, Conselheira da ENAMAT (à direita), participa das jornadas sobre direito social na Argentina



Ministra Kátia Arruda, Conselheira da ENAMAT; Ministro Maurício Godinho, do TST (ambos ao fundo); e Juízes do Trabalho do Uruguai

Promovido pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidad Nacional de La Plata (UNPL), na cidade de La Plata, Argentina, no dia 24 de novembro, o evento contou com exposições de magistrados e docentes dos três países participantes.

As jornadas foram divididas em dois painéis de estudos e debates.

A Ministra Kátia Magalhães Arruda apresentou, no primeiro painel, o tema Aspectos Relevantes do Sistema Sindical Brasileiro e sua Vinculação com o Exercício do Direito de Greve.

Nesse painel proferiram palestras, ainda, o Diretor do Instituto de Direito Social da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidad Nacional de La Plata, Ricardo J. Cornaglia, e

o Juiz do Trabalho e Professor Titular de Direito Social da mesma Faculdade, Juan Ignacio Orsini, que trataram, respectivamente, sobre direito de greve na Argentina e apresentação de livro do Doutor Angel Eduardo Gatti, Professor Titular homenageado no evento (homenagem póstuma).

No segundo painel, houve a apresentação do Ministro do TST Mauricio Godinho Delgado, que abordou o tema O Direito de Greve no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Também realizou exposição no painel Oscar Zas, Professor Titular de Direito Social da UNLP, que tratou sobre o direito de greve, analisando-o com enfoque nos direitos humanos, no âmbito do Direito internacional.



XXXVI Reunião da Junta Diretiva da Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais (RIAEJ)



Juiz Titular de Vara de Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, na Reunião da RIAEJ

REDE IBERO-AMERICANA DE ESCOLAS JUDICIAIS - RIAEJ

24 a 27 de novembro de 2015

O Acordo de Cooperação firmado entre as duas Escolas Nacionais constitucionais brasileiras, ENFAM e ENAMAT, produz resultados cada vez mais concretos. Ambas são responsáveis pela coordenação dos sistemas de Escolas oficiais de todo o País, alcançando a formação de cerca de 18 mil magistrados brasileiros, e passaram a atuar conjuntamente desde setembro em diversos assuntos comuns, como questões acadêmicas e tecnológicas, certificação recíproca de cursos e a introdução da matriz de competências profissionais gerais da magistratura nacional.

Nos últimos dias 24 a 27 de novembro, as Escolas participaram da XXXVI Reunião da Junta Diretiva da Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais (RIAEJ) – como antessala da VIII Reunião da Assembleia Geral –, realizada em Buenos Aires, Argentina, na Corte Suprema daquele País. Estiveram presentes representantes de 18 entidades da América Latina, além das Escolas de Portugal e Espanha. Compareceram representantes de Honduras, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru, Equador, Costa Rica e Bolívia, entre outros. As Escolas brasileiras foram representadas pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson, Assessor da Direção e membro do Conselho Consultivo da ENAMAT, sendo a primeira vez

que ambas as Escolas atuam conjuntamente em fórum internacional para tratar de interesses comuns.

A oportunidade propiciou a revisão do estado de avance dos Eixos Temáticos contidos no Plano de Ação de 2013-2015, como também o debate sobre a continuidade desses eixos e inclusão de novos no Plano 2015-2017.

Foram tratados diversos temas, como a certificação internacional dos padrões de qualidade dos cursos das Escolas Judiciais, os desafios da pesquisa e da avaliação de cursos de formação e a formação de formadores.

A RIAEJ foi instituída para promover a cooperação internacional na área de formação de Magistrados após a Cimeira de Tenerife, em 2001, por deliberação dos Presidentes das Cortes Supremas de todos os países da região. A organização atua como uma rede e fórum de discussão e pesquisa de temas de aperfeiçoamento de magistrados, com encontros anuais e bienais, e cada país possui um assento. Atualmente, a Junta Diretiva da entidade é presidida pela Escola Judicial Nacional da Argentina, anfitriã do evento.



ATOS NORMATIVOS DA ENAMAT



ATO.ENAMAT.N.º 003/2015

O DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XI do artigo 7.º do Estatuto da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, de que trata a Resolução Administrativa do TST n.º 1.158/2006, com a redação dada pelo ATO.GDGSET.GP.Nº 387/2009,

RESOLVE

Designar o Excelentíssimo Senhor Juiz Giovanni Olsson, Titular de Vara do Trabalho da 12.ª Região e Membro do Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho para, concomitantemente com a função de Conselheiro, exercer, a partir de 9/4/2015, a de Assessor da Direção desta Escola nas atividades de apoio administrativo e acadêmico, sem acréscimo remuneratório.

Publique-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.


Ministro RENATO DE LACERDA PAIVA
Diretor da ENAMAT

COMPETÊNCIAS DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO – CFI E CFC



RESOLUÇÃO ENAMAT N.º 18, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Regulamenta e atualiza as competências dos Magistrados do Trabalho a serem adquiridas e desenvolvidas pelos Alunos-Juizes nos Módulos Nacional e Regional dos Cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada.

O Diretor da ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO – ENAMAT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares:

Considerando que incumbe precipuamente à ENAMAT a coordenação da formação dos Magistrados do Trabalho no âmbito das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais, conforme estatuído no art. 111-A, § 2.º, I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, e disposto nos arts. 2.º, VIII e IX, e 17 da Resolução Administrativa n.º 1.158/2006, com a redação dada pela Resolução Administrativa n.º 1.363/2009, ambas do Tribunal Superior do Trabalho;

Considerando que, nos Programas Nacionais de Formação Inicial e de Formação Continuada vigentes, o alcance dos objetivos gerais e específicos da Formação é realizado mediante a execução das atividades formativas de acordo com conjuntos de áreas temáticas nas quais as competências profissionais necessárias ao exercício da função são desenvolvidas;

Considerando que as competências são tomadas como a potencialidade de o Magistrado mobilizar respostas de forma internalizada para enfrentar circunstâncias em que o indivíduo deve deter um conjunto integrado de conhecimentos, atitudes e habilidades já incorporado ao seu aparato pessoal, a fim de ser utilizado no exercício da profissão;

Considerando a necessidade de atualização periódica da Tabela de Competências da Magistratura do Trabalho, prevista na Resolução ENAMAT n.º 07/2010;

RESOLVE

Art. 1.º Fica instituída a Tabela de Competências da Magistratura do Trabalho, discriminada no Anexo desta Resolução.

Art. 2.º As competências deverão servir de base para as ações formativas da ENAMAT e das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, ressalvado o redimensionamento de competências que sejam peculiares ao exercício da profissão em cada Região.

Art. 3.º O Quadro de Competências será composto pelas seguintes colunas:

a) Competência necessária ao exercício da Magistratura – conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes para o enfrentamento de situações profissionais;

b) Descrição e dimensões – conjunto integrado de conhecimentos: saber; habilidades: saber-fazer; e atitudes: saber-ser, querer-fazer e querer-(con)viver;

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized name, is located at the bottom left of the page.



c) Eixo – segregação das competências em "gerais", comuns à formação de profissionais Magistrados de outros ramos, e "específicas", peculiares da formação própria da Magistratura do Trabalho;

d) Subeixo – conjunto de competências que podem ser tratadas didática e pedagogicamente de forma análoga por afinidade de desempenho.

Art. 4.º As Competências, Descrições e Dimensões, Eixos e Subeixos deverão ser revisados periodicamente, de acordo com o desenvolvimento e aperfeiçoamento da compreensão da complexidade da atividade profissional da Magistratura e seus desdobramentos.

Art. 5.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução ENAMAT n.º 07/2010.


Ministro RENATO DE LACERDA PAIVA
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento
de Magistrados do Trabalho

COMISSÃO TRANSITÓRIA DE ESTUDO SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DE PESSOAL DAS ESCOLAS JUDICIAIS – SIMFT



ATO.ENAMAT.Nº 005/2015

O DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E
APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, no uso de suas atribuições
legais e regimentais,

RESOLVE

Art. 1.º Fica instituída a Comissão Transitória de Estudo sobre a Estruturação de Pessoal das
Escolas Judiciais no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho –
SIFMT, com a seguinte composição:

I – Desembargadora do Trabalho **LEILA APARECIDA CHEVTCHUK DE OLIVEIRA**
(Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT e Diretora da Escola Judicial do TRT da 2.ª
Região) – Coordenadora;

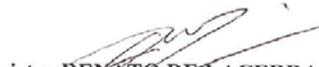
II – Juiz Titular de Vara do Trabalho **HERMANN DE ARAÚJO HACKRADT** (TRT da 21.ª
Região);

III – Juíza Titular de Vara do Trabalho **DENISE MARSICO COUTO** (TRT da 17.ª Região).

Art. 2.º A Comissão tem por objetivo oferecer subsídios para a estruturação do quadro de
pessoal das Escolas Judiciais no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do
Trabalho – SIFMT, devendo apresentar relatório conclusivo no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3.º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de junho de 2015.


Ministro **RENATO DE LACERDA PAIVA**
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento
de Magistrados do Trabalho – ENAMAT

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO 19.º CFI



ATO.ENAMAT.Nº 6/2015

O DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE

Art. 1.º Fica instituída a Comissão de Avaliação do 19.º Curso de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho, integrada pelos seguintes Juízes-Tutores:

I – Juiz Titular de Vara do Trabalho **HERMANN DE ARAÚJO HACKRADT** (TRT da 21.ª Região) - Coordenador;

II – Juíza Titular de Vara do Trabalho **ANA PAOLA SANTOS MACHADO DINIZ** (TRT da 5.ª Região);

III – Juiz Titular de Vara do Trabalho **AGENOR PEREIRA MARTINS** (TRT da 6.ª Região);

IV – Juíza Titular de Vara do Trabalho **MARIA DE NAZARÉ MEDEIROS ROCHA** (TRT da 8.ª Região);

V – Desembargadora do Trabalho **ELKE DORIS JUST** (TRT da 10.ª Região).

Art. 2.º A Comissão tem por objetivo assessorar a Direção da ENAMAT na aferição de aproveitamento para a conclusão do 19.º Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional, conforme a Resolução ENAMAT n.º 2/2009, devendo finalizar suas atividades até o dia 8 de outubro de 2015.

Art. 3.º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de agosto de 2015.


Ministro RENATO DE LACERDA PAIVA
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento
de Magistrados do Trabalho – ENAMAT

REMUNERAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE ENSINO DA ENAMAT



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ENAMAT

ATO ENAMAT.Nº 04, DE 19 DE JUNHO DE 2015.

Fixa a tabela de remuneração dos profissionais de ensino da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT.

O DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando o disposto no ATO CONJUNTO.TST.CSJT.ENAMAT.N.º 1, de 4/3/2013;

RESOLVE

Art. 1º É fixada a remuneração dos profissionais de ensino da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT, nos seguintes valores:

TITULAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ENSINO	NATUREZA DA ATIVIDADE	VALOR DA HORA-AULA
NÍVEL DE DOUTORADO	FORMAÇÃO PRESENCIAL	R\$ 550,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - CONTEUDISTA	R\$ 300,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - DEMAIS PROFISSIONAIS DE ENSINO	R\$ 250,00
NÍVEL DE MESTRADO	FORMAÇÃO PRESENCIAL	R\$ 450,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - CONTEUDISTA	R\$ 250,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - DEMAIS PROFISSIONAIS DE ENSINO	R\$ 200,00
NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO	FORMAÇÃO PRESENCIAL	R\$ 400,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - CONTEUDISTA	R\$ 210,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - DEMAIS PROFISSIONAIS DE ENSINO	R\$ 170,00
NÍVEL DE GRADUAÇÃO	FORMAÇÃO PRESENCIAL	R\$ 330,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - CONTEUDISTA	R\$ 180,00
	FORMAÇÃO A DISTÂNCIA - DEMAIS PROFISSIONAIS DE ENSINO	R\$ 150,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
ENAMAT

Parágrafo único. Nas hipóteses em que o profissional de ensino seja Magistrado, o valor da hora-aula corresponderá, no mínimo, ao Nível de Doutorado (para o caso de Ministro) e ao Nível de Mestrado (para o caso de Magistrado de 1º e 2º Graus), prevalecendo o valor da respectiva titulação, quando superior.

Art. 2º Os valores definidos no artigo anterior poderão ser elevados, a critério do Diretor da ENAMAT, case se trate:

I - de Aula Magna ou Conferência; ou

II - de notória especialização, pela natureza singular da atividade e especial qualificação do profissional.

Parágrafo único. O total de horas remuneradas a esse título para o profissional de ensino não poderá ser superior ao valor definido como limite para contratação com dispensa de licitação na administração pública, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.


Ministro RENATO DE LACERDA PAIVA
Diretor da ENAMAT



COMUNICAÇÃO SOCIAL

O setor de Comunicação Social da ENAMAT realizou a cobertura jornalística de todos os eventos que aconteceram com a iniciativa e/ou participação da Escola e da totalidade dos cursos de formação inicial, continuada e de formadores oferecidos em 2015, além da cobertura para o site da ENAMAT da 7.ª Conferência Internacional de Formação e Capacitação do Judiciário, realizada pela International Organization for Judicial Training (IOJT), em Recife – PE, no mês de novembro.

Elaborou, ainda, o Projeto de Comunicação para a Escola, visando à comunicação externa e interna das atividades institucionais; o Projeto Televisivo Enamat Debate, que propõe o lançamento de um programa de televisão da ENAMAT, a ser veiculado pela TV Justiça e disponibilizado na Internet; e o Projeto Podcasting, para a criação de espaço de publicação/postagens de Podcast no site da Enamat, a fim de veicular para diversas instituições informações, notícias e entrevistas.

Na área de comunicação audiovisual foram realizadas as seguintes atividades: operação técnica do estúdio audiovisual e transmissão em vídeo do Laboratório Judicial (simulador de audiência) para o auditório da ENAMAT, durante os cursos de formação executados; registro cinematográfico e de fotografia de todos os eventos realizados pela ENAMAT; produção de vídeos no formato de entrevista para o site da ENAMAT; e atuação técnica na fiscalização de aquisições de material de vídeo e áudio para a ENAMAT.

A ENAMAT, em parceria com a Assessoria de Comunicação Social do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (ASCOM/CSJT), desenvolveu, também, em 2015, o projeto gráfico para sua participação na 7ª Conferência Internacional para Formação e Capacitação do Judiciário, promovida pela Organização Internacional de Formação Judiciária – IOJT.

O projeto gráfico para o evento resultou na criação de uma nova identidade visual para a ENAMAT e de diversas peças gráficas utilizadas no evento para divulgação das ações da Escola.



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O ano de 2015 foi de consolidação das tecnologias utilizadas pela ENAMAT nas atividades de formação de magistrados do Trabalho.

O canal da ENAMAT no *YouTube* (www.youtube.com/enamat) estabeleceu-se como plataforma prioritária para transmissão de eventos da Escola Nacional para as Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais Federais. A ENAMAT alcançou, no final do ano, inscritos no canal, mais de 900 usuários, que assistem às aulas e entrevistas disponibilizadas. A palestra de abertura do Seminário O Novo CPC, ocorrida em 15 de setembro de 2014, é atualmente o vídeo mais acessado no canal, atingindo mais de 16.800 visualizações.

Em 2015, o Ministro Renato de Lacerda Paiva utilizou os equipamentos de videoconferência existentes nas Escolas Judiciais e na ENAMAT para realizar reuniões com os Diretores das Escolas Regionais de maneira remota, concretizando esses eventos de modo a torná-los sem custos.

Durante a 7.^a Conferência da *International Organization for Judicial Training (IOJT)*, que ocorreu entre os dias 8 e 12 de novembro em Pernambuco (PE) e teve participação expressiva da ENAMAT e das Escolas Judiciais dos TRTs, foi lançado o aplicativo para *smartphones* da ENAMAT. A pretensão com esse aplicativo é oferecer mais um meio tecnológico para facilitar o acesso do magistrado às informações sobre a ENAMAT e as Escolas Judiciais. O aplicativo, que funciona em sistemas *iOS*, *Windows Phone* e *Android*, pode ser instalado pelo endereço <http://app.vc/enamat>. No caso de celulares com *Android*, a instalação pode ser feita também pela loja do *Google Play*.

No aplicativo, o magistrado tem acesso a notícias da ENAMAT e das Escolas Judiciais, agenda de cursos (que pode ser instalada em seu *smartphone*), vídeos da TV ENAMAT, *Facebook* e *Twitter*, como também a informações institucionais e de contato das Escolas.



Tela inicial do aplicativo da ENAMAT



ORÇAMENTO

BREVE HISTÓRICO

Após análise efetuada pela ENAMAT, em 2009, verificou-se que diversas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho não possuíam recursos e estrutura suficientes para executar suas atividades formativas.

Dessa forma, para que a Escola Nacional realizasse a efetiva coordenação no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho, tornou-se essencial a disponibilização de dotação orçamentária para melhor planejamento de suas ações e auxílio às Escolas Judiciais, de modo a alcançar os magistrados com capacitação profissional de qualidade.

Como inestimável apoio da Administração do Tribunal Superior do Trabalho, a ENAMAT obteve, em 2011, ação orçamentária própria, intitulada “Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados”.

Nos exercícios de 2011 a 2014, o orçamento da Escola Nacional possibilitou o avanço das ações de formação inicial, continuada e de formadores. Houve, ainda, sensível melhoria na estrutura física e de material da ENAMAT e das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

EXERCÍCIO DE 2015

• ASPECTOS GERAIS:

Em 2015, destinou-se à ENAMAT o valor total R\$ 9.291.140,00 para a execução de suas ações, sendo R\$ 7.022.451,00 referentes às despesas correntes e R\$ 2.268.689,00 relativos às despesas de capital.

Os recursos aplicados possibilitaram à ENAMAT oferecer formação teórico-prática em todas as áreas: Formação Inicial, Formação Continuada e Formação de Formadores.

No âmbito da Formação Inicial, a ENAMAT descentralizou orçamento aos Tribunais Regionais do Trabalho para o custeio de diárias e passagens aéreas de 111 magistrados capacitados nas duas edições realizadas em 2015.

No que se refere à Formação Continuada, à Formação de Formadores e aos Encontros Técnicos de Servidores de Escolas Judiciais, a dotação orçamentária da Escola Nacional fomentou a realização de 13 cursos presenciais e 4 a distância, com a participação de 1.508 magistrados e 378 servidores, perfazendo o total de 1.886 profissionais atendidos por esta Escola Nacional.

Ressalta-se que a meta física prevista no orçamento destinado à ENAMAT no exercício de 2015 previu a formação de 1.300 magistrados. Dessa forma, o atendimento a 1.508 Juízes demonstra a efetividade da execução orçamentária.

• INVESTIMENTO

As receitas de capital foram destinadas ao aperfeiçoamento da estrutura administrativa e da área de comunicação social para a melhoria no atendimento da crescente demanda da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

Destacam-se, nesse aspecto, a aquisição de veículo próprio destinado ao adequado transporte de magistrados participantes dos eventos de ensino realizados na sede da ENAMAT e, também, a aquisição de material de áudio e vídeo para melhor adequação da área de Comunicação, em face da produção de material institucional de divulgação em rádios públicas e em seu portal institucional.

• APOIO ÀS ESCOLAS JUDICIAIS

A gestão orçamentária da ENAMAT possibilitou, ainda, a execução de seu papel de coordenação nacional das atividades de formação e aperfeiçoamento dos Magistrados no âmbito do sistema composto pelas Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Dessa forma, por meio de provisões orçamentárias, esta Escola Nacional custeou a realização de atividades formativas que promoveram a capacitação de centenas de Magistrados Trabalhistas nas Escolas Judiciais de todo o país.

O apoio financeiro da ENAMAT foi, também, de extrema relevância para a aquisição de diversos equipamentos e mobiliários, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação das infraestruturas física e administrativa das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho.

• TABELA-RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Demonstra-se, abaixo, o panorama da execução orçamentária da ENAMAT no exercício de 2015:

AÇÃO 02.128.0571.20G2.0001 – FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS						
Especificação	Dotação Orçamentária*	Despesas Empenhadas	Descentralizações	Contingenciamento	Total Executado	Percentual de Execução
Despesas Correntes	6.683.451,00	2.830.614,00	3.587.497,77	215.339,22	6.418.111,77	99%
Despesas de Capital	1.013.789,00	428.347,00	578.248,22	7.193,78	1.006.595,22	100%
TOTAL	7.697.240,00	3.258.961,00	4.165.745,99	222.533,00	7.424.706,99	99%

* Dotação orçamentária após créditos realizados.

TABELAS E GRÁFICOS

FORMAÇÃO INICIAL

• 18.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

Tabela 1 – Alunos-Juizes inscritos no 18.º Curso de Formação Inicial, por Região – ENAMAT – 2015

Tribunal	Percentual de Magistrados	Total de Magistrados
2ª Região - SP	56,32%	49
3ª Região - MG	26,44%	23
8ª Região - PA/AP	3,45%	3
14ª Região - AC/RO	2,30%	2
15ª Região -Campinas-SP	1,15%	1
18ª Região - GO	3,45%	3
23ª Região - MT	6,90%	6
TOTAL	100%	87

Gráfico 1 – Alunos-Juizes inscritos no 18.º Curso de Formação Inicial, por Região – ENAMAT – 2015

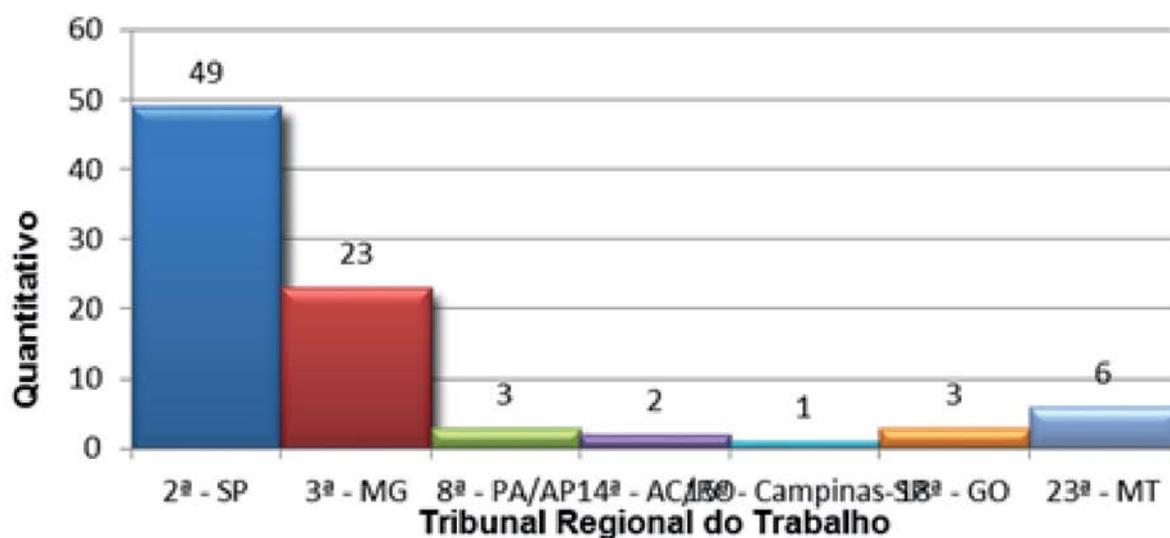


Gráfico 2 – Alunos-Juízes inscritos no 18.º Curso de Formação Inicial, por Gênero – ENAMAT – 2015

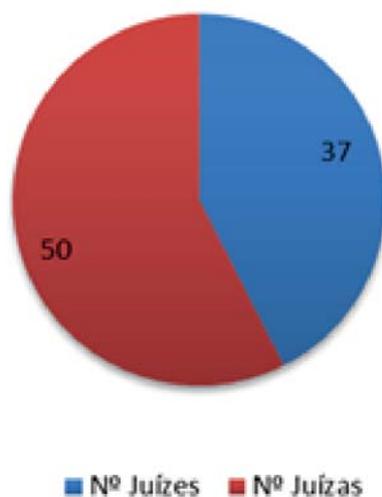
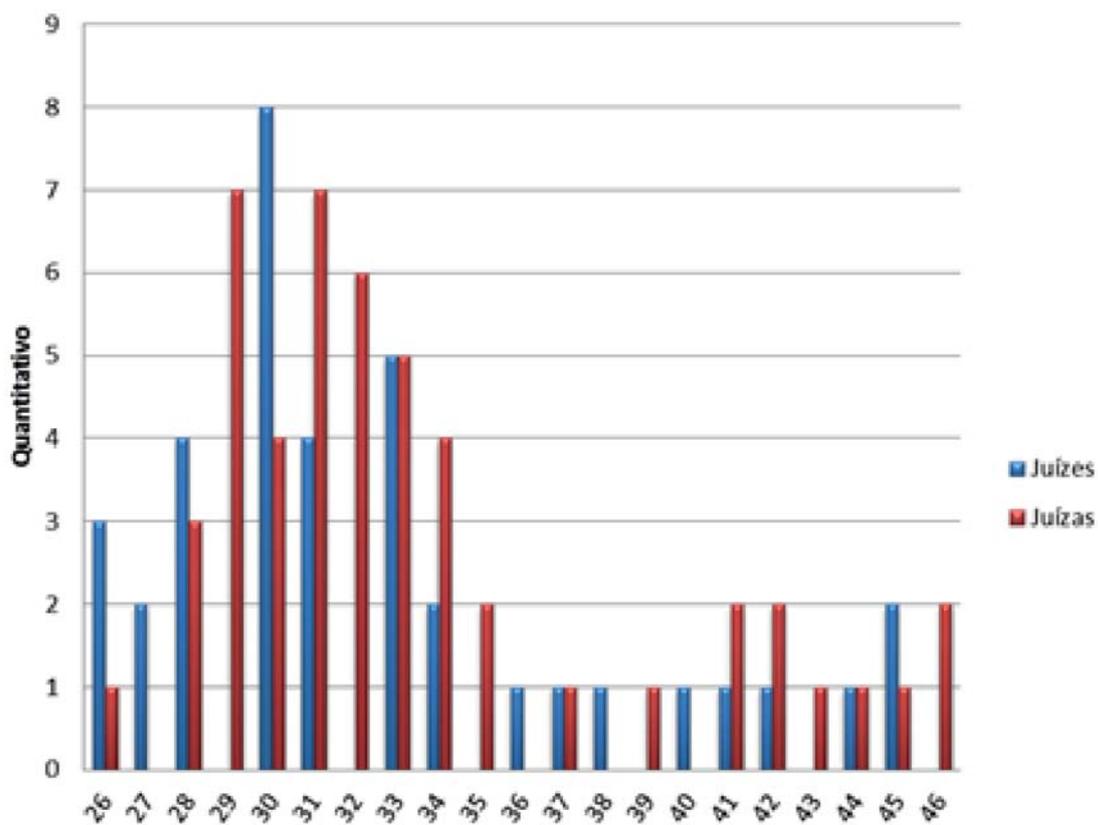


Gráfico 3 – Alunos-Juízes inscritos no 18.º Curso de Formação Inicial, por Idade e Gênero ENAMAT – 2015



• **19.º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL**

Tabela 02 – Alunos-Juízes inscritos no 19.º Curso de Formação Inicial, por Região – ENAMAT – 2015

Tribunal	Percentual de Magistrados	Total de Magistrados
1ª Região - RJ	79,17%	19
2ª Região - SP	4,17%	1
18ª Região - GO	4,17%	1
19ª Região - AL	4,17%	1
24ª Região - MS	8,33%	2
TOTAL	100%	24

Gráfico 4 – Alunos-Juízes inscritos no 19.º Curso de Formação Inicial, por Região – ENAMAT – 2015

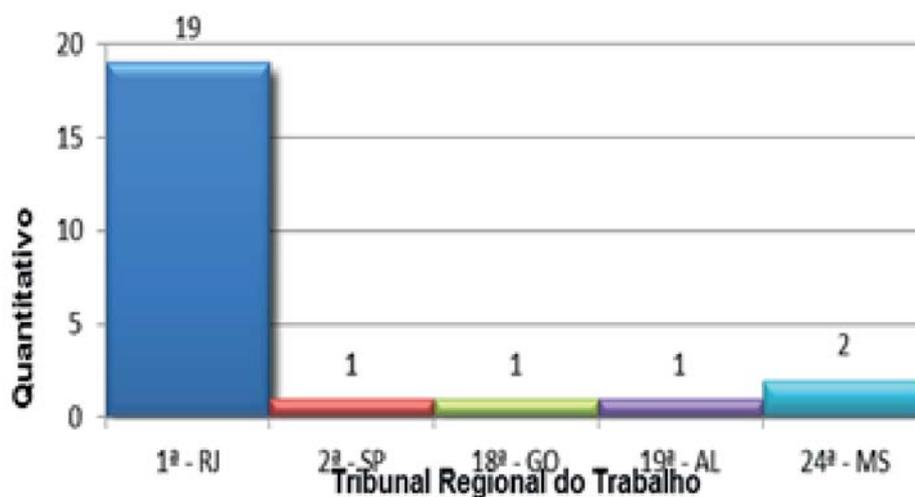


Gráfico 5 – Alunos-Juízes inscritos no 19.º Curso de Formação Inicial, por Gênero – ENAMAT – 2015

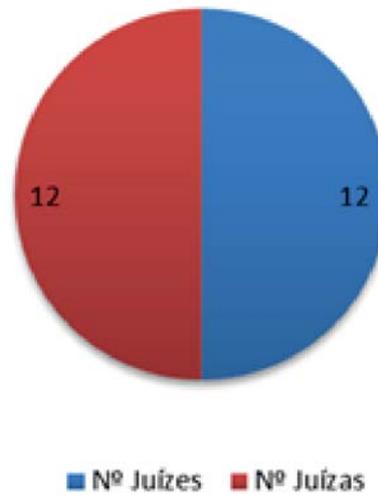
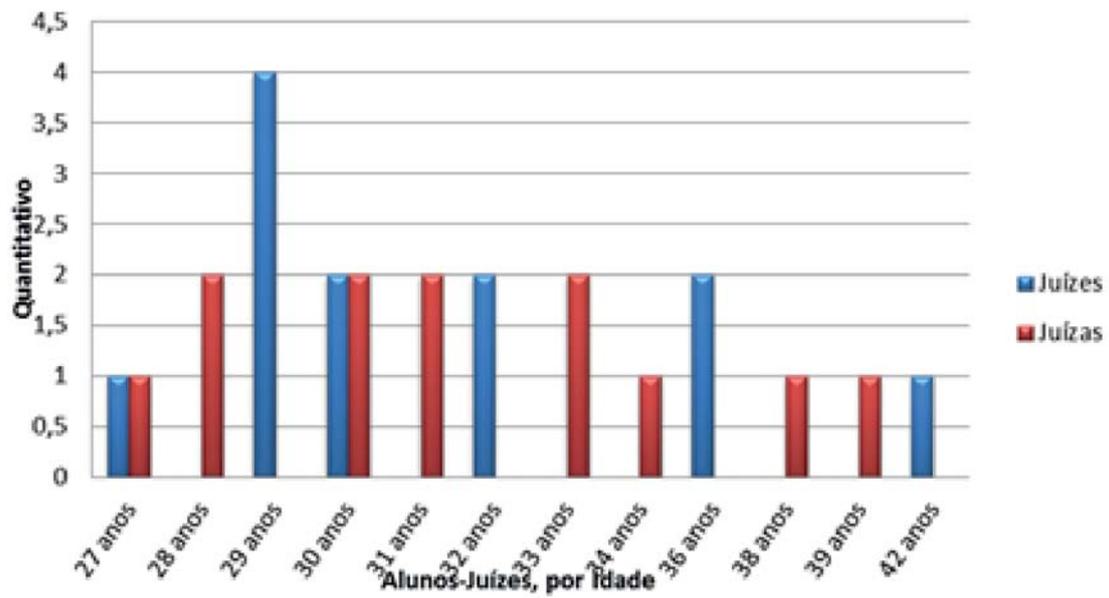


Gráfico 6 – Alunos-Juízes inscritos no 19.º Curso de Formação Inicial, por Idade e Gênero ENAMAT – 2015

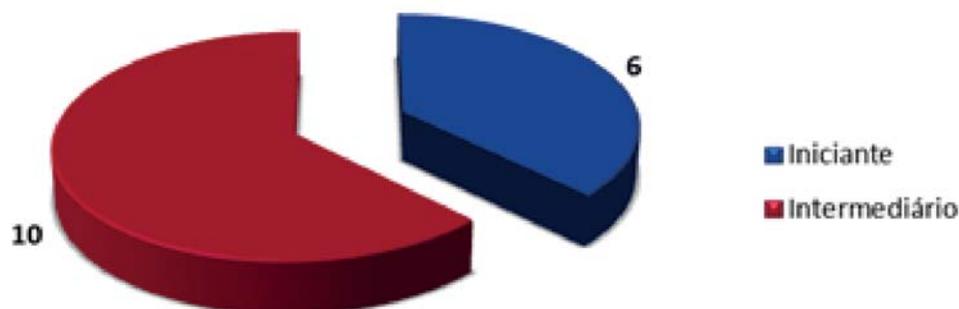


FORMAÇÃO CONTINUADA

MODALIDADE DE EDUCAÇÃO PRESENCIAL

• CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM INGLÊS PARA MINISTROS DO TST

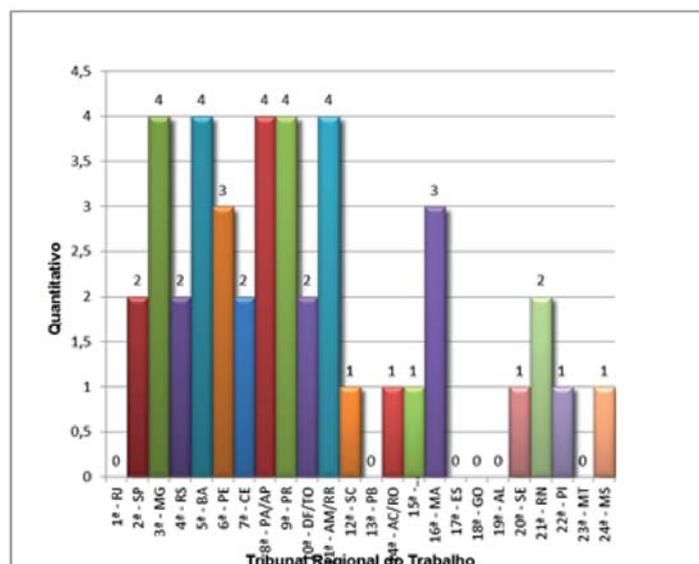
Gráfico 7 – Ministros do TST Inscritos no Curso de Formação Continuada em Língua Inglesa, Modalidade Presencial, por nível – ENAMAT – 2015



TOTAL DE MINISTROS: 16

• CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA DE TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

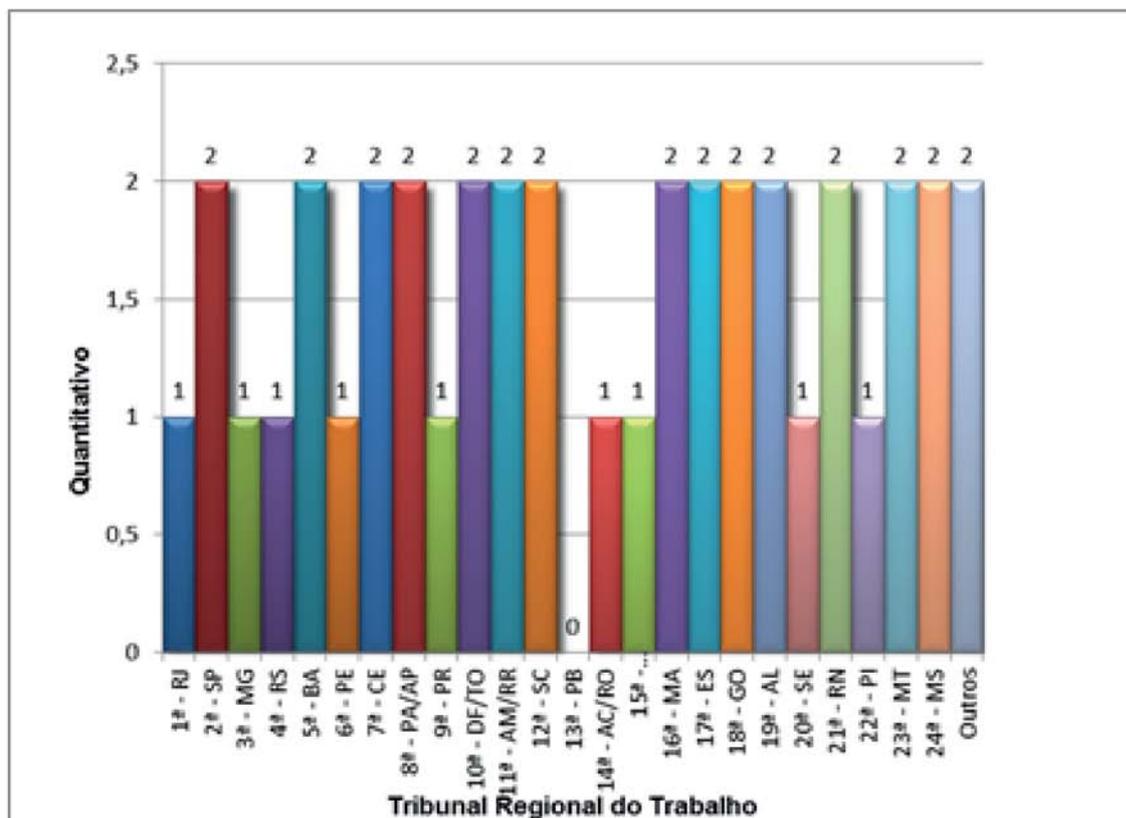
Gráfico 8 – Alunos-Juizes inscritos no 6.º Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de TRT, por Região – ENAMAT – 2015



TOTAL DE ALUNOS-JUIZES: 42

• **CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL NA EXECUÇÃO TRABALHISTA**

Gráfico 9 – Alunos inscritos no 1.º Curso de Formação Continuada em Estratégias de Investigação Patrimonial na Execução Trabalhista, por Região – ENAMAT – 2015

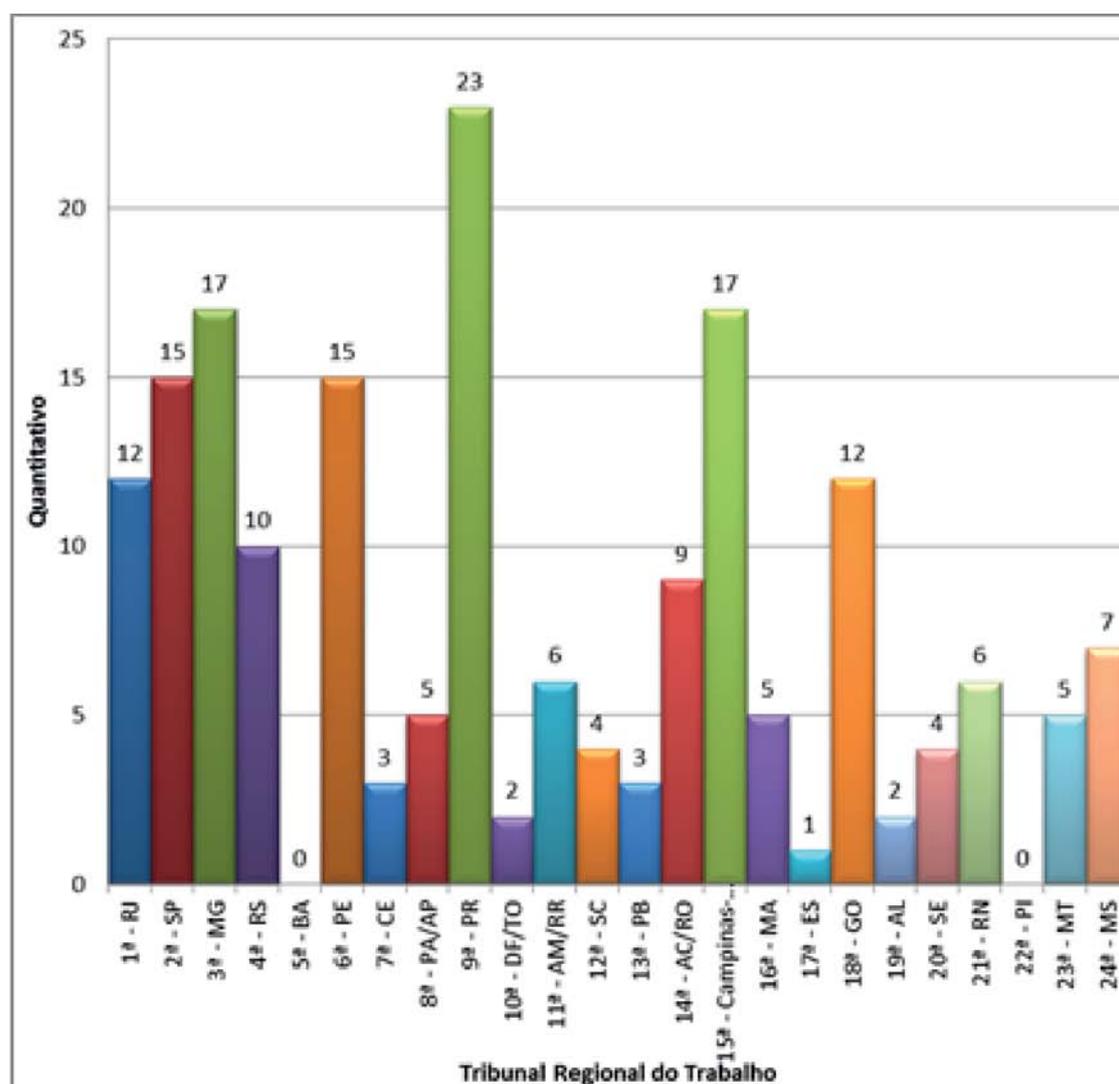


TOTAL DE ALUNOS-JUIZES: 39

MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

• CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE TÉCNICA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL

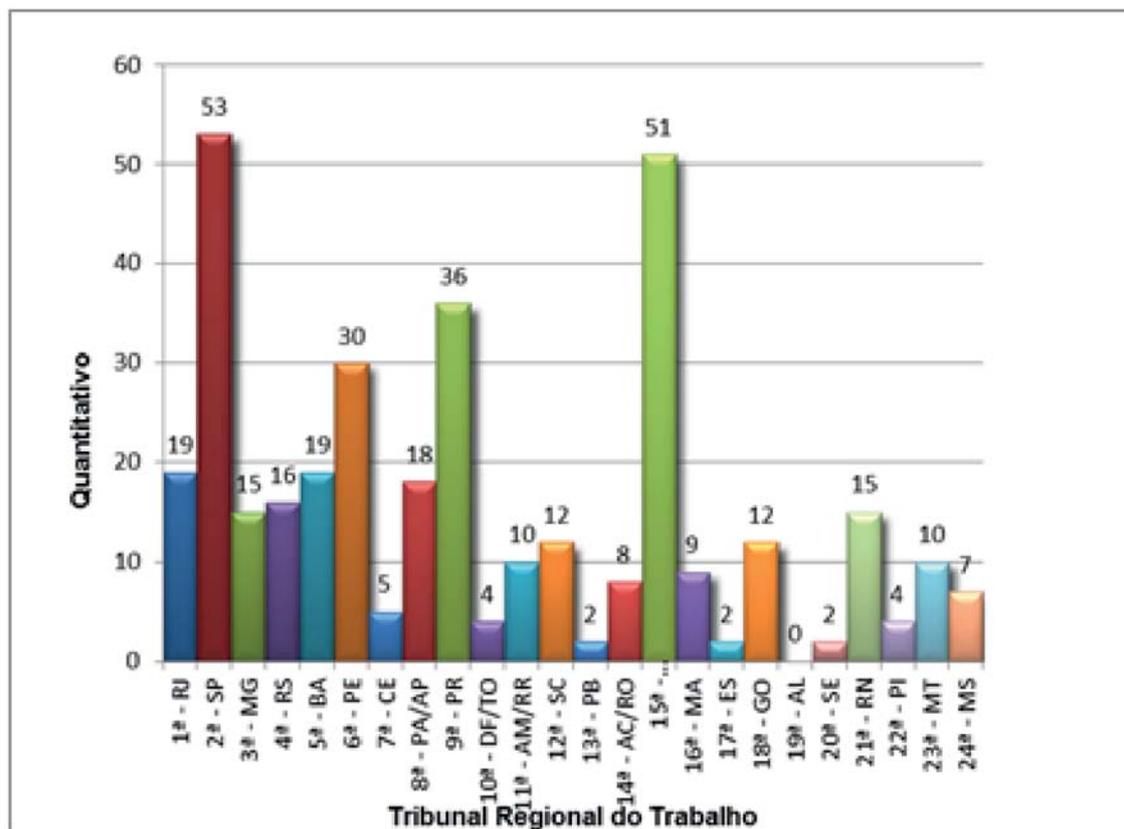
Gráfico 10 – Alunos-Juízes inscritos no Curso de Formação Continuada em Técnica de Instrução Processual, por Região – ENAMAT – 2015



TOTAL DE ALUNOS-JUIZES: 183

• CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE PROVA PERICIAL EM ACIDENTES E DOENÇAS OCUPACIONAIS

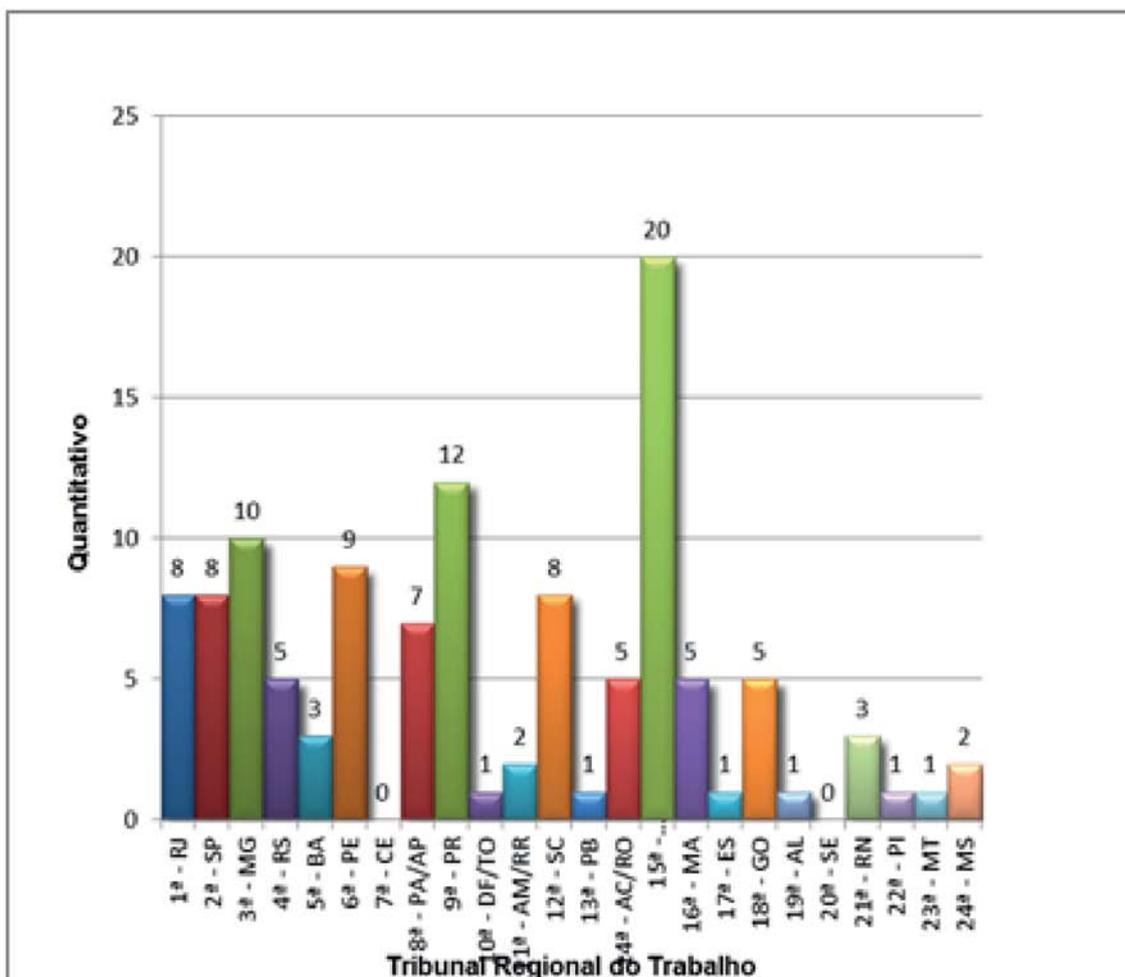
Gráfico 11 – Alunos-Juizes inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais, por Região – ENAMAT – 2015



TOTAL DE ALUNOS-JUIZES: 359

• CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE
RELACIONAMENTO DA JUSTIÇA COM A MÍDIA

Gráfico 12 - Alunos-Juizes inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Relacionamento da Justiça com a Mídia, por Região – ENAMAT – 2015



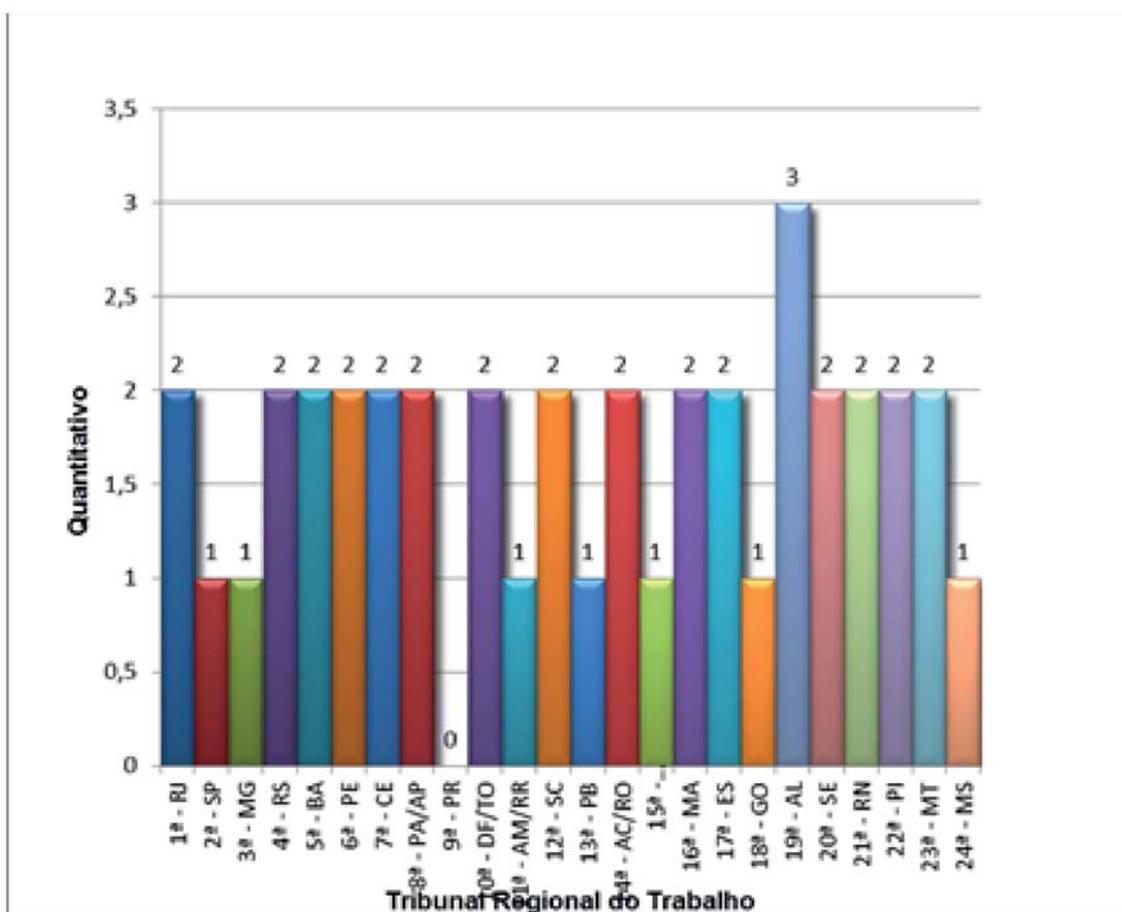
TOTAL DE ALUNOS-JUIZES: 118

FORMAÇÃO DE FORMADORES

MODALIDADE DE EDUCAÇÃO PRESENCIAL

• CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES PARA GESTORES DE ESCOLAS JUDICIAIS

Gráfico 13 – Alunos-Juízes inscritos no 3.º Curso de Formação de Formadores para Gestores de Escolas Judiciais, por Região – ENAMAT – 2015

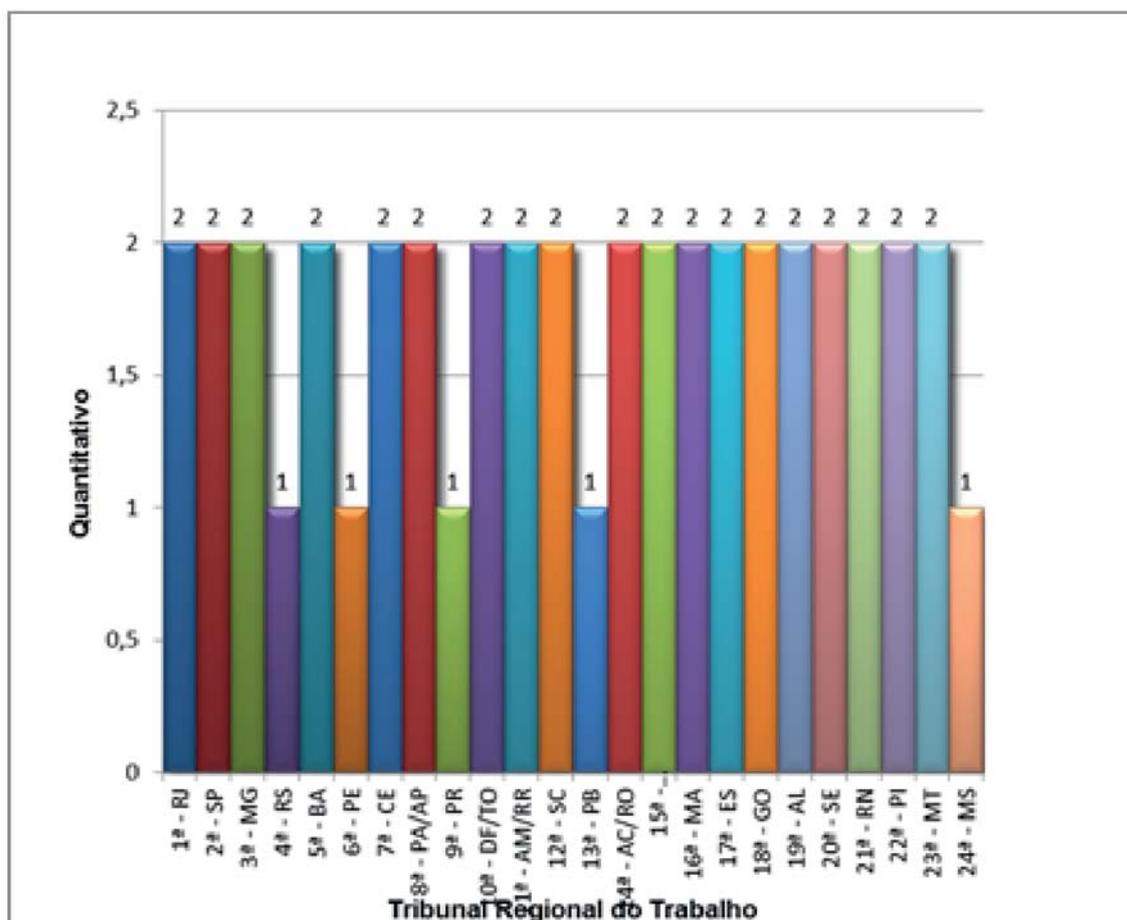


TOTAL DE ALUNOS-JUIZES: 40

MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

• CURSO DE FORMAÇÃO DE FORMADORES SOBRE PROVA PERICIAL EM ACIDENTES E DOENÇAS OCUPACIONAIS

Gráfico 14 – Alunos-Juizes inscritos no Curso de Formação de Formadores sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais, por Região – ENAMAT – 2015

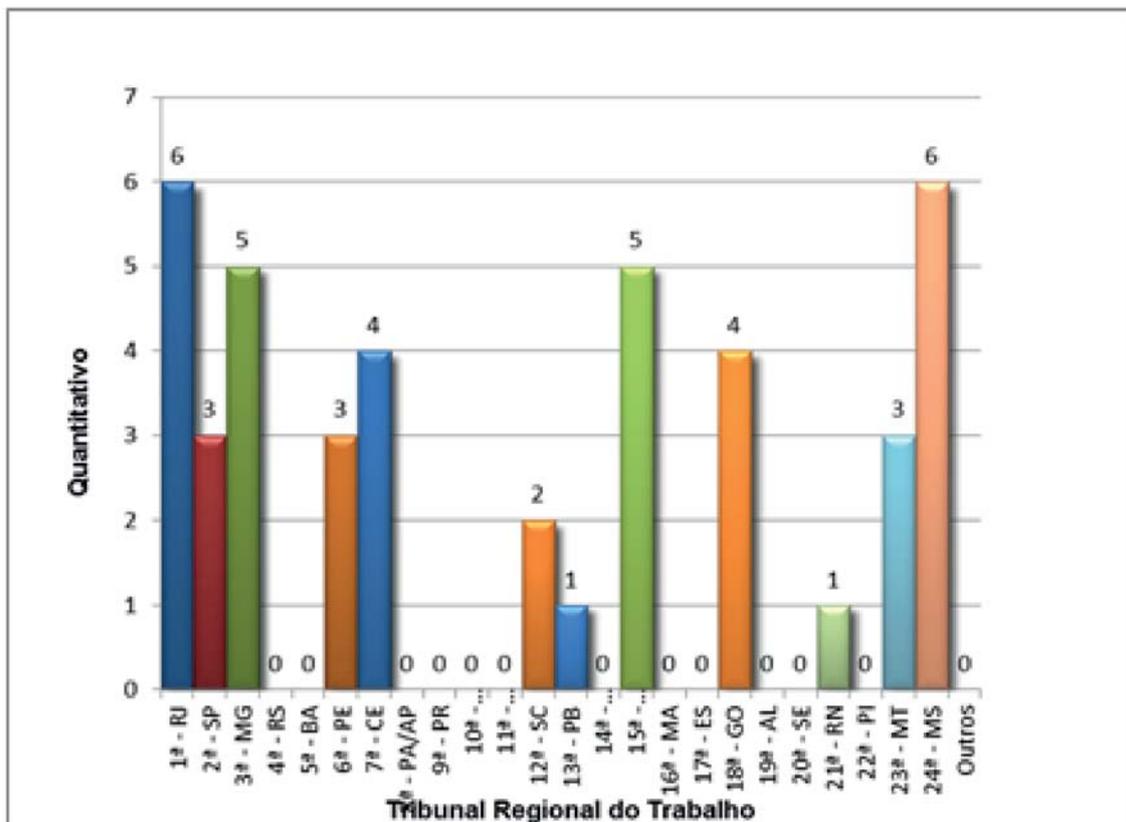


TOTAL DE ALUNOS-JUIZES: 43

OUTROS EVENTOS DE FORMAÇÃO

• SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO TRABALHISTA

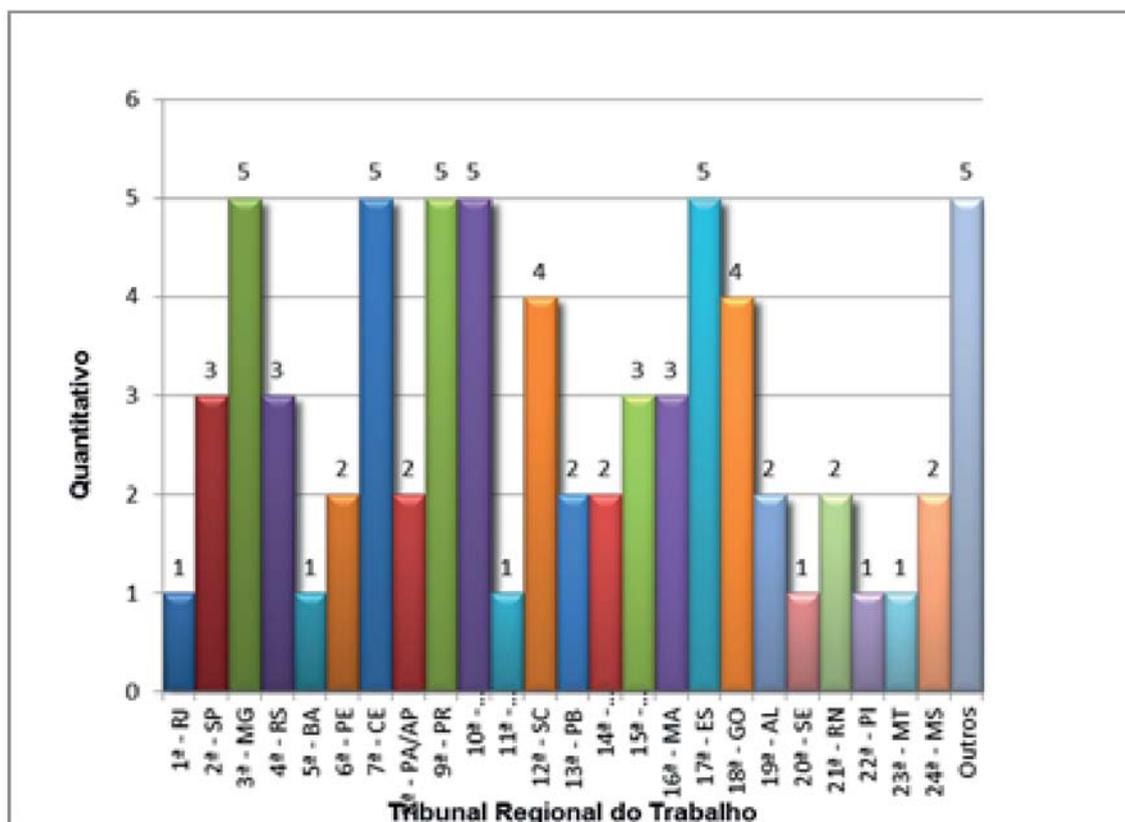
Gráfico 15 – Alunos-Juizes inscritos no Seminário Nacional sobre a Efetividade da Execução Trabalhista, em parceria com o TST e CSJT, por Região – ENAMAT – 2015



TOTAL DE ALUNOS-JUIZES: 500

• SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO TRABALHISTA

Gráfico 16 – Alunos-Juizes inscritos no Curso de Formação Continuada sobre Estabelecimento do Nexo de Causalidade entre Doença e Trabalho, em parceria com o TST e CSJT, por Região - ENAMAT - 2015

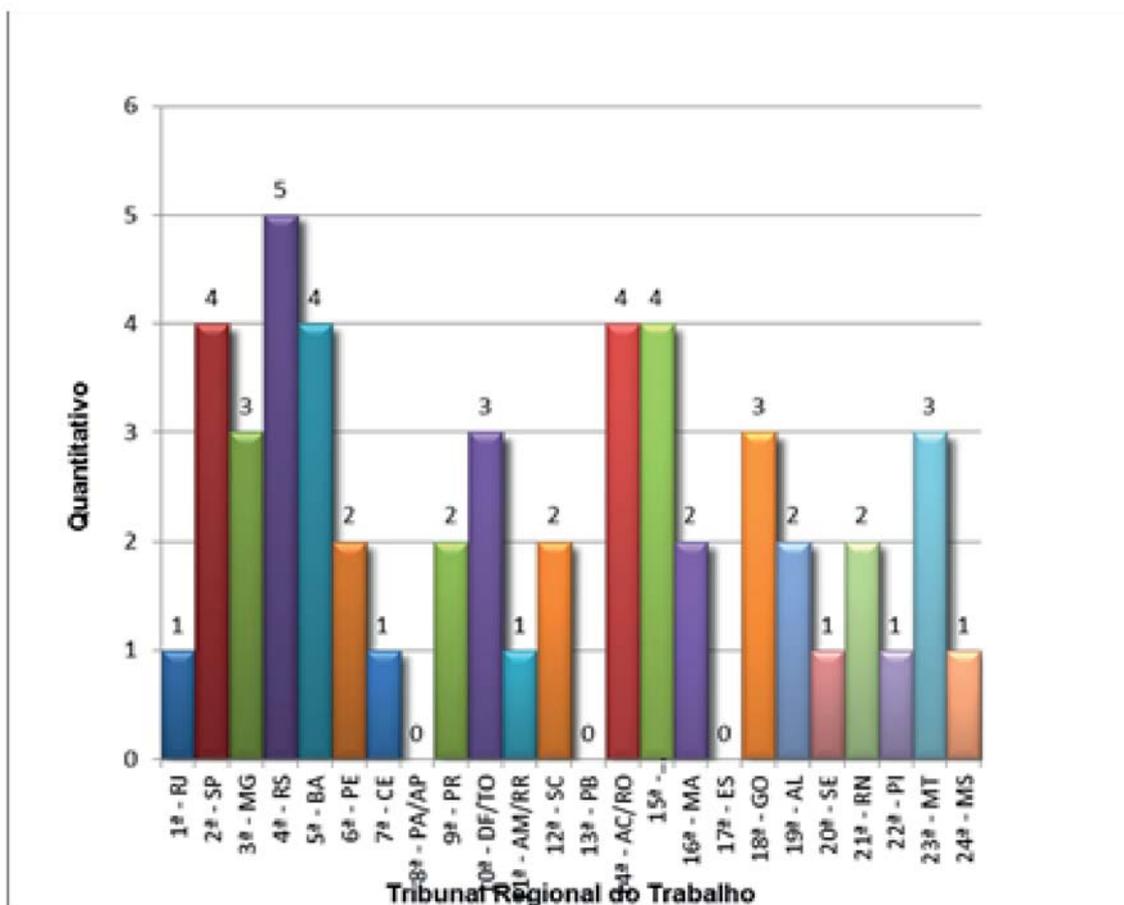


TOTAL DE ALUNOS-JUIZES: 70

• I ENCONTRO TÉCNICO SOBRE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR PARA
SERVIDORES DE ESCOLAS JUDICIAIS DO SIFMT

1.º Módulo – Gestão Tecnológica

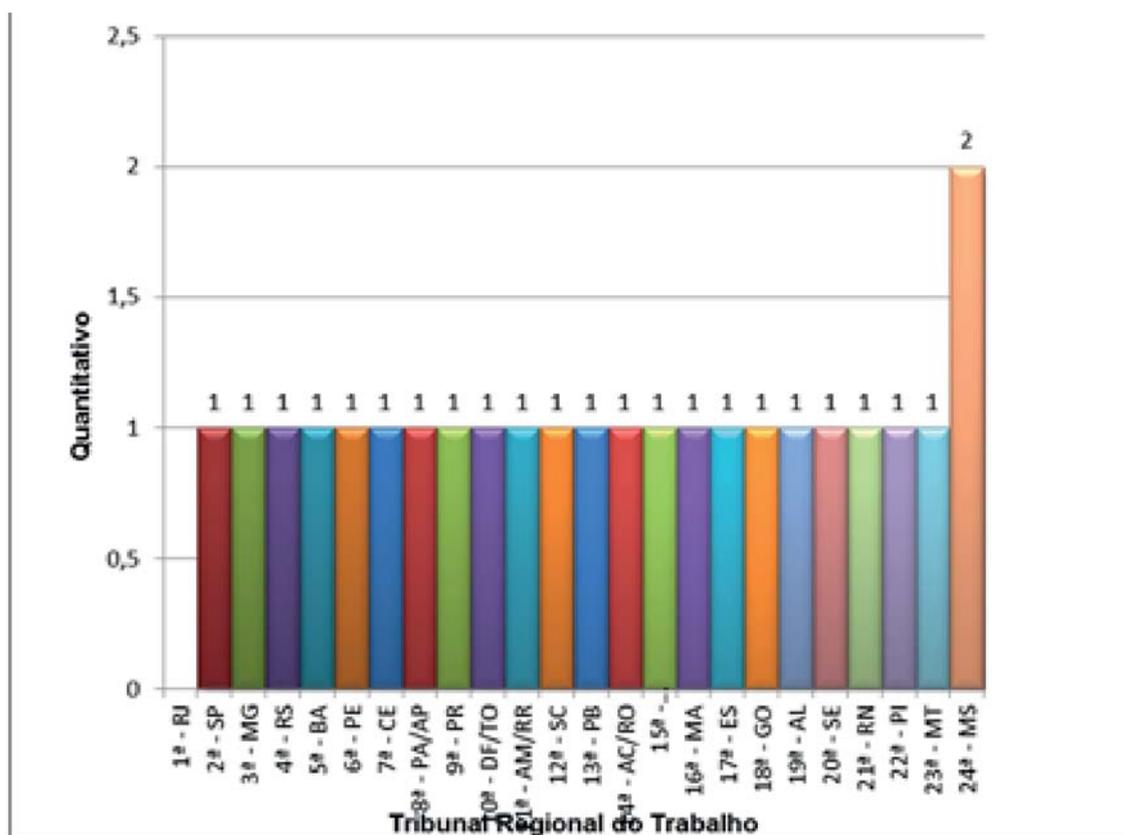
Gráfico 17 – Alunos inscritos no 1.º Encontro Técnico de Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais do SIFMT, 1.º Módulo/Gestão Tecnológica, por Região – ENAMAT – 2015



TOTAL DE ALUNOS: 51

2.º Módulo – Português

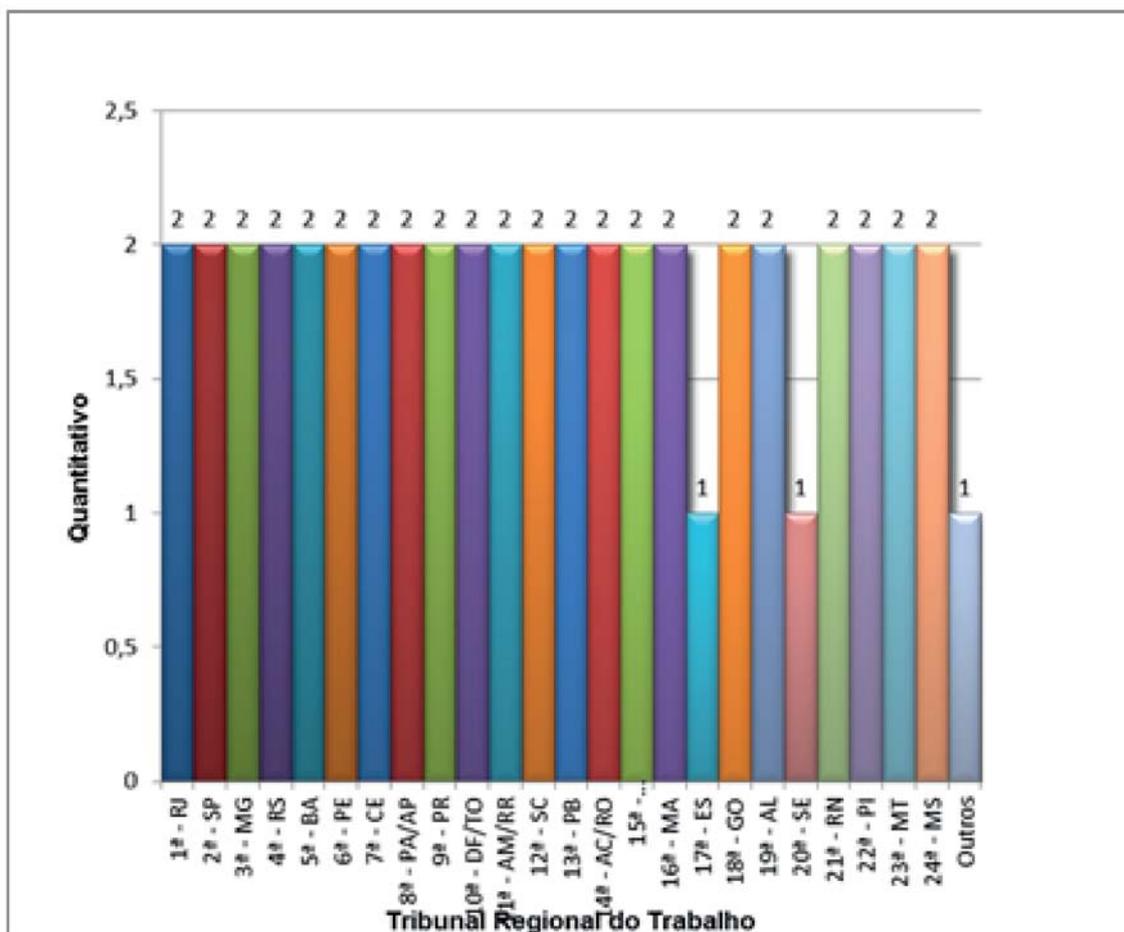
Gráfico 18 – Alunos inscritos no 1.º Encontro Técnico de Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais do SIFMT, 2.º Módulo/Português, por Região – ENAMAT – 2015



TOTAL DE ALUNOS: 24

3.º Módulo – Gestão Pedagógica

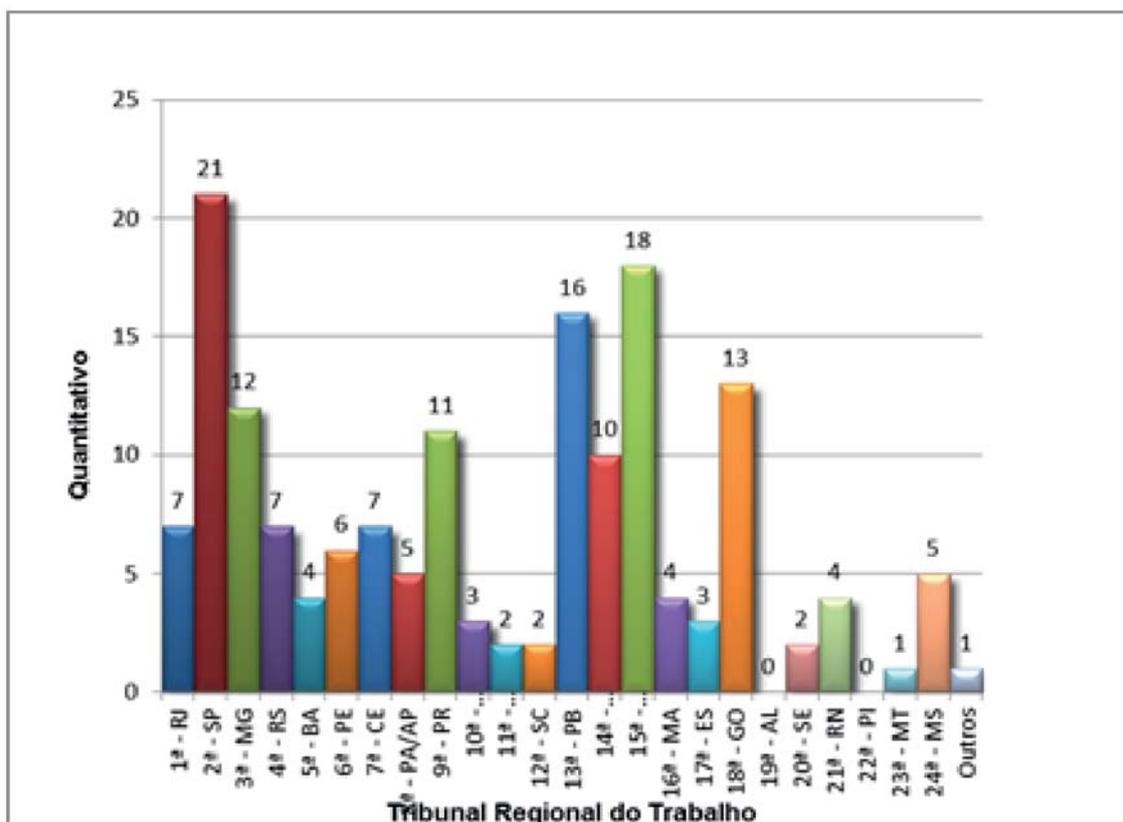
Gráfico 19 – Alunos inscritos no 1.º Encontro Técnico de Administração Escolar para Servidores de Escolas Judiciais do SIFMT, 3.º Módulo/Gestão Pedagógica, por Região – ENAMAT – 2015



TOTAL DE ALUNOS: 47

• SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRABALHO SEGURO

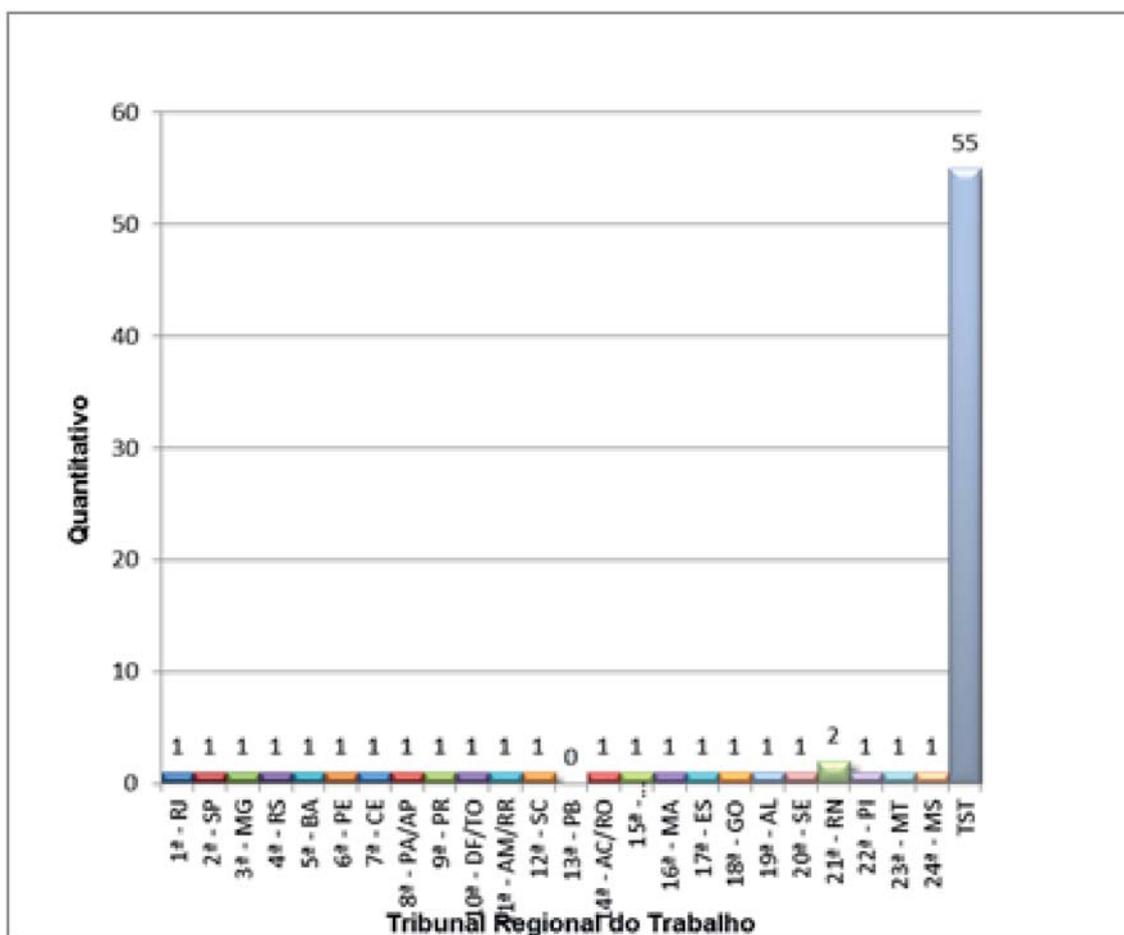
Gráfico 20 – Alunos-Juizes inscritos no Seminário Internacinal: Trabalho Seguro, em parceria com o TST e CSJT, por região – Enamat – 2015



TOTAL DE ALUNOS-JUIZES: 164

• **1.º ENCONTRO NACIONAL DE DIRETORES DE ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS – AS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO JUIZ DO SÉCULO XXI**

Gráfico 21 – Alunos inscritos no 1.º Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Formação de Magistrados – As Competências Profissionais do Juiz do Século XXI – ENAMAT 2015



TOTAL DE ALUNOS-JUIZES: 79

EQUIPE ENAMAT

SUBSECRETÁRIA ADMINISTRATIVO-ACADÊMICA

Denimar Ferreira de Menezes Noronha

ASSESSORES DA DIREÇÃO DA ENAMAT

Juiz Titular de Vara do Trabalho Giovanni Olsson

José Valmir Santos Filho

ASSISTENTE DA SUBSECRETARIA ADMINISTRATIVO-ACADÊMICA

Marizaura Augusto da Glória

SERVIDORES

Angela Cristina Ivanowski Santos

Anna Wasleka Rodrigues Maux

Arturo Buzzi Filho

Ben Hur Lopes de Oliveira

Carlos Eduardo Bettini de Albuquerque Lins

Edson Ribeiro de Souza

Eugenia Clemente de Oliveira

Fábio Soares Viana

Fernanda Truite Pereira Lima

Janete Chaves

Jonas de Jesus Cordeiro da Silva

Joyce Ataide de Castro Martins

Luisa Martins Torres

Maria Esther Gondim Brandão

Michelle Santos Lobo

Roberto Ayrosa Pereira

Rodolpho Caitano da Silva Bandeira

Rosanne Cristina Colombelli Gontijo

Soraya Christina Tostes Ribeiro Vivacqua

EDITOR DE IMAGENS

Rodrigo de Castro Reys

ESTAGIÁRIOS

Rodrigo Rodrigues Lopes

Tayrine do Vale Meneses

SECRETÁRIAS

Jessyca Santana Lima

Josuene Guimarães Soares

GARÇOM

Ronaldo Diniz Souza Júnior

COLABORADORES DA ENAMAT

A ENAMAT contou com a valiosa colaboração de servidores de diversas unidades do Tribunal Superior do Trabalho para a execução dos cursos de formação, aos quais apresenta agradecimentos pela presteza e qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

UNIDADES

- **Coordenadoria de Apoio aos Ministros (CAMIN)**
Divisão de Apoio aos Ministros (DIAA)
- **Coordenadoria de Material e Logística (CMLOG)**
Reprografia e gráfica
- **Coordenadoria de Rádio e TV (CRTV)**
- **Coordenadoria de Saúde (CSAUD)**
- **Coordenadoria de Segurança e Transporte (CSET)**
- **Divisão de Apoio e Registros Taquigráficos (DART)**
- **Secretaria de Comunicação Social (SECOM)**
(em especial à servidora Fernanda Sampaio, Mestre de Cerimônia)

Fotografias

Aldo Dias

Fellipe Sampaio

Najara Araújo



Impressão e acabamento:
Coordenadoria de Material e Logística
Tribunal Superior do Trabalho